



# **Patrimônio, Museus e Arquivos**



# **Patrimônio, Museus e Arquivos**

Daniela Pistorello

© 2018 por Editora e Distribuidora Educacional S.A.  
Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer modo ou por qualquer outro meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer outro tipo de sistema de armazenamento e transmissão de informação, sem prévia autorização, por escrito, da Editora e Distribuidora Educacional S.A.

**Presidente**

Rodrigo Galindo

**Vice-Presidente Acadêmico de Graduação e de Educação Básica**

Mário Ghio Júnior

**Conselho Acadêmico**

Ana Lucia Jankovic Barduchi

Camila Cardoso Rotella

Danielly Nunes Andrade Noé

Grasiele Aparecida Lourenço

Isabel Cristina Chagas Barbin

Lidiane Cristina Vivaldini Olo

Thatiane Cristina dos Santos de Carvalho Ribeiro

**Revisão Técnica**

Rafael Pavani da Silva

**Editorial**

Camila Cardoso Rotella (Diretora)

Lidiane Cristina Vivaldini Olo (Gerente)

Elmir Carvalho da Silva (Coordenador)

Leticia Bento Pieroni (Coordenadora)

Renata Jéssica Galdino (Coordenadora)

---

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

P679p Pistorello, Daniela  
Patrimônio, museus e arquivos / Daniela Pistorello. –  
Londrina : Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2018.  
224 p.

ISBN 978-85-522-0630-9

1. Museu. 2. Arquivos. I. Pistorello, Daniela. II. Título.

CDD 745

---

Thamiris Mantovani CRB-8/9491

2018  
Editora e Distribuidora Educacional S.A.  
Avenida Paris, 675 – Parque Residencial João Piza  
CEP: 86041-100 – Londrina – PR  
e-mail: editora.educacional@kroton.com.br  
Homepage: <http://www.kroton.com.br/>

# Sumário

<b>Unidade 1   Patrimônio cultural e tempo presente</b>	<b>7</b>
Seção 1.1 - Patrimônio cultural e tempo presente	9
Seção 1.2 - Noções sobre patrimônio cultural	21
Seção 1.3 - Patrimônio cultural no Brasil	37
<b>Unidade 2   Memória, identidade e patrimonialização</b>	<b>53</b>
Seção 2.1 - Patrimônio cultural e tempo presente	56
Seção 2.2 - Estado e políticas de salvaguarda	72
Seção 2.3 - Patrimônio tangível e intangível	88
<b>Unidade 3   Museus e educação para o patrimônio</b>	<b>111</b>
Seção 3.1 - História dos museus	113
Seção 3.2 - Expografia e reserva técnica	132
Seção 3.3 - Educação para o patrimônio	150
<b>Unidade 4   Arquivos e acervos</b>	<b>173</b>
Seção 4.1 - Constituição de arquivos	174
Seção 4.2 - Arquivo e pesquisa em acervos	190
Seção 4.3 - Arquivos e instituições de salvaguarda	206



## Palavras do autor

Prezado estudante, seja bem-vindo!

Neste livro, convidamos você a mergulhar em questões muito presentes no nosso dia a dia e que estão contempladas na disciplina Patrimônio cultural, museus e arquivos. Nosso objetivo será compreender historicamente os sentidos que estes temas adquiriram ao longo do tempo, bem como a sua importância na sociedade atual. Ao final das unidades, teremos condições de identificar e compreender as manifestações ou representações da diversidade do patrimônio cultural e artístico, assim como a produção e o papel histórico dos indivíduos e das instituições sociais, associando-as aos diferentes grupos, movimentos e identidades sociais. Nesse sentido, a disciplina apresenta-se em três unidades: a primeira delas trata do patrimônio cultural e sua emergência no tempo presente. Discutiremos as relações entre o tempo histórico e o surgimento de um novo regime de historicidade, no qual o patrimônio cultural tem lugar privilegiado. Perceberemos que a sensação de que “o tempo passa rápido demais” não é uma mera constatação cotidiana, mas sintoma de um tempo que tem se modificado muito rapidamente a partir, principalmente, das inovações propostas pelos avanços tecnológicos. A segunda unidade, denominada Memória, identidade e patrimonialização, traz como principal desafio compreender de que forma a sociedade pode se sentir representada ou não por meio do patrimônio cultural que preserva. Constataremos ainda que os critérios que definem a importância dos bens culturais mudam ao longo do tempo e analisaremos porque os bens culturais podem ser compreendidos como vetores de memória. A terceira unidade, Museus e educação para o patrimônio, tratará do fascinante universo que envolve os museus e seus acervos. Descobriremos como essa instituição surgiu, quais objetos abriga e, sobretudo, o que podemos aprender com suas exposições. Saberemos o quão complexo é o museu, conheceremos suas várias tipologias e, especialmente, refletiremos sobre a importância dos museus para a educação para o patrimônio. Por fim, na quarta unidade, que trata do tema Arquivos e acervos, a proposta é a de perceber como se constituem as instituições responsáveis por armazenar documentos e como se organizam. Perceberemos também a importância do acesso

às informações dos arquivos e o papel desses lugares para a produção do conhecimento. Esperamos que este livro seja um aliado do seus estudos e o ponto de partida para ampliar seus conhecimentos acerca dos temas propostos. Lembre-se de que o autoestudo é fundamental para consolidar seu conhecimento!

Bom trabalho!



# Patrimônio cultural e tempo presente

## Convite ao estudo

Caro aluno, seguramente, em algum momento da sua trajetória, você deve ter visto na televisão ou lido em alguma revista reportagens diversas sobre o tema da preservação do patrimônio cultural. Muitas vezes, este patrimônio é associado a uma igreja antiga, outras vezes é relativo a um monumento importante ou aos chamados centros históricos das cidades, ou ainda, pode dizer respeito a alguma paisagem de grande importância, por exemplo, os sítios arqueológicos. Você já parou para pensar sobre o que é preservação do patrimônio cultural? Qual a importância de ações de preservação para a sociedade? De maneira geral, o patrimônio cultural de uma cidade diz muito sobre como ela constrói a sua história e como quer se mostrar para as pessoas que ali vivem ou visitam. Preservar patrimônios significa preservar memórias ligadas a algo ou alguém, concorda? Ora, se vivemos num tempo em que temos a sensação de que “os dias passam rápido demais” e em um lugar onde é necessário registrar tudo o que fazemos sob pena de nossas ações caírem no esquecimento, não lhe parece lógico que tenhamos “pressa” para preservar aquilo que pode desaparecer num piscar de olhos?

Para podermos compreender questões como estas, a presente unidade propõe reflexões sobre o patrimônio cultural e o tempo presente. Nesse sentido, para que você possa articular os conceitos apresentados e relacioná-los conforme solicitado, como resultado da sua aprendizagem, é necessário compreender as noções de tempo na contemporaneidade, bem como seus impactos na noção de patrimônio cultural. Da mesma forma, é importante entender a formação do patrimônio cultural como campo de estudo e o surgimento das políticas de salvaguarda no Brasil.

Afinal, a todo momento enfrentamos questões ligadas ao tema do patrimônio cultural e suas ambiguidades: ora aparecem novos bens culturais que passam a ter uma importância significativa no cenário nacional, ora os bens culturais viram matéria de notícia por terem sido alvo de alguma ação que é considerada pelo poder público como inadequada. Se o patrimônio cultural é tão importante para a sociedade, por que as ações em relação a ele são tão diversas? Ou ainda, que funções sociais cumprem os bens culturais a ponto de existirem políticas públicas para sua preservação? Questões como esta são trazidas de forma muito recorrente em sua sala de aula, e você, como professor de História, tem o desafio de abordá-las de modo que o debate evidencie a complexidade do tema. Como explicar, por exemplo, que durante as décadas de 1930 a 1980 os bens culturais mais importantes eram aqueles ligados ao passado colonial brasileiro, e que depois desse período foram as práticas culturais alvo de salvaguarda? A capacidade de refletir sobre a atribuição de valores aos bens culturais ao longo do tempo envolve conceitos necessários para entender a dinâmica do patrimônio cultural e a necessidade da sua salvaguarda, uma vez que um dos argumentos que mais reforça os pedidos de proteção é a necessidade de materializar algo que já é passado e, portanto, "salvar" determinado bem ou prática do esquecimento. Diante de um "tempo que passa rápido demais", seria sua patrimonialização uma forma de reter o tempo e garantir que o passado se torne sempre presente?

Essas e outras questões serão respondidas ao longo da unidade, que tem como objetivo apresentar, na Seção 1, os temas relativos à questão do patrimônio cultural e sua relação com o tempo (presente e usos do passado). Na Seção 2, iremos refletir sobre a emergência do patrimônio cultural como campo de atuação de diversos atores sociais, sua história, noções gerais sobre patrimônio cultural e como ele é entendido na contemporaneidade. Por fim, na Seção 3, perceberemos a consolidação de políticas públicas de preservação do patrimônio cultural no Brasil, bem como legislação e surgimento do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)

# Seção 1.1

## Patrimônio, museus e arquivos

### Diálogo aberto

Caro aluno, nesta seção, abordaremos um dos temas mais importantes do ofício de historiador: o tempo e as relações possíveis com o patrimônio cultural. Não se trata de esgotarmos as noções clássicas de tempo, mas sim de abordarmos uma noção que emerge a partir do conceito de regimes de historicidade e o presentismo. Em algum momento da sua vida, você já deve ter ouvido comentários do tipo: o futuro é incerto, por isso temos que aproveitar o presente; ou ainda: economize seu dinheiro, pois não sabemos como será o dia de amanhã. Nem sempre as relações entre presente, passado e futuro se estabeleceram da mesma forma ao longo do tempo. Que noções de tempo regem o presente? Pensar o presente é também se relacionar com o passado e o futuro. Toda a nossa experiência é mediada por essas relações e não poderia ser diferente com o patrimônio cultural e a necessidade da sua salvaguarda, uma vez que um dos argumentos que mais reforça os pedidos de proteção é a necessidade de materializar algo que já é passado e, portanto, “salvar” determinado bem ou prática do esquecimento.

Diante de um “tempo que passa rápido demais”, seria a patrimonialização uma forma de reter o tempo e garantir que o passado se torne sempre presente? Para você, os objetos podem ser portadores de passado? Perguntando de outro modo: de que forma passado e presente se relacionam com a história e o patrimônio cultural? Quais outros modos de levantar as questões sobre as experiências do tempo você pode trazer para enriquecer os debates?

Vamos imaginar que várias notas que circularam pela mídia e que foram trazidas pelos seus alunos para a aula de História dizem respeito às diversas apropriações do passado. Dentre tantas, uma aluna traz a informação de que moda e design buscam referência no passado para suas criações contemporâneas, o que leva a um questionamento interessante entre os alunos. Você, por sua vez, deve tentar abarcar: de que forma passado e presente se relacionam com a história e o patrimônio cultural? Aproveitando esses questionamentos em sua aula,

quais outros modos de levantar as questões sobre as experiências do tempo você pode trazer para enriquecer os debates?

Essas e outras questões poderão ser resolvidas mobilizando os conteúdos da seção que dizem respeito às definições de regime de historicidade e tempo presente. Também será fundamental compreender por que a emergência do patrimônio cultural pode ser entendida como sintoma de um tempo em crise: através dele, o passado pode ser apropriado de diversas formas. Por fim, poderemos entender quais os sentidos da “onda patrimonialista”, seus impactos na sociedade, bem como seus limites. Com essas abordagens todas, sua aula contribuirá para o que pode ser considerado patrimônio cultural, as questões do tempo e a significância do passado e do presente. Dessa forma, é imprescindível que estes conteúdos sejam estudados com muita atenção, pois eles lhe darão subsídios para responder às questões propostas nesta seção! Bom trabalho!

## Não pode faltar

Para entendermos a noção de tempo que orienta os debates atuais no campo da história, é necessário, em primeiro lugar, perceber que esse conceito é uma construção cultural e varia de acordo com cada época, se relacionando com seu passado e seu futuro. Podemos dizer que existem vários tipos de tempo: o tempo da natureza (é aquele tempo necessário para uma planta germinar, crescer e dar frutos); o tempo cíclico (normalmente, o tempo que norteia visões cíclicas das sociedades); o tempo cronológico (é o tempo marcado pelo relógio) e, no nosso caso, importa destacar, o **tempo histórico**, que pode ser entendido como uma forma de perceber as ações humanas nas suas dimensões culturais, sociais, políticas e econômicas num determinado espaço. Embora o tempo só possa ser expressado por metáforas espaciais, como afirma **Paul Ricoeur** (2007), diversos autores lançaram mão de algumas categorias para melhor apreendê-lo, com o objetivo de, minimamente, ajudar a explicar que o tempo histórico se constitui na relação entre passado e futuro.

Nesse sentido, é fundamental assinalar a contribuição de **Reinhart Koselleck** (2006) para uma compreensão do que seria esse tempo histórico, cuja perspectiva adotamos aqui. De forma geral, esse autor usa dois termos para se referir ao passado e ao futuro respectivamente: **espaço de experiência e horizonte de expectativa**, afinal, “todas

as histórias foram constituídas pelas experiências vividas e pelas expectativas das pessoas que atuam ou sofrem” (KOSELLECK, 2006, p. 306). A partir dessa citação, podemos perceber que, para esse autor, é na mobilização desses dois conceitos que se define o tempo histórico, porque são eles que orientam as ações dos homens na sociedade. Ou seja,

o tempo histórico não é apenas uma palavra sem conteúdo, mas também uma grandeza que se modifica com a história, e cuja modificação pode ser deduzida da coordenação variável entre experiência e expectativa. (KOSELLECK, 2006, p. 309, grifos nossos)

Mas, afinal, o que podemos entender por **experiência** e **expectativa**? A experiência pode ser entendida como uma bagagem que recolhemos e acumulamos ao longo da vida – as nossas percepções de mundo, nossas atitudes, conhecimentos – que nos forma como indivíduos e orienta nossas ações. Nem sempre conseguimos ver com clareza, nessa tal bagagem, todos os elementos que a formam, mas sabemos que somos o resultado dela. Koselleck (2006) nos diz que o horizonte de expectativa é o nosso futuro que se faz presente, voltado para o “ainda não”, para o não experimentado, apenas previsto. Pode ainda ser entendido como um novo espaço de experiência que ainda não pode ser alcançado porque é sempre futuro.

Koselleck (2006) nos diz ainda que o tempo histórico, ou seja, as relações entre a experiência e o horizonte de expectativa, é que criam os regimes de historicidade que nos permitem entender como as sociedades se relacionam com o seu passado e seu futuro. Desta forma, podemos dizer que as sociedades, ao longo do tempo, viveram diferentes regimes de historicidade. Vamos entender melhor o que são os **regimes de historicidade** por meio de exemplos? Até meados do século XVII, a sociedade ocidental vivia atrelada aos ditames da doutrina cristã, que preconizava, por exemplo, o fim do mundo. Ora, se a Igreja detinha o “saber” e o “poder” sobre o futuro, significava dizer que o futuro, nessa visão, permanecia atrelado ao passado e que a experiência era maior do que a expectativa (não havia grandes expectativas porque o futuro estava “dito” pela Igreja, e o futuro das pessoas – o juízo final – dependia de como elas agiam, ou seja, de suas experiências). Com o passar do tempo,

as sociedades foram lentamente se modificando. A partir do século XVIII, o mundo ocidental ainda era, na sua maioria, camponês e, portanto, as pessoas se relacionavam em consonância com os ciclos da natureza. As inovações técnicas se davam de forma bastante lenta, e as pessoas se adaptavam sem que a bagagem acumulada da experiência anterior se modificasse muito. Podemos dizer que esse “mundo camponês” vivia em um regime de historicidade, no qual o tempo histórico, resultado da relação entre a experiência e a expectativa, era percebido de forma lenta. Dizendo de outro modo: no século XVIII, a sensação que se tinha em relação ao tempo é que ele “passava lento demais”. Mais do que isso, as experiências compartilhadas entre as pessoas possibilitavam a crença em um futuro (horizonte de expectativa) que invariavelmente chegaria e traria consigo as certezas previstas para ele. Por exemplo: o plantio da terra realizado de acordo com os conhecimentos partilhados pela comunidade traria, num futuro próximo, uma colheita farta. Você se arriscaria a fazer tal previsão no mundo de hoje? Certamente, não. E sabe por quê? Porque vivemos num outro regime de historicidade, em que nossa experiência acumulada não garante a certeza em um futuro realizável.

Essa relação só se modificou na modernidade, com a emergência de um **novo horizonte de expectativa**, que surge na Era Moderna, cuja **diferença entre experiência e expectativa** aumenta progressivamente. A revolução copernicana, o descobrimento do globo terrestre e de suas populações vivendo em diferentes fases de desenvolvimento, a dissolução do mundo feudal e o surgimento da indústria e do capital permitiram que as expectativas passassem a se distanciar cada vez mais das experiências feitas até então (KOSELLECK, 2006). O chamado “**progresso**” (assim chamado por conta das inovações técnicas e tecnológicas do período em questão) **acabou** possibilitando não mais a crença de um futuro certo, mas um futuro aberto e com a **modificação do espaço de experiência**. A novidade até aqui é que as expectativas para o futuro se desvincularam de tudo o que as antigas experiências haviam sido capazes de oferecer. E as experiências novas, acrescentadas desde a colonização ultramarina e o desenvolvimento da ciência e da técnica, já não eram suficientes para servir de base a novas expectativas para o futuro. A partir de então, o **espaço de experiência deixou de estar limitado pelo horizonte de expectativa**. Esse novo regime de historicidade, marcado pela sensação de aceleração do tempo, é um indicador infalível de que a mudança se conserva continuamente,

ao contrário do tempo da natureza. O progresso traz mudanças em intervalos de tempo menores, por exemplo, através da invenção das máquinas, da divisão do trabalho e das novas formas de produção. Ou seja, é por conta do aumento da distância entre o passado (experiência) e o futuro (horizonte de expectativa) que dizemos viver um novo regime de historicidade. Desta forma, quando dizemos que o tempo passa muito rápido e que o futuro é incerto, estamos dizendo, na verdade, que a relação entre o nosso passado e o nosso futuro é que mudou. Se algum tempo atrás nossa experiência acumulada de vida permitia que vislumbrássemos um horizonte de expectativa alcançável, atualmente, esse acúmulo de experiência torna mais aberta a expectativa, o que significa dizer que estamos diante de um futuro incerto.

**François Hartog** (2015) endossa a importância dos regimes de historicidade como categorias fundamentais para pensar a mudança das relações humanas com o tempo, e vai além: afirma que o regime de historicidade que vivemos na atualidade é o que ele chama de **presentismo**. Mas afinal, qual a importância dessa constatação para nós? O que esta discussão tem a ver com a nossa disciplina, que se preocupa em refletir sobre o patrimônio, os acervos e os museus? Em primeiro lugar, vamos compreender o que Hartog (2015) entende como presentismo. Tal qual mencionamos anteriormente, o autor também percebe que na nossa experiência contemporânea há uma distância que se tornou máxima entre o campo de experiência e o horizonte de expectativa. No entanto, ele aprofunda essa constatação e nos diz que houve, na verdade, uma ruptura entre o passado e o futuro de modo que a produção do tempo histórico parece estar suspensa. Disso decorre o fato de que estaríamos vivendo a experiência de um presente perpétuo, inacessível e quase imóvel, que busca produzir para si próprio seu tempo histórico.

Tudo se passa como se não houvesse nada mais do que o presente, [...] [momento de] crise, certamente. É esse momento e essa experiência contemporânea do tempo que designo presentismo. (HARTOG, 2015, p. 40)



Para o autor, no presentismo, o passado é nostalgia e o futuro é indefinição. A ideia é a de que, para salvar nossas memórias, temos que preservar o passado, já que o futuro é aberto, incerto. Por isso, patrimonializar pode ser uma forma de garantir algo do passado para nos apoiarmos, diante dessa aceleração da história, desse presentismo.

Nesse sentido, é muito oportuna a recorrente citação de **Pierre Nora** (1993), que diz: “Se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares” (NORA, 1993, p. 9). Nela está a chave para refletirmos sobre por que patrimonializamos nosso presente e quais usos fazemos do nosso passado. Em primeiro lugar, há que ressaltar que o passado já passou. Parece uma afirmação um tanto quanto ingênua, não é? Mas quantas vezes você quis “resgatar” o passado para dizer “exatamente como ele foi”? Ledo engano: só podemos acessar o passado por meio de nossas memórias; mais do que isso, se assim o fazemos, é porque temos, no presente, inquietações que nos fazem mobilizar este emaranhado de lembranças. Ainda assim, nunca lembramos de tudo. Somos, ao mesmo tempo, lembrança e esquecimento.

Mas, afinal, do que nos fala Nora (1993)? Ele afirma que a curiosidade pelos lugares nos quais se cristaliza a memória (monumentos, por exemplo) está relacionada ao regime de historicidade moderno, no qual a aceleração do tempo histórico nos pressiona para que tudo seja recordado, patrimonializado. Se existem lugares de memória é porque a memória dos locais já não existe mais. Ou seja, se precisamos construir um monumento em memória a alguém, é porque a memória, acerca desse alguém ou de seus feitos já não está presente. É nesse sentido que a demanda por patrimonialização cresce a cada dia e de forma vertiginosa.

Os anos 1980 marcaram o “boom” da importância que a memória passa a ter para a sociedade. Como nosso regime de historicidade pressupõe um presente exacerbado e a incerteza de um futuro pronto e acabado, é necessário, dentro dessa lógica, patrimonializar o que conseguirmos, pois essa seria a ferramenta necessária para fugir do esquecimento. O patrimônio passa a ser o vetor da memória para a fuga do esquecimento. E é nesse sentido que podemos fazer referência a uma “onda patrimonialista”: a emergência do cuidado com a memória e a sua preservação através das políticas públicas para a preservação do patrimônio cultural. Nunca se falou tanto em experiência, memória e patrimônio como a partir dos anos 1980.

Resta-nos refletir acerca dos usos que fazemos do passado: o que elegemos do passado para nos representar na atualidade? Em termos de patrimônio, quais memórias são invocadas para que o patrimônio cultural seja inteligível? Ora, se um dos objetivos em preservar o patrimônio



cultural é de que ele nos represente de alguma forma e se é verdade que buscamos do passado aquilo que significa algo importante para nós, é possível dizer que usamos o passado a partir de necessidades que surgem no nosso presente. O passado é inatingível: seu acesso se dá de forma descontínua e fragmentada, que pode configurar uma aparência de coerência e continuidade através do discurso da preservação do patrimônio. Usamos o passado para construirmos narrativas que servem a nós e aos discursos que queremos produzir a respeito das coisas. O patrimônio serve muito bem a esse propósito, pois, como vetor de memória, pode mobilizar lembranças e promover esquecimentos, construir passados e forjar presentes.

Vejam: esta noção de tempo não é muito próxima ao que nós sentimos em momentos recorrentes da vida? Você já se perguntou sobre o futuro incerto? Ao lembrar de sua infância, não sente saudades e, muitas vezes, diz: “Aquela época é que era boa!”? Se as respostas a essas perguntas forem afirmativas, significa que nós também sentimos que vivemos aquilo que Hartog (2015) chamou de presentismo. Restamos saber qual é a relação dessa discussão com o patrimônio cultural. É recorrente, na historiografia, apontar as décadas de 1980/1990 como um período marcado por uma preocupação excessiva com a memória, seguida de ações de patrimonialização galopantes. Memória e patrimônio emergem temas do tempo presente.



### Assimile

**Regime de historicidade:** relações que a sociedade estabelece com seu tempo.

**Presentismo:** regime de historicidade da época contemporânea na qual o presente parece ser inesgotável.

**Patrimônio cultural:** é um conceito que abarca uma grande diversidade de expressões e manifestações culturais, que são consideradas valiosas para um determinado grupo. Possuem valor simbólico e, quando preservadas, podem ser apropriadas por nós, na atualidade, e também pelas gerações futuras.

**Onda patrimonialista:** práticas que defendem a ideia de que “tudo” deve ser patrimonializado.

Até agora vimos que a importância em preservar o patrimônio cultural no tempo presente está associada à proliferação das discussões sobre a memória que tomaram vulto a partir dos anos

1980. De forma mais específica, ocorreram os debates sobre o holocausto, que chamaram a atenção para um tipo de memória que muito pouco tem a ver com a exaltação da nação (tal como quando surgiu, como será visto na próxima seção), mas com outro tipo de experiência que lembra os traumas vividos em situações adversas: as memórias traumáticas. Também essas memórias ganharam espaço nos debates e seus defensores advogam em seu favor porque dizem que lembrar os traumas, de certa forma, é impedir que as situações que os promoveram se repitam. Nesse sentido, o patrimônio cultural ligado a essas experiências tem um dever de memória, ou seja, tem a obrigação de lembrar de coisas que não devem ser esquecidas, como o holocausto, os regimes de exceção etc.

Por isso, o patrimônio cultural, para Hartog (2015), é entendido como um indício de crise do tempo. É evidente a relação existente entre patrimônio e temporalidade, uma vez que ele traduz o tipo de relação que uma sociedade decide estabelecer com o tempo. O patrimônio dá visibilidade a uma certa ordem do tempo na qual a dimensão do passado importa. “Trata-se, portanto, de um passado do qual o presente não pode ou não quer se desligar completamente.” (HARTOG, 2015, p. 197). Por outro lado, não são apenas temas traumáticos que são relembrados e patrimonializados. Podemos encontrar indícios do passado no presente através da explosão das modas retrô, da comercialização em massa da nostalgia, da obsessiva automusealização por meio da câmera de vídeo, do crescimento dos romances autobiográficos. Essas práticas que endossam ações que denominamos metaforicamente de “onda patrimonialista” atestam a importância que o passado assume no presente. São ações que tentam presentificar o passado, assegurando, simbolicamente, um futuro possível de ser memorável, já que, na contemporaneidade, a relação entre a experiência e o horizonte de expectativa não conta com as certezas e a segurança de exequidade de ações nesse futuro. Neste sentido é que podemos entender em que medida o fenômeno conhecido como presentismo leva ao limite a valorização do patrimônio cultural, como forma de presentificar o passado, na tentativa de salvar as memórias do esquecimento. Esperamos que essa explicação acerca do regime de historicidade, do presentismo e da onda patrimonializadora típica deste contexto sirva de subsídios para você avançar na discussão!



## Reflita

Considerando que a aceleração do tempo contribui para a emergência de um novo regime de historicidade, você considera que o patrimônio cultural pode salvar algumas memórias do esquecimento?

Paul Veyne, em *O inventário das diferenças* (1983), afirma que “uma cultura está bem morta quando a defendem em vez de inventá-la” (VEYNE, 1983, p. 10). Você concorda?



## Exemplificando

As políticas de memória, normalmente, estão ligadas a questões nacionais e têm o objetivo de fazer com que a sociedade não esqueça algo importante para a sua história. É o que alguns autores chamam de “dever de memória”. Um exemplo disso é o pedido de exumação do corpo do ex-presidente João Goulart (1919-1976), ocorrido em 2013. Deposto pelos militares em 1964, Jango, como era chamado, morreu em dezembro de 1976, durante exílio na Argentina, supostamente de problemas cardíacos. A despeito da versão da história oficial da morte de Goulart, a família do ex-presidente acredita que ele possa ter sido envenenado, vítima de um crime político como parte da chamada “Operação Condor”. Para João Marcelo Goulart, neto de Jango, a exumação “transcende o interesse da família. É uma questão de interesse do país” (UOL, 2013, [s.p.]).



## Pesquise mais

Nesta seção, apontamos a importância das memórias e das experiências do holocausto para que a história do tempo presente trouxesse temas ligados aos traumas e à dor. Você já ouviu falar de Primo Levi? Ele foi um judeu alemão que sobreviveu ao campo de concentração de Auschwitz e publicou, entre outros livros, uma obra chamada *É isto um homem?* Que tal conhecer um pouco sobre o cotidiano das pessoas que viviam nesses lugares?

LEVI, Primo. **É isto um homem?** Rio de Janeiro: Rocco, 1988. p. 56-63.

## Sem medo de errar

Podemos perceber que a preocupação excessiva com a patrimonialização dos objetos está diretamente ligada a uma determinada compreensão de tempo que faz parte do nosso dia a dia. O regime de historicidade do tempo presente faz com que nossa experiência de

tempo seja tão maior quanto nosso horizonte de expectativa. É essa sensação de “não futuro” que nos impulsiona a preservar o passado como se quiséssemos buscar nele algum conforto. Mais do que isso, trazer para o presente referências do passado seria uma forma de imortalizar esse passado que não passa e que só existe em função do tempo presente. Esse raciocínio é a chave para a resolução da sua questão, que solicitava que você refletisse acerca das mais diversas apropriações que fazemos do passado. A moda retrô, por exemplo, é uma manifestação de um tempo em crise, que tenta manter no presente reminiscências do passado. A presença constante do passado no presente pode também ser expressa na onda patrimonialista contemporânea, que, de forma muito parecida com a moda, torna presente o passado. Um outro aspecto que pode ser levado em conta também é a proliferação dos espaços de memória nos dias atuais. Talvez a novidade seja que, ao invés desses lugares fazerem referência às memórias oficiais, por exemplo, as ligadas ao Estado, podemos perceber que diversos grupos sociais – que até então não eram contemplados nesse processo – empreendem esse movimento de buscar seu reconhecimento social através da valorização de seus patrimônios.

## Avançando na prática

### Patrimônio e temporalidade

#### Descrição da situação-problema

Você entra em uma loja de eletrodomésticos em busca de uma geladeira e o vendedor lhe sugere uma que o faz lembrar aquela que sua avó tinha em casa e que acabou descartando porque era muito velha. O vendedor ressalta e exalta as formas arredondadas do objeto, explica que se trata de um modelo retrô e que, por estar na moda, é três vezes o preço de uma geladeira convencional. A partir dos pressupostos que acabamos de estudar, perguntamos: podemos dizer que a valorização do que é retrô pode ser explicada por meio do regime de historicidade que vivemos no tempo presente?

#### Resolução da situação-problema

Como discutimos na seção, o apego ao passado é um sintoma do tempo em crise, marcado pela emergência do presente. Isso não acontece apenas com o que é considerado patrimônio cultural, mas com todo tipo de objetos que sejam portadores de significados.

Produzir artefatos com a “cara” do passado para serem comercializados no presente é, de certa forma, uma maneira de não deixar o passado passar. É como se o artefato com ares de passado fosse melhor do que aquele produzido no tempo presente. Portanto, podemos afirmar que a atitude em questão pode, sim, ser explicada pelos conteúdos que acabamos de estudar.

## Faça valer a pena

### 1.

O uso que proponho do regime de historicidade pode ser tanto amplo como restrito: macro ou micro-histórico. Ele pode ser um artefato para esclarecer a biografia de um personagem histórico (tal como Napoleão, que se encontrou entre o regime moderno, trazido pela Revolução, e o regime antigo, simbolizado pela escolha do Império e pelo casamento com Maria Luisa de Áustria), ou a de um homem comum; com ele pode-se atravessar uma grande obra (literária ou outra), tal como as Mémoires d’outre tombe de Chateaubriand (onde ele se apresenta como o ‘nadador que mergulhou entre as duas margens do rio do tempo’); pode-se questionar a arquitetura de uma cidade, ontem e hoje, ou então com parar as grandes escansões da relação com o tempo de diferentes sociedades, próximas ou distantes. E, a cada vez, por meio da atenção muito particular dada aos momentos de crise do tempo e às suas expressões, visa-se a produzir mais inteligibilidade. (HARTOG, 2015, p. 13)

Em relação aos regimes de historicidade propostos por Hartog (2015), assinale a alternativa correta:

- a) É um instrumento que pode ser utilizado para entender a relação dos homens com seu tempo.
- b) Trata-se de uma hipótese que permite analisar as diferentes dimensões do tempo histórico.
- c) Considera-se uma teoria que permite medir o tempo das sociedades tradicionais.
- d) É uma possibilidade analítica que nasce no pensamento historicista do século XIX.
- e) É uma ferramenta utilizada para compreender a linearidade temporal das sociedades contemporâneas.

**2.** François Hartog, em uma entrevista concedida à Revista Brasileira História, diz que o presentismo é “o fechamento do futuro e o crescimento de um presente onipresente” e que o futuro, enfim, tornou-se um fardo que pessoas, empresas ou instituições não querem mais carregar” (ROMERO, 2015, p. 281-291).

Com base nessas informações, assinale a alternativa correta:

- a) O presentismo valoriza uma relação na qual a experiência vivida é garantia de um futuro exitoso.
- b) O presentismo pode ser considerado uma forma de experienciar o horizonte de expectativa.
- c) O culto memorial do passado é um indício do presentismo.
- d) O presentismo é marcado pela presença de um tempo estável.
- e) O presentismo valoriza as ações patrimoniais que reverenciam as memórias nacionais.

**3.** O holocausto, assim como outras experiências extremas, nos permite refletir sobre a necessidade de que a história recupere tanto os fatos do passado como sua reparação. Por outro lado, os historiadores frequentemente se perguntam se os testemunhos seriam capazes de revelar ao mundo o dano que sofreram e sensibilizar seus leitores. No entanto, isso não é tão fácil. Se por um lado isso produziu a necessidade de se expressar a verdade e de se recordar memórias traumáticas, por outro lado, isso também produziu o desejo de se permanecer em silêncio e de se esquecer estas memórias.

Em relação à cultura da memória na sociedade contemporânea, assinale a afirmativa correta:

- a) A ambiguidade da memória traumática invalida os relatos para a construção da narrativa histórica.
- b) A experiência do holocausto valorizou a cultura da memória.
- c) Os documentos oficiais sobre o holocausto se sobrepuseram ao papel da memória.
- d) As memórias traumáticas são representadas por meio dos monumentos oficiais.
- e) As repercussões sobre as memórias do holocausto provocaram o surgimento de um novo regime de historicidade.

## Seção 1.2

### Noções sobre patrimônio cultural

#### Diálogo aberto

Caro aluno, bem-vindo ao estudo da segunda seção, que trata, especificamente, dos vários sentidos que possuem o termo patrimônio cultural e sua importância no nosso dia a dia. Você nunca se perguntou sobre a importância de um monumento ou questionou, por exemplo, os valores que determinadas obras de arte, consideradas patrimônio, possuem? Mais do que isso, as expressões culturais podem ser consideradas patrimônio? Vivemos rodeados de objetos que possuem valor cultural e que foram, num determinado momento, atribuídos por alguém, afinal, o patrimônio cultural não nasce patrimônio, ele se torna tal. Se você observar, a todo momento enfrentamos questões ligadas ao tema do patrimônio cultural e suas ambiguidades: ora aparecem novos bens culturais que passam a ter uma importância significativa no cenário nacional; ora os bens culturais viram matéria de notícia por terem sido alvo de alguma ação que é considerada inadequada pelo poder público.

Ao abordar noções iniciais sobre patrimônio cultural, você, como professor de História, questiona se seus alunos conhecem alguma manifestação cultural que represente o Brasil, de forma geral. Dentre os vários exemplos citados, seus alunos mencionam a capoeira. Eles justificam sua importância dizendo que ela é uma prática cultural ancestral e é repleta de muitos significados. Os elementos dessa manifestação cultural são muito importantes e têm um incrível significado simbólico: a música de origem africana executada por instrumentos, como o berimbau e os tambores; os momentos cantados, que refletem alguma relação com a religiosidade; sem falar do movimento dos corpos, que representam, em forma de dança ou de jogo, as estratégias de defesa utilizada pelos negros escravizados. É uma manifestação da cultura africana que está presente em todo o Brasil e, por isso, tem relevância social. Você, como professor, percebe que o assunto causa curiosidade na turma e, com isso, os instiga com outras perguntas sobre o tema, tais quais: o futebol também pode ser considerado patrimônio cultural? Ele tem o mesmo valor que a igreja do bairro, que dizem ser tombada pelo patrimônio?

Você, como professor, não vai deixar a oportunidade passar e vai discutir em aula outras questões importantes que envolvem as manifestações culturais e sua patrimonialização. Quais poderiam ser essas outras questões?

A capacidade de refletir sobre a atribuição de valores aos bens culturais ao longo do tempo envolve conceitos necessários para entender a dinâmica do patrimônio cultural e a necessidade da sua salvaguarda. É por isso que, nesta seção, abordaremos as suas definições o surgimento do patrimônio como monumento e a sua transformação em patrimônio histórico e cultural. Por fim, convidaremos você para refletir conosco sobre os debates contemporâneos acerca do tema, bem como os principais desafios relacionados ao patrimônio. Bom estudo!

## Não pode faltar

### Noções gerais sobre patrimônio cultural

Dominique Poulot (2009, p. 9, grifos do autor) alerta para o fato de que “raros são os termos que possuem **um poder de evocação tão grande** quanto ‘patrimônio’”. Ou seja, é uma palavra que possui vários sentidos e é utilizada em vários campos do conhecimento. Etimologicamente, a palavra é originária do latim *patrimonium*, cujo significado está relacionado à herança familiar ou do pater (pai), o patriarca, que no Império Romano, assim como em geral em toda a Antiguidade, detinha o governo ou poder de dispor sobre seus pertences vivos particulares (DICIONÁRIO ETIMOLÓGICO, 2008, [s.p.]). Nesse sentido, a palavra patrimônio está relacionada aos bens de herança que passam, segundo as leis, dos pais para os filhos. Trata-se de uma expressão tradicional do encadeamento de gerações, remetendo a algo de valor produzido e acumulado (ou mantido), passível de ser transmitido. Assim, podemos considerar patrimônio, a partir desta concepção, bens adquiridos por famílias ou empresas. O termo está associado, no senso comum, à ideia de riqueza, de propriedade, de legado.



### Exemplificando

O patrimônio, no sentido de **herança**, pode ser exemplificado por meio daquele que é adquirido por sucessão. Nesse caso, são os bens, direitos e dívidas deixados por alguém em razão do seu falecimento.



Também as empresas possuem patrimônio: os bens, objetos e capital que adquirem ao longo do tempo, que também definem o seu valor de mercado. Uma marca forte, por exemplo, é um patrimônio de grande relevância. Nessas situações, o patrimônio que é construído e que passa a representar a empresa confere **valor** à ela.

Já o termo patrimônio cultural, embora carregue um pouco do sentido de herança, imortalizado pelos dicionários, vai um pouco mais além, pois refere-se à diversidade de expressões e manifestações culturais que são consideradas valiosas para um determinado grupo e reconhecidas como tal; que possuem valor simbólico e, quando preservadas, podem ser apropriadas por nós na atualidade e também pelas gerações futuras. Podemos utilizar o termo tanto para nos referirmos ao legado da arquitetura quanto para fazermos alusão às habilidades artesanais ou proteção dos costumes locais. Podemos ainda dizer que existem patrimônios históricos, artísticos e arqueológicos e, mais atualmente, patrimônios etnológicos, biológicos e naturais.

Quanto à sua materialidade, podemos descrever que o patrimônio cultural pode ser tangível e/ou intangível; e ainda, pode ser de caráter local, regional, nacional ou mundial.

De acordo com o conceito utilizado sobre patrimônio cultural, podemos perceber, na atualidade, que muita coisa pode ser considerada como tal. Você deve estar se perguntando: mas todos os bens culturais podem ser considerados patrimônio cultural? Como se pode preservar uma diversidade tão grande de patrimônio cultural?

As respostas a essas perguntas são complexas e serão respondidas ao longo das seções.

Sim, muitos bens culturais podem ser considerados patrimônios culturais e merecem ser preservados. No entanto, antes de o patrimônio cultural poder se tornar uma demanda da sociedade civil organizada – como é hoje – ele surge como uma política de Estado, e como tal, depende de ações públicas para sua salvaguarda. Nesse sentido, é muito importante ressaltar que quando falamos de patrimônio cultural é fundamental pensarmos também no campo de atuação daqueles que são responsáveis pelo endosso daquilo que pode ser patrimonializado e receber alguma forma de proteção. Atenção: um bem é patrimonializado quando recebe valores simbólicos que atribuem a ele algum sentido que justifique sua preservação. Quem faz isso é

o Estado, através de um corpo técnico qualificado, que se organiza em instituições responsáveis pela salvaguarda dos bens culturais e que podem conferir importância local, regional, nacional ou mundial a ele. A patrimonialização (tanto de um edifício importante como do jogo de capoeira) envolve uma relação complexa de atribuição e valores na qual o Estado, através de instrumentos de salvaguarda, tem papel fundamental.



## Exemplificando

Um exemplo de um bem cultural que foi considerado de grande relevância em nível nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e mundial pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco) é o Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo (Figura 1.1). O conjunto histórico está localizado no município de São Miguel das Missões, no Rio Grande do Sul, e constitui-se no conjunto de remanescentes de uma antiga redução jesuítica dos povos Guaranis.

Figura 1.1 | Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo



Fonte: <<https://goo.gl/c37GWo>>. Acesso em: 5 out. 2017.

Vamos deixar isso mais claro?

Por exemplo, consideramos a capoeira como patrimônio cultural porque ela é uma expressão que se materializa através do jogo, da dança, e possui sentidos simbólicos para aqueles que compartilham dessa prática cultural, independentemente de existirem pessoas que praticam ou não capoeira. Os grupos que percebem valores na prática de alguma forma se identificam com ela, de modo que se sentem representados com a sua permanência. No entanto, sem

a sua patrimonialização, ou seja, sem o seu reconhecimento pelo Estado como um importante patrimônio cultural nacional, talvez a prática não tivesse uma visibilidade tão expressiva, e talvez essa parte da cultura africana no Brasil ficasse restrita a alguns lugares nos quais a capoeira fosse jogada. Podemos dizer, então, que a patrimonialização da capoeira – ou o reconhecimento da capoeira como patrimônio cultural – é uma possibilidade de salvaguardar não apenas a prática do jogo, mas as memórias envolvidas nessa prática.

A patrimonialização dos bens culturais é, sem dúvida, uma relação que envolve cultura e poder e que se constitui num campo de tensão, porque a definição daquilo que é ou não patrimônio cultural pressupõe disputas de toda ordem. Afinal, o patrimônio cultural mostra quem somos: é um vetor de memória para acessarmos o passado a partir de perguntas que elaboramos no presente, assim como ocorre com um documento histórico.

Essas observações preliminares sobre a polissemia do termo patrimônio e a sua transformação em patrimônio cultural nos mostra o quanto estamos diante de um conceito importante. Para tanto, vejamos como esse conceito surge historicamente e quais são os sentidos que ele assume ao longo do tempo, questões fundamentais para desenvolvermos uma visão crítica sobre o tema.

### **História do patrimônio cultural: do monumento ao patrimônio cultural**

Os bens culturais que atualmente denominamos como patrimônio cultural – ou patrimônio histórico-cultural – eram considerados por suas sociedades, até o século XIX, bens valiosos como tesouros. Tesouros porque eram compreendidos como o legado de uma época e portadores inquestionáveis desses valores e de alguns sentidos, que eram inteligíveis apenas para pessoas doutas nos temas da história. Era como se estar diante de uma coluna grega ou um frontão romano fosse, por si só, o suficiente para entendermos uma época inteira. Não podemos esquecer que até a emergência dos estados nacionais modernos – contexto no qual há uma mudança do sentido de monumento para monumento histórico – vigorava na Europa um pensamento conservador em relação à produção, à política e à sociedade. Eram monumentos construídos a priori com uma função bem específica: a de provocar uma memória viva a respeito de algo ou alguém. Segundo Françoise Choay (2006, p. 18) o monumento



[...] não apenas trabalha [a memória] e a mobiliza pela medição da afetividade, de forma que lembre o passado fazendo-o vibrar como se fosse presente. [...] o passado invocado, convocado, de certa forma encantado, não é um passado qualquer: ele é localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, de forma indireta, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar. (CHOAY, 2006, p. 18)

Com o esfacelamento do Antigo Regime, a eclosão da Revolução Industrial muda o cenário europeu e permite com que novas ideias acerca da sociedade, da cultura e da política mudem substancialmente. Ideias liberais que inspiram as revoluções burguesas corroboram também para que se superem as agonizantes instituições feudais e contribuam para o surgimento do estado nacional moderno. Não foi à toa que a noção de monumento se deslocou, nesse momento, e se aproximou do que conhecemos modernamente como patrimônio cultural.

No decorrer do século XVIII, prestava-se muita atenção à eficácia que orientava a ideia de herança: tal medida era usada como meio para dissipar a ignorância, para aperfeiçoar as artes, além de despertar o espírito público e o amor pela pátria. A preocupação com a utilidade relacionava, daí em diante, a conservação de um patrimônio, com os efeitos pretendidos, tanto para a formação do público como para a prosperidade do país. O processo de legitimação patriótica assumiu aos poucos uma fisionomia contemporânea com as confiscações e as transferências sucessivas da Revolução Francesa. Nesse momento em que ocorreu a desintegração da antiga comunidade e a emergência da nova é que se tornou mais evidente a reivindicação de um patrimônio para um fim específico: ser um dos instrumentos da invenção das identidades nacionais, bem como responsabilizar o Estado pela sua preservação.

Ao que tudo indica, o termo monumento histórico já era utilizado no final do século XVIII, no momento em que, no contexto da Revolução Francesa, o conceito de monumento histórico foi elaborado e os instrumentos de preservação foram a ele associados. Afinal, a Revolução não foi apenas uma vontade de se desligar do Antigo Regime, mas se constituiu também em um importante momento de mudança da inscrição memorial.

O termo aparece nos dicionários franceses na metade do século XIX e fora consagrado por François Pierre Guillaume Guizot (1787-1874), quando recém, nomeado Ministro do Interior, em 1830, que criou o cargo de Inspetor dos Monumentos Históricos.

Ao longo do tempo, o monumento vai, aos poucos, perdendo sua função específica de evocar a memória e passa a se constituir em **vetor de rememoração**: torna-se monumento histórico. Categoria inventada pelo Ocidente, que se diferencia do monumento justamente porque seu sentido se constitui a posteriori por historiadores, arquitetos e admiradores da arte que percebem nele algum valor específico e que é representativo de um conjunto de bens culturais. Se o monumento tem a finalidade fazer reviver um passado mergulhado no tempo, o monumento histórico relaciona-se de forma diferente com a memória viva e com a duração do tempo. Enquanto os monumentos são expostos a afrontas do tempo vivido e são sujeitos ao abandono porque deixam de fazer sentido, os monumentos históricos, que foram criados para esse fim, exigem uma conservação incondicional, pois as ruínas, por exemplo, não são vistas apenas como testemunho da produção de um operário, mas de uma coletividade que, aos poucos, a cristaliza no que os estados liberais vão chamar de identidade nacional.



## Assimile

**Monumento:** é um termo que vem do latim *monumentum*, o qual, por sua vez, deriva de *monere* (advertir, lembrar). Como monumento, entendemos tudo o que for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer com que outras gerações de pessoas rememorem. O monumento é concebido como tal a priori.

**Monumento histórico:** não tem a função memorial que tem o monumento. O significado do bem cultural é concebido a posteriori.

**Restauração:** é uma ação que tem por objetivo recuperar os valores estéticos e históricos do bem, perdidos em razão da falta de conservação permanente. Uma ação de restauração deve obedecer às diretrizes do órgão de preservação responsável pelo bem.

É no período entre 1820 e 1960 que, conforme aponta Choay (2006), o monumento histórico, considerado um advento da era industrial, adquire um novo status. É a Revolução Industrial que marca a fronteira

que limita o campo temporal do conceito de monumento histórico e o universaliza. Nesse sentido, a Revolução Industrial contribuiu, por um lado, para generalizar e acelerar o estabelecimento de leis, visando à proteção do monumento histórico e, por outro, fazendo da restauração uma disciplina integral que acompanha os progressos da história da arte. É fundamental ressaltar a importância da restauração dos monumentos históricos que seguiram, segundo Choay (2006), basicamente, dois pressupostos: o de John Ruskin (1819-1900) e o de Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc (1814-1879).



### Assimile

**John Ruskin e Eugène Emmanuel Viollet-Le-Duc**, em lados opostos, representam as duas principais escolas de pensamento sobre restauração na Europa do século XX. Ruskin foi defensor e principal expoente de uma doutrina anti-intervencionista. Segundo ele, a intervenção descaracteriza e desvaloriza o monumento. Para Ruskin, não é legítimo ou competente o processo de restauro na medida em que desqualifica o monumento pela simples intervenção, subtraindo características adquiridas pela própria ação do tempo. Noutra perspectiva, Viollet-le-Duc sustentava que a restauração atribuía ao bem um novo valor, na medida em que a intervenção poderia lhe propiciar novas características, uma nova experiência. Recompondo o bem degradado, criava-se, para ele, algo até então inexistente, posição que lhe causou imensa antipatia no meio intelectual.

## Patrimônio cultural e contemporaneidade

A virada do século XIX para o XX é marcada por um questionamento complexo acerca dos valores em relação aos monumentos históricos, que passaram a ser chamados com mais frequência de “patrimônio” (“histórico”, ou mais amplamente, “cultural”). Da mesma forma, foram séculos nos quais muito se mobilizou o patrimônio como um recurso comum dos estados nacionais.

Por ocasião da Primeira Guerra Mundial, por exemplo, os beligerantes mobilizaram amplamente a cultura no esforço da Guerra, exacerbando os julgamentos mais xenófobos em relação aos patrimônios estrangeiros. No período entre as duas guerras, o surgimento de ideologias totalitárias, decididas a transformar a exaltação da herança em um instrumento de propaganda, teve consideráveis consequências sobre a própria imagem da cultura, que se tornou objeto de críticas radicais ou de diagnósticos catastróficos. Entretanto, as destruições da Segunda Guerra Mundial tiveram as mais relevantes consequências sobre a consciência patrimonial

européia, assim como sobre suas modalidades de restauração e uso.

A conservação passa a ter como justificativa a vontade de fornecer ao país a consciência de um passado cultural que havia sido ameaçado de negação e aniquilamento. Esse exemplo nos abre a possibilidade de pensarmos os contornos atuais do patrimônio cultural na contemporaneidade e seus discursos sobre identidade, tema da própria seção.

Por fim, resta-nos explicitar que o termo **patrimônio cultural** atingiu um notável sucesso no mundo inteiro. Como aponta Poulot (2009, p. 31, grifos do autor)

A representação de uma herança a ser conservada, tomando as providências para sua manutenção e transmissão, parece satisfazer uma das aspirações profundas das sociedades contemporâneas. Encarnação consensual dos valores cívicos, além de pretexto para articular atitudes culturais e práticas de consumo, essa verdadeira explosão de iniciativas patrimoniais corresponde certamente à nova condição – pelo menos nesse plano – de obras ou de lugares que se encontravam sem uso no espaço público. Mas, sobretudo, ela fornece recursos apropriados para alimentar um ideal de participação ativa no âmago de coletividades inéditas [...]. Sob o signo de uma **provocação de memória**, o patrimônio instala-se assim no centro da instituição da cultura e é acompanhado por uma ética, ao mesmo tempo da precaução e da fruição. (POULOT, 2009, p. 31, grifos do autor)

Isso indica, em certa medida, uma abertura maior para aquilo que não se refira apenas a um bem considerado um ícone da história, mas que contemple dimensões de manifestações culturais que sejam processuais. O patrimônio cultural passou a ser visto como uma possibilidade de ser revelador de identidades, e as manifestações culturais passaram a ser percebidas como patrimônio cultural.

Percebam que, se hoje a capoeira é reconhecida com um patrimônio cultural da humanidade, é porque o conceito de bem cultural sofreu um deslocamento significativo, como pudemos perceber através do texto. A preocupação recorrente com os monumentos históricos passou a pautar reuniões de organismos internacionais, por exemplo, a Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, adotada em 1972 pela Unesco, órgão responsável pela

definição de regras e proteção do patrimônio histórico e cultural da humanidade.



Refleta

Como se sabe, a Unesco foi criada na década de 1940, com o objetivo de disseminar a paz e a educação através de mecanismos diversos de interação com o social. Dentre suas atribuições, o patrimônio cultural recebe especial atenção. É o que se percebe pela leitura de trecho referente ao tema no texto da Convenção do Patrimônio Mundial, realizada em Paris em 1972 e publicada em 1983:



#### ARTIGO 1

Para os fins da presente Convenção, são considerados patrimônio cultural:

- os monumentos: obras arquitetônicas, esculturas ou pinturas monumentais, objetos ou estruturas arqueológicas, inscrições, grutas e conjuntos de valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência,
- os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas, que, por sua arquitetura, unidade ou integração à paisagem, têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência,
- os sítios: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como áreas, que incluem os sítios arqueológicos, de valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico. (UNESCO,1972, [s.p.]).

Note que o termo excepcional, no texto, está empregado de maneira a destacar e valorar o bem em instância suficiente para que o item seja considerado patrimônio cultural. Percebe-se, ainda, que o conceito em análise dá margem para uma interpretação subjetiva, capaz de indicar a sua qualidade e, como consequência, a sua salvaguarda. Considerando o texto, indagamos: sob que fundamentos e critérios esta excepcionalidade é valorada? Reflita a respeito.

Além das demandas institucionais que dizem respeito ao trato com o patrimônio cultural, outros documentos servem de referência para deliberar sobre eles, por exemplo, as chamadas cartas patrimoniais, as quais se constituem em recomendações que dizem



respeito a diversos temas ligados, especificamente, à preservação e conservação dos bens culturais. Esses documentos, na sua maioria firmados internacionalmente, representam tentativas que vão além do estabelecimento de normas e procedimentos, mas tentam criar e circunscrever conceitos às vezes globais, outras vezes locais. Sua publicação oferece ao público interessado um panorama das diferentes abordagens que a questão da preservação mereceu ao longo do tempo, registrando o processo segundo o qual muitos conceitos e posturas se formaram, consolidaram e continuam orientando estas ações até os nossos dias.

Se de um lado a descoberta da arqueologia e o refinamento do projeto memorial das ciências humanas determinaram a expansão do campo cronológico no qual se inscrevem os patrimônios históricos, por outro, há uma expansão tipológica ligada a ele: “um mundo de edifícios modestos, nem memoriais, nem prestigiosos, reconhecidos e valorizados por disciplinas novas” (CHOAY, 2006, p. 209). Nessa nova lógica, os novos patrimônios têm lugar de destaque e são aqueles ligados aos processos de desindustrialização, aos patrimônios que remontam à dor ou à perda, que, dessa forma, passam a ter importância não pelo glamour das edificações que o abrigam, mas pelos sentidos simbólicos que engendram. Nesse sentido é que foi possível considerar como patrimônio cultural a edificação que abrigou o Destacamento de Operação de Informação – Centro de Operação de Defesa Interna (DOI-CODI), no Brasil, durante o momento mais repressivo da ditadura civil-militar no país, chamada de anos de chumbo, que compreendeu o período que se estendeu do fim de 1968 (com a edição do AI-5 em dezembro daquele ano) até o final do governo Médici, em março de 1974.



### Pesquise mais

O prédio do DOI-CODI foi tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo. A sua justificativa tem sido uma referência para o tombamento de edificações que possuem um valor simbólico tão expressivo ou mais do que suas características arquitetônicas. Para acessar, na íntegra, o processo de tombamento, clique no link:

<<http://condephaat.sp.gov.br/benstombados/conjunto-das-antigas-instalacoes-da-oban-e-doi-codi>>. Acesso em: 17 nov. 2017.

## Sem medo de errar

A partir de agora, já temos condições de responder aos questionamentos iniciais que faziam referência ao que é ou não patrimônio cultural. Vimos que a expressão patrimônio é polissêmica e que tem a ver com a herança que podemos deixar ao outro. Percebemos também que o termo **patrimônio cultural** diz respeito a algo que pode ser transmitido a alguém, mas que tem um valor simbólico e não está relacionado a uma única pessoa, mas sim a uma coletividade.

Também pudemos compreender que o termo patrimônio cultural se modificou historicamente e que até a Revolução Francesa a palavra **monumento** era a que melhor definia o sentido dos bens culturais que eram criados para fins memorialísticos. Por exemplo, o Arco do Triunfo, em Paris, foi um monumento construído pelos romanos para ser símbolo de comemoração de vitórias militares. Com o passar do tempo, o termo monumento foi cedendo lugar à expressão **monumento histórico**, cuja principal característica é o fato de ser construído e poder ter valores atribuídos posteriormente à sua construção.

Podemos citar como exemplo o Memorial da América Latina, construído em 1989, na cidade de São Paulo, e desenhado pelo arquiteto Oscar Niemeyer. Embora tenha sido construído com o objetivo de ser um espaço cultural de identidade latino-americana, é ressignificado a todo o momento.

Também pudemos perceber o quanto a Revolução Francesa foi responsável pela criação de políticas públicas de salvaguarda do patrimônio cultural, uma vez que a emergência dos estados nacionais modernos lança mão da estratégia da preservação do patrimônio cultural para construir/inventar identidades nacionais. Por fim, concluímos que o monumento histórico, conhecido na atualidade como patrimônio histórico cultural ou apenas como **patrimônio cultural**,



compreende uma grande variedade de expressões e manifestações culturais, desde artefatos (objetos) até práticas e saberes, que são considerados valiosos para uma dada coletividade. Essa coletividade pode ser a população de um município, a de um estado da federação brasileira, a de todo

o país ou até mesmo do mundo. As manifestações e expressões culturais que são consideradas patrimônio cultural são valiosas do ponto de vista simbólico de tal maneira que sejam preservadas para que possam ser usufruídas por nós, na atualidade, e também por gerações futuras. (SPECULA, 2017, [s.p.] )

É o caso da capoeira: ela é considerada patrimônio cultural do Brasil desde 2008 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (estudaremos essa instituição na próxima seção) porque é um elemento estruturante de uma manifestação cultural, de um espaço e de um tempo no qual se expressam simultaneamente o canto, o toque dos instrumentos, a dança, os golpes, o jogo, a brincadeira e os símbolos rituais de herança africana recriados no Brasil. É importante ressaltar que esse reconhecimento só foi possível justamente porque o conceito muda através do tempo e porque cada sociedade atribui valores diferentes aos bens culturais ao longo do tempo. Se o pedido de salvaguarda da capoeira fosse solicitado há 20 anos, por exemplo, talvez ela não tivesse o mesmo status na época.

Resta-nos responder às demais perguntas realizadas no início do nosso estudo, que diziam respeito a outros bens culturais, por exemplo, o futebol e edificações, igrejas e/ou espaços de memória. De acordo com a discussão apresentada e os conceitos mobilizados, você pode afirmar que as pessoas, de forma geral, podem definir as práticas culturais como patrimônio cultural. No entanto, para que ela seja considerada pelo poder público como tal e usufrua de mecanismos para sua proteção, é necessário que o Estado, através de suas intuições responsáveis pela salvaguarda dos bens culturais, o eleja como tal.

## Avançando na prática

### De volta à origem

#### Descrição da situação-problema

Ao longo dos anos, os monumentos históricos e as obras de arte foram retirados de seus locais de origem, ora para alimentar vaidades pessoais, ora por preservação de peças que, em função de instabilidades políticas, corriam riscos de depredação. Não raramente, esses objetos se constituíram em acervos de museus monumentais que sequer discutiam a respeito da origem do espólio. A partir do que estudamos na seção, como você se posiciona sobre esse fato?

## Resolução da situação-problema

É muito importante que os acervos se mantenham no seu local de origem. Isso faz com que as comunidades reconheçam a importância de sua história a partir de seus monumentos. Mais que um tema de soberania cultural, o aspecto ético é evidenciado ao se considerar que muitas destas obras deixam seus locais sob forte tensão (guerras ou saques e ilegalidades). Diante de tal situação, o senso ético e respeito à memória deve ser o fundamento do processo de repatriação.

### Faça valer a pena



**Patrimônio histórico.** A expressão designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e savoir-faire dos seres humanos. Em nossa sociedade errante, constantemente transformada pela mobilidade e ubiquidade de seu presente, '**patrimônio histórico**' tornou-se uma das palavras-chave da tribo midiática. Ela remete a uma instituição e a uma mentalidade. (CHOAY, 2006, p. 11, grifos da autora)

1. A partir do texto, assinale a alternativa correta:

- a) O termo patrimônio histórico tem sido difundido pela mídia e isso tem garantido o sucesso das ações de preservação.
- b) A sociedade contemporânea, marcada pela ubiquidade de seu presente, abriu mão da preservação do patrimônio em função de sua inutilidade para o progresso.
- c) O patrimônio histórico pode ser considerado um bem cultural destituído de passado.
- d) O patrimônio histórico nasce como tal: sua função de memória surge a priori de sua construção.
- e) O patrimônio histórico está diretamente relacionado à atribuição de valores dada por alguém em um determinado contexto histórico.

**2.** A disputa sobre o local onde devem permanecer os bens ainda está longe de terminar. Exemplo disso é a negativa do governo alemão ao pedido de Hawass sobre a repatriação do busto de Nefertiti, atualmente em Berlim, e o busto de Ramsés II, em Londres. Na Carta de Atenas (1931), a Unesco determina a responsabilidade dos Estados sobre a salvaguarda dos monumentos. Em 1964, a mesma entidade edita norma em que orienta os Estados sobre exportação, importação e transferências ilícitas de monumentos.

De acordo com o texto, é correto afirmar que:

- a) As cartas patrimoniais são documentos que norteiam as ações da Unesco em relação à preservação do patrimônio cultural. São elas que determinam o valor patrimonial dos bens culturais.
- b) As obras devem permanecer no local em que se encontram, permitindo sua exposição em locais de maior trânsito de pessoas.
- c) Como as obras tratam de patrimônio cultural universal, é desnecessário, sob o ponto de vista histórico, debater sobre o local onde se encontram e/ou devem permanecer.
- d) É de responsabilidade da Unesco, organização criada na década de 1940, diluir os conflitos que digam respeito ao patrimônio cultural em território mundial.
- e) As negociações sobre os acervos de Londres e Berlim estão dissociadas de aspectos políticos porque, segundo a legislação da Unesco sobre patrimônio cultural, deve haver isenção na tomada de decisões.

### 3.

É claro que o Estado e o governo podem participar da criação desses valores [patrimoniais], privilegiando ou marginalizando uns e outros, mas sempre no jogo das práticas sociais. Estas é que são o ventre gerador. O poder público, agora, tem um papel declaratório e lhe compete, sobretudo, proteção, em colaboração com o produtor de valor, a comunidade. [...] Entretanto, mesmo sem qualquer intervenção do poder público, existe o 'patrimônio cultural nacional'. (MENESES, 2012, [s.p.])

Em relação ao texto, é correto afirmar que:

- a) O Estado é responsável por selecionar aquilo que deve ser ou não

preservado, e deve levar em conta as demandas sociais.

b) O Estado define o que é o patrimônio cultural da sociedade, e a sociedade define o que é patrimônio nacional.

c) As práticas sociais determinam a construção das identidades nacionais através do patrimônio cultural.

d) As instituições de preservação do patrimônio cultural atuam em consonância com os desejos da comunidade.

e) O campo do patrimônio é marcado pela relação harmônica e consensual entre as partes.

## Seção 1.3

### Patrimônio cultural no Brasil

#### Diálogo aberto

Caro aluno, até agora pudemos perceber que o patrimônio cultural surge com muito vigor no tempo presente, trazendo demandas que lhe são muito próprias. Vimos ainda que o termo “patrimônio cultural” surge muito ligada a uma ideia de monumento, se transforma em um conceito ligado ao monumento histórico para, apenas na contemporaneidade, ser tratado como tal. No Brasil, nossa política de preservação do patrimônio é uma das mais antigas da América Latina e tem se ocupado em ampliar o debate sobre o que deve ou não ser preservado.

Numa de suas aulas de História, os alunos perguntam a você, professor, por que toda vez que se fala em bens culturais, se fala em política pública de proteção ao patrimônio. Afinal, ponderam os alunos, o que a política pública tem a ver com monumentos, edifícios, igrejas e coisas velhas? Você precisa esclarecer essas dúvidas. O debate é incrementado por outras questões que, basicamente, dizem respeito a quem representa a política pública de patrimônio no Brasil, nos estados e municípios. Você, preocupado com as questões relativas ao patrimônio cultural, aproveita a oportunidade para desnaturalizar a impressão que os alunos têm acerca do patrimônio como “coisa velha” e cita o exemplo do tombamento, em janeiro de 2014, do prédio que abrigou o Destacamento de Operações de Informação do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) de São Paulo. O local, usado pelos militares para prender e torturar opositores da ditadura civil-militar no Brasil, abriga, atualmente, uma delegacia de polícia. A edificação, sem nenhum atrativo estético que possa ser considerado um exemplar da arquitetura contemporânea ou algo parecido, foi tombado porque carrega, segundo o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat), “uma difícil simbologia política”, tratando-se de um “patrimônio material que evoca as memórias de um momento longo e sombrio de nossa história” (PRÉDIO, 2014, [s.p.]). O órgão estadual de preservação da cidade de São Paulo aprovou por unanimidade o tombamento das antigas instalações onde funcionou o Destacamento. Esse exemplo lhe dá, professor, oportunidade para

perguntar aos alunos quais outros bens culturais existem na cidade que poderiam possuir relevância para o município, o estado ou a nação.

O tema é muito importante e complexo, podemos garantir. É muito mais interessante do que pode parecer! Para que possamos responder a essa e a tantas outras questões que certamente surgirão no decorrer de seu estudo, mobilizaremos alguns conteúdos. Vamos entender qual é o contexto do surgimento de uma política pública de preservação do patrimônio cultural no Brasil; compreender o significado do Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, para o campo do patrimônio; perceber a importância da criação de instituições nacionais, estaduais e municipais de preservação do patrimônio; e, por fim, conseguiremos pensar criticamente sobre o tema. Bom trabalho!

## Não pode faltar

### O surgimento da política de preservação do patrimônio cultural no Brasil

O surgimento de uma política de proteção ao patrimônio cultural no Brasil, nos anos 1930, foi uma estratégia do Estado Nacional Moderno não apenas para consolidá-lo como tal, mas também para criar um sentimento de pertencimento a uma comunidade nacional imaginada, unida por um projeto de unidade nacional, apregoada pelo **Estado Novo** e levada a cabo por intelectuais modernistas que, segundo Márcia Chuva (2009), forjaram o lugar do patrimônio e sua materialização. Embora a criação de uma instituição responsável pela preservação do patrimônio cultural no Brasil tivesse sido promulgada na Carta Constitucional de 1937, o sentimento nacional que essa Constituição vai forjar surge ainda na década de 1920, se consolida com a Revolução de 1930 e tem seu termo máximo durante o Estado Novo. A partir daí, a questão social, antes deixada de lado, passou a ser vista pelo Estado como um ponto fundamental. Ele seria o responsável por promover o bem-estar da nação, o que seria alcançado através de uma legislação de caráter social, pondo fim à preocupação dos trabalhadores. "O governo adotava uma democracia social em que o Estado se humanizava e integrava-se à vida popular." (GOMES, 1988, p. 207).

Desde os anos 1920, a intelectualidade já vinha levantando questões relativas ao tema da identidade nacional, e os chamados **modernistas** buscavam essa identidade nos regionalismos brasileiros. O movimento modernista queria buscar o "popular", o "tradicional" e o "histórico",



encontrando no período colonial as bases de nossa verdadeira identidade. Coube ao Estado, que queria ser percebido como moderno, legitimar o casamento entre os intelectuais do movimento e o próprio Estado, levando em conta as sugestões deste grupo de intelectuais na configuração do governo.

Como consequência desta união, podemos perceber, por exemplo, a defesa, por parte dos intelectuais, de um sistema nacional de educação como uma solução do problema do analfabetismo por meio de políticas federais, de modo a livrar-nos de sermos reféns dos elitismos locais. Outro exemplo que pode ser destacado é a existência de ações legais de preservação do patrimônio pulverizadas nos estados que concentravam maior quantidade de bens culturais que atendiam aos critérios estabelecidos para este fim, como o caso de Minas Gerais.

Não é à toa que a demanda para preservação desses bens surge a partir de denúncias de intelectuais sobre o abandono das cidades históricas e a dilapidação do que seriam os “tesouros” da nação, entendidos como a **arquitetura colonial** e a **herança luso-brasileira**. Afinal, ser moderno era também buscar na tradição e em um passado comum e idealizado o sentimento nacional, aquele que daria unidade à nação.

A partir daí, o tema da preservação passou a ser objeto de debate nas instituições culturais, nos governos estaduais e, sobretudo, na imprensa. As primeiras respostas do poder público a estas solicitações partiram de governos de cidades que possuíam significativos acervos de monumentos históricos, que criaram legislações específicas para proteger, de alguma forma, seus bens culturais, antes mesmo de existir uma preocupação do governo federal em formalizar uma lei sobre o tema. Dessa forma, foram criadas as inspetorias estaduais de monumentos históricos em Minas Gerais (1926), na Bahia (1927) e em Pernambuco (1928).

A proteção legal efetiva do **patrimônio artístico histórico nacional** iniciou-se com a **Constituição de 1934**, promulgada em 16 de julho. Nela consta o artigo de nº 148, segundo o qual “cabe à União, aos Estados e aos Municípios proteger os objetivos de interesse histórico e o patrimônio artístico do país” (BRASIL, 1934, [s.p.]). **Gustavo Capanema** (1900-1985), Ministro da Educação e Saúde em 1934, teve a iniciativa de propor estudos para a elaboração de um projeto de lei federal que regulamentasse o preceito constitucional e encarregou

**Mário de Andrade** – que era diretor do Departamento de Cultura do município de São Paulo – para elaborar o tal projeto, que foi escrito em 1936 (também conhecido como Anteprojeto) e serviu como referência para a criação do **Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (SPHAN)** em 1937. O projeto previa a preservação do acervo arqueológico e etnográfico, histórico, de belas artes, de artes aplicadas e de tecnologia industrial. Sem falar das características mais populares do Brasil, o que era o principal enfoque da sua proposta. O primeiro órgão federal de proteção ao patrimônio também surgiu em 1934, no Museu Histórico Nacional, por iniciativa de Gustavo Barroso (1888-1959), advogado, escritor e importante colaborador do governo. Denominado de Inspeção dos Monumentos Nacionais, o órgão tinha como principal foco de atuação a restauração de monumentos da cidade de Ouro Preto.

### **O Estado Novo e a criação do serviço do patrimônio histórico e artístico nacional**

O Estado Novo (de 1937 a 1945), período ditatorial da Era Vargas, foi um momento no qual a elaboração da noção de nação e de homem brasileiro constituiu elemento central do discurso político. Além da prática da repressão, o governo buscava estratégias políticas e instrumentos de ação que pudessem conciliar tradição e modernidade. Essa ambição por consolidar um sentimento nacional foi dirigida pelo Estado, sobretudo, com o auxílio da intelectualidade brasileira, que esteve presente na construção de uma identidade brasileira.

Reunida em torno do Ministério da Educação e Saúde, uma vanguarda artística e cultural contribuiu para uma reinvenção do Brasil, de forma ufanista e exacerbada, por meio de práticas e narrativas que ressaltavam a excepcionalidade do povo brasileiro. Para atingir esse objetivo, não apenas foram criados organismos visando educar a população, mas também construir uma memória nacional, como a criação de uma instituição responsável pela salvaguarda do patrimônio cultural. Poucos dias após o golpe que instituiu o Estado Novo, o Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, organizou a proteção do patrimônio Histórico e Artístico Nacional, criando o SPHAN. O documento definia como patrimônio artístico histórico nacional:

[...] o conjunto de bens móveis e imóveis no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico [...] (BRASIL, 1937, [s.p.])

Conforme aponta o órgão federal de preservação, também podem ser tombados os

[...] monumentos naturais, sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou criados pela indústria humana. (IPHAN, 2017, [s.p.])

A lei atribui ao **tombamento** – instrumentos de preservação que veremos em detalhes na próxima seção – como uma maneira de proteger o bem.



Pesquise mais

Para ler na íntegra o Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que originou o serviço do patrimônio artístico histórico e nacional, consulte o link indicado. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del0025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm)>. Acesso em: 20 out. 2017.

Os intelectuais que participaram efetivamente dos quadros do Serviço (Mário de Andrade, Manuel Bandeira (1886-1968), Carlos Drummond de Andrade, Rodrigo de Melo Franco de Andrade (1898-1969) e Lucio Costa (1902-1998)) compartilhavam de ideais modernistas e percebiam no Estado uma possibilidade de cristalização desses valores em consonância com o nacionalismo que se consolidava. O Estado, por sua vez, ao incorporar novos padrões estéticos, de comportamento e de conduta, e ao oficializar a valorização do patrimônio cultural dentro desses pressupostos, consolidava-se como moderno. Conforme sugere Fonseca (2009);

A constituição de patrimônios históricos e artísticos nacionais é uma prática característica dos Estados modernos que, através de determinados agentes, recrutados entre os

intelectuais, e com base em instrumentos jurídicos específicos, delimitam um conjunto de bens no espaço público. Pelo valor que lhes é atribuído, enquanto manifestações culturais e enquanto símbolos da nação, esses bens passam a ser mercedores de proteção, visando à sua transmissão para as gerações futuras. (FONSECA, 2009, p. 21)



Refleta

Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (**SPHAN**) ou Instituto do Patrimônio e Artístico Nacional (**IPHAN**): a legislação que criou o órgão de preservação do Brasil, em 1937, é uma das pioneiras da América Latina. Ao longo de sua história, sua nomenclatura mudou, mas o órgão nunca perdeu sua principal função: normatizar a proteção do patrimônio cultural brasileiro. Veja quais foram os nomes desta instituição ao longo do tempo:

**1937:** Fundação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como órgão oficial de preservação do patrimônio cultural brasileiro.

**1946:** O SPHAN tem seu nome alterado para Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN).

**1970:** O DPHAN é transformado em Instituto do Patrimônio Artístico Nacional (IPHAN).

**1979:** O IPHAN é dividido em SPHAN (Secretaria), na condição de órgão normativo, e a Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM), como órgão executivo.

**1990:** A SPHAN e a FNPM foram extintas para darem lugar ao Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC).

**1994:** O IBPC se transforma em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Cada período reflete não só a mudança de nome da instituição, mas, principalmente, o entendimento do que a instituição deve fazer. Você consegue fazer um paralelo entre as mudanças do instituto e o pensamento vigente da época em que elas ocorreram?

## As ações de preservação do órgão federal de proteção ao patrimônio cultural

As duas primeiras décadas de proteção do patrimônio no Brasil foram marcadas pela seleção de objetos que, segundo Márcia Chuva (2009), construíram uma ideia de memória nacional produzida a partir

do patrimônio cultural. Uma das principais características do período foi o tombamento de bens arquitetônicos (em torno de 90%), que se concentrava nos estados do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Minas Gerais. Eram monumentos edificados, também denominados de “pedra e cal”, que tinham relação direta com o Barroco e com o passado colonial brasileiro. A chamada arquitetura tradicional, então selecionada como representativa das origens da nação, **reafirmava permanentemente as raízes portuguesas**, especialmente expressivas nas construções religiosas como formadoras da nacionalidade.

A relação entre a **conservação do passado e a modernização do presente** tem se tornado uma das especificidades do caso brasileiro no processo de invenção do patrimônio nacional (CHUVA, 2009).

Nesse sentido, era a arquitetura colonial que materializava os ideais de uma nação que buscava na sua origem portuguesa a justificativa necessária para a valorização de seu patrimônio e, por que não dizer, de sua identidade. Por isso que, ao privilegiar o tombamento de igrejas barrocas e sua arte sacra, fortes, sobrados e construções diversas da arquitetura colonial – construções valorizadas pelos intelectuais e técnicos do órgão de preservação daquele momento – contribuiu para consolidar a máxima de um Estado nacionalista.



### Exemplificando

#### A herança de Mário de Andrade (1893 -1945)

Sobre a participação que os intelectuais tiveram em relação ao SPHAN, destaca-se a de Mário de Andrade, que concebeu o patrimônio em todas as suas vertentes, como sua participação na Comissão Nacional do Folclore (1947) demonstra. Parte da sua obra, que também trata sobre o assunto, compõe o acervo da Biblioteca Mário de Andrade, localizada na cidade de São Paulo.

O contexto brasileiro da década de 1950 foi marcado pelo governo de Juscelino Kubitschek (1902-1976) e sua política de desenvolvimento industrial. Nos aspectos que dizem respeito ao nosso tema de estudo, é importante destacar a criação da Campanha de Defesa do Folclore pelo Ministério da Educação e Cultura, em 1958, a qual foi a entidade pioneira instituída para atuar na área.

Durante o governo civil-militar no Brasil, a concepção de patrimônio tornou-se intimamente entrelaçada à racionalidade econômica, e as

mudanças seguiram no caminho da criação de novos indicadores de brasilidade. Nesse período, a ideologia do desenvolvimentismo atrelou o nacionalismo aos valores da modernização.



Consideradas as devidas proporções, há, em 1930 e em 1960, uma mesma cultura política, fundamentada num encontro que se manifesta nas representações do plano político e, mais precisamente, na visão da evolução histórica, do povo e da nação. Dadas as relações ambíguas dos movimentos político-culturais dos anos 1960 com o Estado nacional e com as ideologias nacionalistas, o que predominou nesse período foi a luta anti-imperialista. (FONSECA, 2009, p. 133)

Na prática do SPHAN, durante a década de 1960, surgiram tensões agudas, pois os representantes da instituição tentavam compatibilizar o interesse pela preservação à questão econômica. Nesse sentido, o papel do órgão de preservação era o de conciliar interesses: demonstrar a relação entre valor cultural e valor econômico, articulação que foi feita principalmente considerando os bens culturais como mercadorias de potencial turístico (atividade que começava a ganhar expressão nessa década).



### Assimile

**Tombamento** é uma ação que enfatiza o valor simbólico de um determinado bem considerado patrimônio cultural, com o objetivo preservá-lo. No Brasil, o tombamento pode ser efetuado em nível municipal, estadual e/ou federal, pelos respectivos órgãos de preservação. O **IPHAN** é um órgão federal que analisa e efetua o tombamento dos patrimônios nacionais, bem como realiza a fiscalização em relação à sua conservação (SPECULA, 2017, [s.p.])

No início da década de 1970, o encontro dos governadores, realizado durante a gestão de Renato Soeiro (diretor do SPHAN), teve como pauta a descentralização da preservação do patrimônio nacional e a importância de os governos estaduais atuarem de forma colaborativa com o órgão de preservação. Nos documentos Compromisso de Brasília e Compromisso de Salvador, se recomendava que os estados e municípios exercessem uma atuação supletiva à federal na proteção dos bens culturais de valor nacional e assumissem, sob a orientação técnica do então DPHAN a proteção

dos bens de valor regional. Para atender, esses objetivos, estados e municípios deveriam criar, quando fosse o caso, instituições e legislação próprias, como ocorre de fato na atualidade. É aí que os estados e municípios entram em cena na preservação do patrimônio cultural federal: além de terem legislações próprias, passaram a contribuir com o serviço na atribuição de valores aos bens federais localizados nessas outras duas instâncias.



**Pesquise mais**

Os dois documentos, o Compromisso de Brasília e o Compromisso de Salvador, significaram importantes passos para que estados e municípios compartilhassem a responsabilidade acerca dos bens culturais localizados nas suas regiões. Quais foram os impactos que o documento de Brasília teve na política de preservação do patrimônio cultural no Brasil? Para responder a essa dúvida, clique no link indicado e leia mais sobre o assunto. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Compromisso%20de%20Brasilia%201970.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2017.

Em 1972, países-membro da Unesco referendaram a petição intitulada Convenção para a Proteção do Patrimônio Cultural e Natural do Mundo, em que a proposta era a de proteger monumentos e lugares de valor universal. Um ano depois, o governo, aderindo à convenção, investiu uma considerável soma de recursos ao programa por ele criado, denominado de Programa de Cidades Históricas (PCH). Essas iniciativas colocaram a preservação dos bens culturais na agenda dos planos de desenvolvimento econômico das cidades.

Ainda naquela década, foi criado o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), que tinha como principal objetivo mapear, documentar e compreender a diversidade cultural do Brasil. Aloísio Magalhães (1927-1982), que, além de designer, esteve à frente do órgão federal durante o período de 1979 a 1981, foi o responsável por valorizar o saber popular como patrimônio cultural. No final da década de 1970, é criada a Fundação Nacional Pró-Memória, a qual tem um impacto importante na visão daquilo que passou a ser considerado patrimônio nacional. Podemos dizer que a noção de patrimônio introduzida pelo CNRC e pela FNPM desloca o poder de atribuição de sentidos dos bens culturais para os próprios sujeitos. Passa-se a valorizar as práticas culturais em processo, e não apenas os produtos resultantes do reconhecimento de sua importância e salvaguarda. Este debate

amadurece ao longo dos anos 1980 e aparece na Constituição de 1988, tema que abordaremos na próxima unidade.

## Sem medo de errar

Depois de estudar esta seção, você, como professor de História, já é capaz de responder às questões propostas anteriormente, as quais indagavam acerca da relação entre a política pública e a preservação dos monumentos. Agora, você já pode explicar aos seus alunos que a preservação do patrimônio no Brasil se tornou política pública a partir da legislação de 1937, que, ao instituir o tombamento de bens, deliberou sobre sua preservação. É importante ressaltar que, ao longo do tempo, os valores atribuídos aos bens foram mudando e, atualmente, é possível considerar um bem tanto pelo seu valor de edificação quanto pelo seu valor simbólico. A partir dos conteúdos estudados, percebemos o quanto o governo, os estados e municípios são importantes para legitimar, através de políticas públicas de preservação, aquilo que é considerado patrimônio cultural.

Percebemos também que, embora a noção de patrimônio cultural estivesse colada à ideia de identidade nacional – e a história do patrimônio cultural no Brasil mostra isso –, há mudanças significativas da atribuição de valores ao patrimônio. Um dos exemplos que ilustra esse caso é exatamente o do tombamento, em 2014, do prédio do DOI-CODI de São Paulo, como mencionamos anteriormente. De acordo com o que estudamos, se o pedido do tombamento tivesse sido realizado na década de 1930, logo após a criação do SPHAN, seguramente ele não teria relevância que justificasse esse fim, pois sua arquitetura – característica fundamental para os tombamentos da época – não apresentava a exigência sugerida, que era a de ela conter algo que remetesse ao passado colonial brasileiro. Você pode explicar aos seus alunos também que, ponderando ainda sobre esse caso, se houvesse uma solicitação para seu tombamento durante o período da ditadura-civil militar no Brasil, muito provavelmente o bem poderia ser inscrito no Livro de Tombo Histórico, exaltando a sua importância para o regime: garantir a segurança do Estado. Ou seja, o tombamento desse imóvel com uma justificativa tão sensível à memória dos impactos da ditadura no Brasil só foi possível porque outros fatores – que transcenderam a importância da arquitetura – foram levados em conta pelo órgão de preservação.



Essas reflexões são importantes porque endossam a discussão acerca da atribuição de valores ao bem: cada época histórica atribui valores diferentes, de acordo com o contexto no qual vivemos, das diretrizes do poder público e das pessoas responsáveis por atribuir esses valores. Dessa forma, podemos perceber que os sentidos do tombamento mudam conforme mudam os interesses em relação a ele e, no caso do tombamento em questão, a leitura que o órgão estadual de preservação fez sobre este caso (o Condephaat), que votou de forma unânime para o tombamento do DOI-CODI, foi decisivo no processo, bem como tem sido uma referência nas discussões que envolvem memórias difíceis. Agora, de acordo com essas reflexões, seus alunos poderão olhar para os bens tombados da cidade e refletir a respeito de quais valores foram levados em conta no processo, bem como pensar acerca do interessante processo de atribuição de valores a ele e do contexto de sua atribuição.

## Faça valer a pena

**1.** Pierre Bourdieu (1930-2002) desenvolve importantes conceitos que podem ter relação com o patrimônio cultural. A noção de campo é um deles. Para o autor, esta noção é concebida como um espaço social multidimensional de relações entre agentes que compartilham interesses em comum, mas que não dispõe dos mesmos recursos. De acordo com o autor, “todo campo seria, ao mesmo tempo, ‘um campo de forças’, pois constringe os agentes nele inseridos, quanto um ‘campo de lutas’, no qual os agentes atuam conforme suas posições, mantendo ou modificando sua estrutura” (BORDIEU, 1996, p. 47). Ainda conforme o autor:



Os campos são resultados de processos de diferenciação social, da forma de ser e do conhecimento do mundo, e o que dá suporte são as relações de força entre os agentes (indivíduos e grupos) e as instituições que lutam pela hegemonia, isto é, o monopólio da autoridade, que concede o poder de ditar as regras e de repartir o capital específico de cada campo. (BORDIEU, 1983, p. 114)

A partir das noções de campo sugeridas por Bourdieu (1983) e as possíveis relações com o patrimônio cultural, assinale a alternativa correta:

- a) O campo do patrimônio é, por definição, um espaço de tensão no qual se confrontam gestores, representantes do Estado ou instituições que nem sempre possuem os mesmos interesses em relação à salvaguarda do patrimônio cultural.
- b) Quando o campo do patrimônio cultural apresenta conflitos no que tange à sua salvaguarda, as instituições de preservação optam pelo arquivamento do processo, pois as tensões no campo impedem o consenso entre as partes.
- c) As instituições possuem interesses comuns, bem como recursos igualitários para a salvaguarda do bem cultural, determinando o campo do patrimônio como isento de tensões sociais e econômicas para a sua salvaguarda.
- d) O campo do patrimônio é formado por interesses antagônicos entre as instituições municipais, estaduais e federais, o que impossibilita o mesmo bem de ser tombado nas três instâncias.
- e) A legislação de proteção ao patrimônio cultural assegura a ausência de litígios do campo, promovendo um campo de atuação do patrimônio cultural harmonioso e consensual sem a possibilidade de conflitos entre as partes.

## 2. Segundo Marcia Chuva (2009):



O nacionalismo, configurado no Brasil como uma política de Estado nas décadas de 1930 e de 1940, foi marcado pela unidade nacional. Dentro dos limites de atuação do SPHAN, esse projeto significou o entrelaçamento de redes e de alianças e trocas que, nacionalmente, levariam à imposição de valores civilizatórios, estéticos e morais, ao construir um 'patrimônio nacional'. (CHUVA, 2009, p. 22)

De acordo com a citação, podemos inferir que:

- a) Os valores que nortearam a criação do SPHAN eram os mesmos que fundamentavam a visão de mundo da República Velha.
- b) Modernismo e nacionalismo forneceram os subsídios para a formação do Estado nacional moderno e elegeram o patrimônio como veículo de legitimação.
- c) Os modernistas foram os responsáveis por valorizar a arte moderna nos primeiros anos do SPHAN.
- d) O romantismo foi uma das principais características do Brasil durante o Estado Novo, que permitiu a valorização do patrimônio do interior do país.
- e) O Estado Novo apregoava a defesa de valores oligárquicos, o que justificava a entronização da arte barroca mineira.

**3.** O projeto Roteiros Nacionais de Imigração, lançado em 2007, foi instituído a partir do tombamento de centenas de bens relativos a imigrantes em Santa Catarina. Fruto de uma parceria entre o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a Fundação Catarinense de Cultura (FCC), instituição estadual de preservação, e as prefeituras, tem como objetivo valorizar o patrimônio cultural dos imigrantes italianos, alemães, poloneses e ucranianos em Santa Catarina e valorizá-los turisticamente, implementando roteiros turísticos pelas áreas nas quais os processos migratórios foram mais significativos.

A partir das informações acerca do Projeto Roteiros Nacionais de Imigração, assinale a alternativa correta.

- a) O projeto valoriza a memória de todos os imigrantes que vivem no interior do estado de Santa Catarina, em suas propriedades de caráter não monumental.
- b) A valorização de rotas culturais é uma criação exclusivamente brasileira, que visa dar visibilidade às populações originárias das diásporas.
- c) O projeto tem a preocupação de englobar todas as minorias étnicas que formaram o estado catarinense.
- d) A apropriação dos bens culturais relativos à memória dos imigrantes pelo turismo dá espaço para visibilizar as minorias étnicas que migraram para o estado.
- e) O projeto, ao valorizar o patrimônio étnico de alguns grupos de imigrantes e excluir outros, reforça a ideia de que apenas algumas etnias contribuíram para a construção das identidades brasileiras.

# Referências

BORDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (Org.). **Coleção Grandes Cientistas Sociais**. São Paulo: Ática, 1983. p. 122-155, v. 39.

\_\_\_\_\_. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papiros, 1996.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Constituição da República dos estados Unidos do Brasil de 16 de julho de 1934**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm)>. Acesso em: 20 nov. 2017.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Decreto-lei nº 25, **de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del0025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm)>. Acesso em: 20 nov. 2017.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 4. ed. São Paulo: Estação Liberdade: Unesp, 2006.

CHUVA, Márcia. **Os arquitetos da memória**: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

CORPO de João Goulart é exumado após mais de 18 horas no RS. **São Paulo: UOL**, 14 nov. 2013. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2013/11/14/corpo-de-joao-goulart-e-exumado-apos-mais-de-18-horas-no-rs.htm>>. Acesso em: 4 set. 2017.

DICIONÁRIO ETIMOLÓGICO. **Patrimônio**. [s/l]: 2008. Disponível em: <<https://www.dicionarioetimologico.com.br/patrimonio/>>. Acesso em: 27 set. 2017.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **Patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalho**. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**. Arquitetura, monumentos, mídia. 2 ed. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Compromisso de Salvador**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Compromisso%20de%20salvador%201971.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. **Compromisso de Brasília**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Compromisso%20de%20Brasilia%201970.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro Passado. **Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização**. Cotia: Ateliê, 2008.

LEVI, Primo. **É isto um homem?** Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. In. FÓRUM NACIONAL DO PATRIMÔNIO, 1. **Anais...** Ouro Preto: IPHAN, 2012.

NORA, Pierre. Entre memória e a história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo: PUC-SP, n. 10, dez. 1993.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA. **Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural**. Paris, 1972. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001333/133369por.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2017.

PORTA, Paula. **Política de preservação do patrimônio cultural no Brasil**: diretrizes, linhas de ação e resultados: Brasília: IPHAN/Monumenta, 2012.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente**. São Paulo: Estação liberdade, 2009.

PRÉDIO do DOI-Codi de São Paulo é tombado pelo patrimônio histórico. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 28 jan. 2014. Disponível em: <<http://m.folha.uol.com.br/poder/2014/01/1403770-predio-do-doi-codi-de-sao-paulo-e-tombado-pelo-patrimonio-historico.shtml>>. Acesso em: 20 out. 2017.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ROMERO, Mariza. Entrevista François Hartog. **Revista Brasileira História**, São Paulo: Associação Nacional de História, v. 35, n. 70, p. 281-291, jul./dez. 2015.

SANTOS, Miriam Sepúlveda dos. **Memória coletiva e identidade nacional**. São Paulo: Annablume, 2013.

SPECULA. Laboratório de Patrimônio Cultural. Universidade do Estado de Santa Catarina. Sobre **o patrimônio**. Florianópolis, 2017. Florianópolis, 2017. Disponível em: <<http://redespecula.pro.br/sobre-o-patrimonio/>>. Acesso em: nov. 2017.

SPECULA. Sistema de Pesquisa e Referência sobre Patrimônio Cultural em Santa Catarina. 2017. Disponível em: <http://www.labpac.faed.udesc.br/specula.htm>. Acesso em 20 nov. 2017.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CATARINA. Laboratório de Patrimônio Cultural. Sistema de Pesquisa e Referência sobre Patrimônio Cultural

VEYNE, Paul. **O inventário das diferenças**: história e sociologia. São Paulo: Brasiliense, 1983. Disponível em: <[http://www.labpac.faed.udesc.br/specula\\_fichas\\_patrim\\_edificado/specula\\_ficha\\_casaraduenz\\_pom.pdf](http://www.labpac.faed.udesc.br/specula_fichas_patrim_edificado/specula_ficha_casaraduenz_pom.pdf)>. Acesso em: 15 jan. 2018.



# Memória e patrimônio

## Convite ao estudo

Esta unidade tratará de assuntos instigantes relacionados aos bens culturais e à sua patrimonialização. Se na unidade anterior estudamos os conceitos relativos ao patrimônio cultural, sua importância no tempo presente e o início da preservação do patrimônio cultural no Brasil, nesta unidade compreenderemos quais são os sentidos de preservar o patrimônio cultural, bem como a complexidade do que ele pode representar. Seguramente, você já esteve diante de um bem cultural tombado sem saber exatamente o que isso significava, não é verdade? Ou ainda, poucas vezes pôde refletir sobre quem de fato atribuiu importância ao bem cultural e em que circunstâncias isso ocorreu. Para que possamos atingir com excelência o objetivo da unidade, que é conhecer os processos de patrimonialização e as instituições de salvaguarda, é muito importante atentar aos conteúdos propostos e suas bases conceituais. Pensar nos valores atribuídos a algum bem cultural é, sobretudo, problematizar seus inúmeros significados e refletir a respeito dos interesses que norteiam sua patrimonialização: quais memórias foram mobilizadas para a sua patrimonialização, a quem isso interessa ou, ainda, que instrumentos de salvaguarda foram utilizados. Esta é uma discussão importante e atual. Vamos lembrar, por exemplo, do evento ocorrido em agosto de 2017 que envolveu uma disputa em torno do patrimônio cultural e sua representatividade: na época, foi noticiado na mídia internacional um conflito social ocorrido em Charlottesville, estado da Virgínia, nos Estados Unidos, motivado pela decisão municipal de retirar um monumento do General Robert Lee (erguido em 1924), um ícone do exército confederado da Guerra Civil norte-americana que, dentre outros motivos, lutava pela manutenção da condição escravagista dos estados do Sul. O argumento da prefeitura para a retirada do monumento embasou-se no fato de que a sua presença naquele local contribuía negativamente para

a integração da sociedade local (remetendo a uma recordação da dominação branca), composta essencialmente por brancos, latinos e negros. Posteriormente, a justiça local suspendeu a retirada do monumento, o que gerou protestos por parte dos grupos antifascistas e movimentos negros. Em resposta, suprematistas brancos foram às ruas, dando causa aos conflitos que culminaram com inúmeros feridos, além da morte de uma jovem advogada branca, defensora da retirada do símbolo, vítima de atropelamento por veículo conduzido por um neonazista. Nesse contexto, o presidente Donald Trump se manifestou, declarando que qualquer posição extrema é responsável pelo trágico acontecimento. Segundo a matéria veiculada no website O Globo, de 21 de agosto de 2017, escrita por Alex Dobuzinskis, em que faz referência ao Southern Law Poverty Center, mais de 700 monumentos que representam o movimento confederado ainda estão erguidos pelo país. O que se percebeu após o conflito foram inúmeras manifestações pela retirada desses símbolos. Ora, notamos, através deste exemplo, que se trata de fatos que envolveram um monumento cultural que teve repercussões sociais impactantes naquela sociedade.

A partir deste exemplo, podemos pensar: em que medida os monumentos (estátuas, bustos, etc.) representam a memória de algumas pessoas ou a identidade de grupos sociais? Qual é a relação que existe entre o patrimônio cultural e essas identidades representadas? Todos os grupos sociais têm seu patrimônio cultural reconhecido? De que maneira as políticas públicas de patrimonialização são responsáveis por lembrar ou tornar invisíveis o patrimônio cultural de determinados grupos sociais? Que outros exemplos podemos citar que apontam o patrimônio cultural como vetor de memória e de conflito?

É com o objetivo de responder a essas e a outras questões que podem surgir no decorrer das aulas que vamos trabalhar, nesta unidade, os temas que envolvem aspectos relativos à memória, à identidade e ao patrimônio cultural.

Na primeira seção vamos mobilizar três conceitos fundamentais: memória, identidade e patrimônio. Neste sentido, vamos abarcar o que entendemos como memória e como ela



pode estar contemplada nas políticas patrimoniais, percebendo que existem grupos que se identificam ou não com as memórias representadas pelo patrimônio cultural e, por fim, entenderemos o campo do patrimônio em uma perspectiva na qual a tensão entre o binômio lembrar/esquecer é marca registrada deste debate.

Na segunda seção, o desafio é compreender um pouco melhor as políticas públicas de preservação do patrimônio cultural a partir da Constituição Federal de 1988, na qual há uma ampliação no sentido do que é patrimônio cultural no cenário brasileiro.

Por fim, na terceira seção, estudaremos os instrumentos de preservação do patrimônio cultural (tombamento, registro e chancela), bem como a atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) na cena brasileira contemporânea.

## Seção 2.1

### Patrimônio, museus e arquivos

#### Diálogo aberto

Prezado aluno, o objetivo desta seção é trabalhar com as complexas e interessantes relações que envolvem o tema da memória e sua relação com o patrimônio cultural, intermediadas pelos processos identitários. Você já parou para pensar que tipos de argumentos estiveram envolvidos na disputa pela retirada ou não do monumento do General Robert Lee erguido na década de 1920, em uma praça, em um estado da Virgínia? O que essa atitude pode representar? Pode um monumento, considerado patrimônio cultural por algumas pessoas, provocar tal celeuma?

Vamos pensar sobre os monumentos culturais (estátuas, obeliscos, etc.) daquela pracinha localizada no centro histórico da cidade na qual vivemos e que nem notamos ou nos identificamos. Mas eles estão lá: alguém em algum momento considerou que fosse importante a sua existência naquele lugar. Alguém lhe atribuiu um valor simbólico e o investiu desse poder. O quanto sabemos a seu respeito? O quanto nos representam? Será que se fossem subtraídos desses seus lugares, isso significaria algum sentimento de perda identitária? De que maneira percebemos ou não esses monumentos e quais memórias eles nos despertam?

Essas respostas serão possíveis a partir da mobilização dos conceitos estudados nesta seção, que compreendem a definição de memória e sua relação com o patrimônio cultural; o patrimônio cultural como uma representação da tensão entre lembrar e esquecer; a emergência da memória como um dever de reparar os erros do passado - e por isso o patrimônio deve nos lembrar daquilo que não pode ser esquecido; e de que forma o patrimônio cultural pode ou não mostrar quem somos. Compreender esses aspectos relativos ao patrimônio cultural e a questão das identidades não apenas o ajudará a entender o tema proposto como também fornecerá subsídios para que você exercite a valorização e o respeito à diversidade do patrimônio cultural como uma questão de cidadania.

### Memória e patrimônio cultural

Os homens contemporâneos mantêm uma relação ambígua e conflituosa com seu passado. Como apontamos na primeira unidade, vivemos um tempo intenso e fluído, no qual a crise da modernização e as incertezas da globalização fazem com que o homem viva unicamente o presente, denominado, por Hartog (2015) de Presentismo. Sem a perspectiva de um futuro melhor e sem o estímulo de grandes utopias políticas e sociais, o homem atual tende a refugiar-se em identidades que remetem a origens e raízes surgidas de um suposto passado glorioso que, muitas vezes, chegam até nós por meio do **patrimônio cultural** e o que ele representa. Mas, afinal, o que representa patrimônio cultural além das heranças socialmente construídas, como vimos nas seções anteriores? Ora, o patrimônio cultural é portador de **memórias** que constituem **identidades**, e é por isso que o centro da nossa discussão nesta seção é a memória, a identidade e o que ela representa para a sociedade atual na forma do patrimônio cultural. Autores como Hartog (2015), Poulot (2009) e Huyssen (2000), ressaltam que vivemos em um período da história no qual a memória é super valorizada. Podemos dizer que essa obsessão atual pela memória é um sintoma de um tempo no qual as experiências vividas são voláteis e efêmeras, segundo Benjamin (1986).

Ou seja, se vivemos em um tempo no qual a experiência transmitida não existe mais, recorreremos à memória dessas experiências para que possamos acionar, de alguma maneira, o passado. É nesse sentido que importa compreender o papel da memória nos processos de construção do passado, pois a busca memorial pode ser considerada uma resposta para um tempo em crise. Uma vez que o passado já passou, é a memória que nos dá a ilusão de que podemos revivê-lo!

Mas afinal, o que entendemos por memória? Candau (2011, p. 50) nos dá uma pista ao afirmar que a memória é, acima de tudo, "uma reconstrução continuamente atualizada do passado". Como construção, a memória não é fiel ao passado e nem é o próprio passado. No entanto, não nos interessa aqui aquela memória relativa às lembranças individuais, que alguns autores chamam de **memória individual**, mas aquela memória que evoca (de forma deliberada ou involuntária) recordações ou reconhecimentos

comuns, que alguns autores chamam de memória social e/ou de **memória coletiva**.



### Exemplificando

O escritor Marcel Proust atribuiu ao paladar e ao olfato a função de evocar fragmentos de seu passado. Ao molhar um biscoito francês chamado madeleine em uma xícara de chá, ativou reminiscências de sua infância. É como se a experiência do gosto do bolinho com chá fosse um vetor para acionar sua memória individual. (PROUST, 2014).

Esse termo ficou mais conhecido a partir da publicação póstuma, em 1950, da obra *A memória coletiva*, de autoria de **Maurice Halbwachs** (2004, p. 32). Para o autor, a “memória é marcada por um funcionamento coletivo e não apenas uma faculdade humana interior” e apresenta a memória como um motivo de coesão social, como uma espécie de adesão afetiva ao grupo. Para ele, a memória é um fenômeno comum e em contínua mudança, porém uma mudança passiva, estabelecida pelas condições presentes, cujo individual se dissolve no grupo e aparece em instantes bastante peculiares, prevalecendo o coletivo.

A partir dos anos 1970, surgem interrogações e preocupações em relação à importância das fontes orais para a produção da história e o tema da memória é retomado. Esses novos estudos trouxeram outra dimensão ao debate: embora o termo memória coletiva continue sendo utilizado, considera-se que a memória envolve negociação e, portanto, não é tão homogênea e consensual como Halbwachs (2004) defendeu. Afinal, um grupo não recorda de acordo com uma modalidade culturalmente determinada e socialmente organizada. A partir de então, podemos entender a memória muito mais como uma “representação ou um enunciado que membros de um grupo vão produzir a respeito de uma memória supostamente comum a todos os membros desse grupo” (CANDAUI, 2011, p. 24) do que algo que confere coesão a um grupo e, portanto, é destituída de conflitos.



### Exemplificando

O documentário *Memórias do cativo*, produzido pelo Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense/RJ, apresenta as **memórias coletivas** que narram uma história de camponeses negros nascidos nas antigas áreas cafeeiras do sudeste brasileiro nas primeiras

décadas do século XX, descendentes de antigos escravos chegados da África na região durante o século XIX. Trata-se de uma produção que exemplifica como as memórias coletivas são construídas e de que forma podem ser usadas, no caso, para narrar uma história. Disponível em: <<https://goo.gl/Lt8Xyv>>. Acesso em: 18 out. 2017.

A **memória coletiva** pode também ser entendida como um conjunto de representações do passado que constituem o nível mediador entre o tempo vivido e o discurso público: um processo de interpretação que supõe a transformação do passado mediante um conjunto de práticas que se conectam no presente de um grupo. A patrimonialização é uma dessas representações. Os diferentes grupos ressignificam esta memória à luz de sua ideologia e seus interesses. Mas há uma diferença entre a **memória oficial**, elaborada pelo Estado aos organismos públicos para glorificar, mitificar ou ocultar acontecimentos e manter a identidade nacional; e a **memória pública**, que se caracteriza como a vontade e o desejo por parte de algum grupo social de selecionar ou organizar representações do passado de modo que podem ser assumidas pelos indivíduos como próprias. A primeira é um elemento de legitimação e consenso, enquanto a outra é motivo de debate entre as forças concorrentes no espaço público. A **memória oficial**, que se identifica em boa parte dos casos com a memória nacional, busca justificar-se no passado, reelaborando e reinterpretando a história.



Refleta

### Figura - Estátua equestre de Dom Pedro I (1798-1834)

Observe a imagem da Estátua equestre de Dom Pedro I, localizada na Praça Tiradentes, centro histórico da cidade do Rio de Janeiro/RJ. A estátua foi considerada a primeira escultura pública do Brasil, inaugurada em 30 de março de 1862. O historiador Knauss (2010) chama a atenção para a estrutura narrativa do monumento:

O gradil de ferro compõe um octógono que cerca a escultura e traz em cada coluna, a inscrição de uma data que demarca os principais fatos da história da independência e da afirmação do Estado nacional; o pedestal em granito apresenta em cada um de suas faces laterais alegorias de



bronze que representam os rios do país - Amazonas, Madeira, Paraná e São Francisco - associando a imagem de índios e animais esculpidos em bronze; no alto do pedestal, antes da estátua, contorna a peça os brasões das vinte províncias imperiais, e, finalmente, encimando o conjunto, a estátua equestre do imperador em trajes militares sem insígnias monárquicas, com um braço esticado que traz na mão um livro, que representa a primeira Constituição nacional, outorgada em 1824. [...] Na face principal, na cimalha do pedestal, abaixo da estátua, aparece um escudo com a inscrição D. Pedro I, gratidão dos brasileiros. (KNAUSS, 2010)

A partir da imagem e da descrição proposta por Knauss (2010), podemos afirmar que a estátua representa a materialização de uma memória oficial do Estado brasileiro?

Figura 2.1 | Estátua equestre de Dom Pedro I



Fonte: Pedro Oswaldo Cruz., Estátua equestre de Dom Pedro I.2012. Acervo INEPAC. Licenciado sob CC BY 2.0 BR. , Disponível em: <<https://goo.gl/dphe71>>. Acesso em: 18 out. 2017.

Quando o Estado Nacional se consolidou e sua legitimidade foi menos questionada, os grupos dissidentes, não contemplados por essa política de memória, iniciaram movimentos que tinham como objetivo ressignificar, reler ou reinterpretar a memória oficial marcada pela identidade nacional. Nesse sentido, perceberam também que através da patrimonialização de seus bens culturais, eles poderiam ser visibilizados. O patrimônio cultural, nesse sentido, passa a ser vetor de memória, instrumento para os grupos que a reivindicam, e os chamados **lugares de memória**, termo cunhado por **Pierre Nora**

(1993), uma referência para tratar o tema. Para o autor, os lugares de memória são todos aqueles que possuem um valor simbólico:

Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o extremo de uma significação simbólica, é, ao mesmo tempo, um corte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, a um lembrete concentrado de lembrar. Os três aspectos coexistem sempre [s.p.]. É material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante ao mesmo tempo a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vivida por pequeno número uma maioria que deles não participou. (NORA, 1993, p. 21-22)

Por fim, é possível afirmar que o patrimônio cultural evidencia os paradoxos da memória, feita de lembranças e esquecimentos, como veremos a seguir.



**Pesquise mais**

O Memorial da América Latina, em São Paulo, foi construído em 1989 com o objetivo de estreitar as relações do Brasil com os demais países da América Latina. Em um de seus espaços, a Praça Cívica, encontra-se uma escultura mundialmente conhecida de Oscar Niemeyer: A mão. Pesquise mais sobre esse monumento e procure refletir sobre seu significado no texto indicado. Disponível em: <<https://goo.gl/jrK32Z>>. Acesso em: 18 out. 2017.

### **Memórias em disputa: lembrar e esquecer**

Lembrar e esquecer são ações que implicam seleção de informações, o que significa dizer que, assim como não há possibilidades de manter uma memória integral, não há memória sem esquecimento. “O que o esquecimento desperta nessa encruzilhada [de lembrar e esquecer] é a própria aporia que está na fonte do caráter problemático da representação do passado, a saber, a falta de

confiabilidade na memória" (RICOEUR, 2014, p. 425). Nesse sentido, o binômio lembrança-esquecimento é indissociável e reflete nas políticas de patrimonialização dos bens culturais. Preservar ou não um bem cultural implica selecionar quais memórias serão exortadas e quais serão esquecidas, pois, de forma geral, aquilo que é patrimonializado acaba sendo uma representação do que a sociedade considera importante. A seleção dos bens consagrados como patrimônio cultural é uma ação política, envolta em interesses, disputas e negociações.



### Pesquise mais

Um conto do argentino Jorge Luis Borges, chamado Funes: o memorioso (BORGES, 1979) aborda o tema da memória e a necessidade do esquecimento. O protagonista, Irineu Funes, morador de uma estância no sul do Uruguai, vivia normalmente até que sofreu um acidente a partir do qual passou a não se esquecer de nada. Por conta disso, o apelido de Funes tinha relação com sua enfermidade e passou a ser chamado de "Funes, o memorioso." Para conhecer o conto em língua portuguesa, acesse a tradução de Marco Antônio Franciotti, disponível em:

<<http://www.gradadm.ifsc.usp.br/dados/20141/SLC0630-1/Funes,%20o%20Memorioso.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2018

As políticas públicas de preservação nunca contemplam todas as memórias envolvidas nos processos identitários, pois elas são expressão dos interesses daqueles que as elegem. Podemos dizer que os embates entre as memórias que devem ser lembradas ou esquecidas e os usos políticos do passado colocam a memória em um campo de disputas, no qual lembranças concorrentes entram em conflito. É por isso que alguns grupos chegam a se enfrentar para impor suas memórias ou o discurso sobre elas, através de manutenção ou retirada de monumentos históricos. Afinal, a memória que se quer exortar reforça sentimentos de pertencimento entre coletividades diversas, por exemplo: as famílias, as regiões, as igrejas, os partidos políticos, entre outros. A referência ao passado é importante e funcional porque tenta manter a coesão dos grupos e instituições que compõem a sociedade com o objetivo de definir seu lugar. Como ressalta Pollak (1989),



**O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de**



referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro. (POLLAK, 1989, p. 8)

O trabalho de **enquadramento da memória** é realizado por profissionais que têm a função de legitimar o sentido atribuído ao bem cultural e, dessa forma, a memória é materializada em monumentos, edifícios centros históricos, dentre outros. O campo de batalhas da memória também é composto por ressentimentos acumulados ao longo do tempo e os sofrimentos que não puderam se exprimir publicamente e que geraram, em algum momento, reivindicações dos excluídos/dominados/vítimas.

### Memória e ressentimento

Como pudemos perceber, nem sempre as memórias remetem a sensações de alegria ou de algo que queremos guardar. Trata-se de uma questão delicada, pois

[...] nos obriga[m] a explorar regiões e temas a que somos resistentes, parte da história dos ódios, dos fantasmas da morte, das hostilidades, ou do não lugar dos excluídos e das identidades recalçadas. Sem dúvida, lugar de humilhação, que, porém, com frequência se apoia na linguagem da resistência passiva ou da aquiescência indecorosa, cúmplice da humilhação imposta por repor sempre uma mesma imagem degradada, tal como faz parcela significativa dos trabalhos acadêmicos, que, sediados na região privilegiada do saber competente, insistem em afirmar a condição menor de determinados grupos, etnias, nações. (BRESCIANE; NAXARA, 2004, p. 13)



### Assimile

Podemos entender como “aquiescência indecorosa” algo com o que concordamos, mas que nos avilta, que é vergonhoso. Na citação onde a expressão se encontra (BRESCIANE, NAXARA, 2004, p. 3), ela diz respeito aos nossos sentimentos ressentidos. Concordamos que determinadas lembranças são dolorosas, mas ainda assim é necessário lembrar, para que não caiam no esquecimento.

O que se faz com essas memórias? Uma considerável literatura se desenvolveu depois da Segunda Guerra Mundial, com o intuito de se analisar ou tomar uma posição sobre a questão da memória dos acontecimentos que envolveram violências e perseguições. As experiências traumáticas daquele período permitiram o surgimento de uma postura generalizada em torno do que se convencionou chamar de **dever de memória**, para que tais episódios não fossem esquecidos e tampouco reproduzidos. Você nunca se perguntou, por exemplo, se determinados grupos sociais cultivam memórias de ressentimento? Isso se reflete no patrimônio cultural? E qual é a postura dos órgãos responsáveis pela preservação acerca desse tema?

Ansart (2004) afirma que podemos distinguir quatro atitudes possíveis que atravessam as memórias, quando se trata das memórias de ressentimentos, também chamadas de memórias dos traumas: o **esquecimento**, a **rememoração**, a **revisão** e a **exasperação**.

A primeira atitude é a tentação do esquecimento, como foi observado anteriormente, que pode dizer respeito ao apagamento dos traumas e ou das memórias relativas aos ressentimentos. Há exemplos muito interessantes que podem ilustrar isso, nas entrevistas realizadas por Eclea Bosi, com idosos que trabalharam nas indústrias em São Paulo nos anos 1930 e que foram publicadas no livro *Memória e sociedade: lembrança de velhos* (1995), não são raras as falas que remetiam às suas atividades com certa nostalgia. Embora as condições de trabalho não fossem as mais adequadas, a memória sobre elas apagava esses aspectos como se eles não existissem. Já, por outro lado, há grupos que não aceitam o esquecimento e, na tentativa de apaziguá-lo, criam estratégias de rememoração, segunda atitude possível em relação ao trauma. Podemos citar o exemplo o *Dia Nacional da Catalunha*, conhecido como **Diada**, que comemora anualmente a resistência **catalã** durante o Cerco de Barcelona, terminado a 11 de setembro de 1714.

A terceira atitude, a revisão, nasce das chamadas **guerras de memória** e apresenta várias e diferentes versões da história, como os **negacionistas**. Mas o que isso significa? Eles são teóricos que têm como postura negar a realidade verificável. Na Europa, por exemplo, existe uma corrente de pesquisadores que nega que tenha existido o genocídio de judeus durante a II Guerra Mundial. No Brasil também existem negacionistas da existência da *Ditadura Civil-Militar*, embora gerações de pesquisadores tenham evidenciado o contrário!

A quarta atitude é a que se refere à exasperação dos ressentimento, citando o recorrente exemplo do ódio contra os judeus, como também o ódio das minorias brancas contra os negros durante o Período do Apartheid (1948-1994), na África do Sul. De forma geral, podemos relacionar a exasperação

das memórias dos ressentimentos ao “desprezo dos ricos pelos pobres, desprezo de uma poderosa classe dirigente pelas oposições a seu poder, desprezo que pode se transformar em ódio quando os dominantes se sentem ou se acreditam ameaçados em sua hegemonia e interesses” (ANSART, 2004, p. 34).

### Patrimônio e identidade

A identidade de um povo depende, em grande parte, da forma como ele se relaciona com sua memória. As lembranças são individuais, no entanto, aquilo que deve ser lembrado e como deve sê-lo é uma construção que se opera coletivamente. Tendo em vista a concepção de identidade desenvolvida por **Stuart Hall** (2002), o sujeito é fragmentado, composto por várias identidades, que muitas vezes são contraditórias e em constante transformação. Isso é muito importante: temos todos, sem exceção, várias identidades! Assim, se a **identidade**, aquilo que nos distingue e nos identifica com grupos maiores, não é algo único e fixo, e o **patrimônio cultural** se caracteriza justamente por buscar, nos processos, aquilo que permanece, através da busca de referências culturais, comuns a determinados grupos. De que forma o patrimônio mobiliza essas inúmeras identidades fragmentadas?

A relação do patrimônio cultural com os processos identitários (que via de regra lidam com **tradições inventadas**) é, na sua essência, ambígua e contraditória. O grande desafio do patrimônio cultural é perceber as diferentes identidades e, ao preservá-las, assegurar o caráter dinâmico deste. No entanto, na prática, muitas vezes isso não acontece. Podemos, por exemplo, citar o caso de grupos étnicos que migraram para o Brasil e se estabeleceram em pequenos núcleos coloniais. Por vários motivos, criaram um jeito de viver e conviver em grupo no qual idealizaram um passado comum, construindo uma ideia de si mesmos que Anderson (2008) chamou de comunidade imaginada.

Ela é imaginada porque mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão ou nem sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles. (ANDERSON, 2008, p. 32)

Explicando de outra forma: quando os grupos de imigrantes e seus descendentes se reúnem em torno de práticas culturais que imaginam ser comuns a todas as pessoas de seu convívio, na verdade acabam criando elementos que os identificam e assumem

para si lembranças que, em realidade, não viveram diretamente (BURKE, 2000).

De que práticas culturais estamos falando? Podemos citar, por exemplo, os grupos folclóricos da chamada cultura alemã, que, ao se apresentarem na tradicional festa de Blumenau/SC, a **Oktoberfest**, o fazem usando trajes que remetem à vestimenta tradicionalmente usada na região da Baviera em um determinado período da história. Ora, os alemães compõem um país marcado por certa pluralidade, e sua cultura é mais complexa e diversa do que aquela interpretação festiva. Uma das consequências disso é que acabamos criando um estereótipo daquilo que seria a cultura alemã – com o risco de supervalorizar uma origem e identidade em detrimento de outras. Nesse sentido, o patrimônio cultural, ao ser um instrumento que auxilia na preservação das memórias e das práticas culturais percebidas como bem cultural, é também um instrumento de construção de identidades.

Outros exemplos disso estão nas formas como os estados constroem suas identidades a partir de referências culturais utilizando o patrimônio como instrumento dessa representação. Se no Rio Grande do Sul os centros de tradições gaúchas (CTGs) tratam de reunir pessoas em torno da crença na existência da figura do gaúcho e de sua importância para a cultura local, em São Paulo, passeios de trem pela região do café são guiados por jovens elegantemente trajados à moda do século XIX, uma clara referência à riqueza oriunda do cultivo desse produto, que enriqueceu a região, tornando-a uma referência de vanguarda econômica para o Brasil.

É importante ressaltar que não há nenhum problema em valorizar os processos culturais diversos e plurais e que permitem com que grupos que anteriormente eram invisíveis pela política pública de preservação do patrimônio agora tenham expressão. O problema é quando atribuímos mais valores a um grupo em detrimento de outros ou quando, em nome de uma dita **cultura superior e/ou mais expressiva**, outras sejam marginalizadas – o que reproduz preconceitos. Os processos identitários vão além dos estereótipos produzidos e, muitas vezes, são consumidos como a **única cultura** de determinado lugar.



As chamadas festas típicas (alemãs, portuguesas, italianas, etc.) são momentos de comemoração de grupos étnicos que festejam sua origem comum e a manutenção de alguns costumes. Você já parou para pensar se os trajes típicos, a gastronomia e as danças podem ser considerados patrimônio cultural? De que forma aquilo considerado tradicional pode conviver com uma sociedade que se modifica continuamente?

A constituição do patrimônio cultural é sempre dinâmica, acompanha a trajetória que faz as memórias na construção múltipla das identidades. É por isso que o patrimônio cultural é sempre um campo de tensões marcado por disputas e negociações daquilo e daquele que deve ser lembrado ou esquecido. A prática de patrimonialização dos bens culturais compreende atribuição de valores aos bens e como tal, sempre é algo datado. Por isso se diz que é um projeto que nunca se acaba; mudam as gerações e com ela, muda o desejo daquilo que se quer preservar.

### Sem medo de errar

Prezado aluno, os conceitos estudados lhe permitiu compreender de que forma a memória e o esquecimento fazem parte do mesmo processo que corrobora para a construção das identidades que se cristalizam no patrimônio cultural. O desafio desta seção era, a partir do episódio de agosto de 2017, no qual houve um conflito social ocorrido em Charlottesville, estado norte-americano da Virgínia, nos Estados Unidos, envolvendo a retirada ou não do monumento do general Robert Lee, pensarmos de forma mais ampla nos aspectos que envolvem as relações entre patrimônio, identidade, memória e suas disputas. Naquele caso, houve uma disputa que, de um lado, envolvia uma identidade *sulista*, que se via herdeira da rebeldia dos confederados na Guerra Civil e, do outro lado, diversos grupos que ressaltam a defesa da escravidão e da discriminação dos negros presentes na homenagem a essa ancestralidade.

Em um aspecto mais amplo, perceber o patrimônio cultural como aquele que cristaliza identidades através das memórias nele contempladas é atentar para o fato de que todo o processo de patrimonialização lida com negociações acerca daquilo que deve ser

lembrado ou esquecido. Até muito recentemente, as políticas públicas de preservação do patrimônio cultural no Brasil apenas privilegiavam o patrimônio cultural que valorizasse as memórias ligadas às questões nacionais e que fossem identificadas com um passado nacional glorioso. Bustos de estadistas, esculturas de figuras públicas, monumentos em referência a interventores, compunham o hall da memória pública e oficial que deveria ser preservada. Na medida em que o contexto social brasileiro se modificou, essas transformações permitiram uma maior participação de uma população ordinária, que começou a reivindicar o direito ao seu patrimônio: indígenas, afrodescendentes e demais grupos étnicos.

Como todo processo de patrimonialização de bens culturais, eles não se fazem sem negociações e conflitos, sem o enquadramento da memória, sem privilegiar uma em detrimento de outra. Nesse sentido, a preservação das identidades culturais representa um desafio à sua patrimonialização: se, de um lado, são preservadas as memórias coletivas consideradas importantes por determinados grupos; por outro, muitas vezes se perde o caráter dinâmico das práticas sociais e ocorre um engessamento dessas identidades, o que contribui para que surja a falsa ideia de que algumas práticas e/ou grupos são mais importantes e/ou verdadeiros do que outros. O fato de algumas memórias estarem contempladas pelo patrimônio cultural em detrimento de outras não significa que elas não existam ou sejam menos importantes.

## Faça valer a pena

**1.** Nas últimas décadas, tem sido debatida a política de preservação da memória da Ditadura Civil-Militar brasileira. Cabe refletir como os grupos envolvidos entram em disputa por essa memória. Um caso emblemático dessa situação foi a disputa acerca da destinação do edifício onde funcionou o Departamento de Ordem Pública e Social (DOPS), no Rio de Janeiro, a partir de 1962. Militantes do movimento "Ocupa DOPS" defenderam, com a Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro (CEV-RIO), a transformação da edificação em Espaço de Memória da Resistência. Já a Polícia Civil, que possuía a posse do prédio, propôs a construção da Polícia.

A partir do texto-base, assinale a alternativa correta:

- a) A disputa pela ocupação do edifício pode ser relacionada com as disputas de memórias que esses grupos representam.
- b) O grupo Ocupa DOPS e a Polícia Civil representam as memórias oficiais

acerca da Ditadura Civil-Militar no Brasil.

c) O Museu da Polícia representa a memória individual da instituição da Polícia Civil sobre a Ditadura-Civil Militar no Brasil.

d) O movimento Ocupa Dops e a Polícia Civil têm o objetivo de celebrar as memórias da Ditadura Civil-Militar do Brasil através da criação de museus.

e) A criação do Espaço de Memória e Resistência, pretendido para o antigo prédio do DOPS pelo movimento Ocupa DOPS, pode ser entendido como um espaço de esquecimento dos traumas da Ditadura Civil-Militar no Brasil.

**2.** Maria Flores (1997), ao referir-se às questões identitárias que envolvem o patrimônio cultural, destacou o jogo de imaginação presente em um artigo de jornal sobre um tipo de arquitetura das regiões de colonização alemã, o enxaimel (uma antiga técnica construtiva, na qual uma estrutura de madeiras encaixadas tem seus vãos preenchidos com tijolos ou taipa). No jornal Artefatos (1995), introduziu-se uma matéria, cuja manchete era Reciclagem + Criatividade = Revitalização Enxaimel. Num dos itens, intitulado Poesia visual Enxaimel, lia-se:

**Senhoras e Senhores, passageiros sejam bem-vindos à nossa rápida, porém fascinante viagem ao universo enxaimel...relaxe seu corpo...e deixe a sua mente aberta para a imaginação, cultura e história. [...] como o tempo é relativo, nossa fabulosa nave percorrerá em instantes o Túnel do Tempo para pousar no continente Europeu. [...] Ano de 1958 e/ou 1995. Isso mesmo! No ano que vem, 1996, será reinaugurado o teatro enxaimel em que Shakespeare reinou com suas inúmeras peças. (Jornal Artefatos apud FLORES, 1997, p. 71)**

Considere, agora, as afirmações a seguir enquanto verdadeiras (V) ou falsas (F):

- ( ) A autora apresenta a matéria de jornal e não se posiciona acerca do tema.
- ( ) As referências ao enxaimel presente nas edificações de Blumenau remetem às referências germânicas.
- ( ) Ao citar a relatividade do tempo, a matéria do jornal sugere que o Enxaimel é tradição na Europa e insignificante em Blumenau.
- ( ) A arquitetura é um elemento fundante da identidade de uma região e diz respeito ao país de origem.
- ( ) O enxaimel é uma técnica construtiva de distinção social e como tal, só tem valor no seu país de origem.

Agora, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

- a) V, F, F, F, V.
- b) V, V, V, F, F.
- c) F, V, F, V, V.
- d) V, F, V, F, F.
- e) V, V, F, V, F.

**3.** Greenblatt (1991) aponta que “no processo de construção dessas instituições situadas entre a memória e a história (tais como o patrimônio, as coleções, os museus, os monumentos, os arquivos), opera-se um trabalho cuidadoso de eliminação das ambiguidades” (GREENBLATT, 1991, p. 248). Segundo o autor,



substituem-se categorias sensíveis, ambíguas e precárias (por exemplo, cheiro, paladar, tato, audição) por categorias abstratas e com fronteiras nitidamente delimitadas com a função de representar memórias e identidades. A eliminação da ambiguidade e da precariedade dos patrimônios culturais pode colocar em risco o seu poder de ressonância e seu poder de evocar no expectador as forças culturais complexas e dinâmicas de onde elas emergiram. (GREENBLATT, 1991, p. 249)

Considere agora as seguintes afirmações:

- I. A preservação do patrimônio cultural pode ser uma forma de enquadramento das memórias envolvidas no processo.
- II. O autor defende o fim das ambiguidades para que a preservação do patrimônio cultural atinja o seu fim.
- III. Existe ressonância entre um objeto e seu espectador quando não existem ambiguidades envolvidas no processo.
- IV. O patrimônio cultural só é importante para o espectador quando elimina as contradições inerentes a ele.
- V. O patrimônio cultural tem sua origem na constatação de que sua importância é consenso entre toda a sociedade.

Podemos afirmar que estão corretas as assertivas:

- a) III e IV.
- b) II e III.
- c) I e II.
- d) I, apenas.
- e) I, IV e V.





## Seção 2.2

### Estado e políticas de salvaguarda

#### Diálogo aberto

Prezado aluno,

Na unidade anterior, compreendemos de que forma o Brasil instituiu uma política pública de preservação do patrimônio Cultural (o Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937), por meio da criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a sua importância para a criação de uma identidade nacional. O desafio desta seção será compreender, historicamente, como essa política muda ao longo do tempo e deixa de expressar apenas o sentimento nacional para também incorporar outras demandas. Afinal de contas, você já deve ter percebido que, quando falamos em patrimônio cultural na atualidade, não nos referimos apenas aos símbolos nacionais ou aos monumentos e bustos de personalidades políticas. Ou ainda, não valorizamos apenas as construções de origem colonial portuguesa. Os meios de comunicação social têm mostrado insistentemente a importância da contribuição cultural de diversos grupos sociais na configuração do que podemos chamar de patrimônio cultural, bem como os conflitos decorrentes dessas práticas. Por exemplo, a retirada de um bem cultural corrido em Charlottesville causou o enfrentamento entre grupos opostos. Se de um lado o alargamento do campo do patrimônio cultural promoveu a democratização do acesso a ele, por outro, ele não tem força para impedir que as disputas em torno do patrimônio deixem de existir. Você acredita que o patrimônio cultural lhe representa? Com qual patrimônio cultural você se identifica? De que forma o Estado atuou, historicamente, para que o patrimônio cultural pudesse representar a sociedade? Existe neutralidade nessas escolhas? Como podemos explicar o fato de o mesmo monumento ter sentidos diferentes ao longo da história?

Essas e outras questões poderão ser resolvidas nesta seção, a partir da mobilização dos conceitos estudados nos conteúdos selecionados. Em um primeiro momento, vamos perceber qual é a lógica das políticas de patrimonialização vigentes no período da Ditadura Civil-Militar no Brasil, bem como a importância da Nova Constituição para o Brasil no campo do patrimônio e quais foram os seus desdobramentos. Por

fim, terminaremos a seção problematizando as questões relativas ao patrimônio cultural e à diversidade cultural. Não se esqueça de que o estudo desta seção lhe dará condições para resolver as questões propostas e para perceber as mudanças no campo do patrimônio cultural no Brasil que se fazem presentes até hoje, que nos ajudam a compreender a importância de perceber um patrimônio cultural plural e diverso, além da possibilidade de se constituir uma prática cidadã!

## Não pode faltar

### Patrimônio cultural e identidade nacional

Como estudamos no final na primeira unidade, o patrimônio histórico e artístico nacional brasileiro foi instituído dentro da lógica ditatorial da política varguista que, através do Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, instituiu o Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, órgão responsável pela preservação do patrimônio cultural brasileiro. As ações de preservação daquele período tiveram um papel muito importante, o de consolidar uma identidade nacional moderna através da proteção e salvaguarda dos bens culturais que expressassem o ideal daqueles que estivessem ligados, de alguma forma, ao passado colonial brasileiro, pois eles representariam a “origem” daquilo que se tornaria o Brasil. Nessa lógica de preservação, os bens culturais privilegiados foram os representativos da arquitetura colonial brasileira, dando ênfase aos bens edificados, também chamados de “pedra e cal”.



### Exemplificando

Um exemplo de tombamento realizado logo após a instituição do Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, é o da Igreja do Senhor do Bonfim (Salvador, BA), inscrito no Livro Tombo de Belas Artes, em 1938. A justificativa do seu tombamento deixa claro os critérios adotados pelo Serviço naquele período:

**A construção daquele santuário de peregrinação teve início em 1740 por Teodório Rodrigues de Faria, capitão da Marinha Portuguesa. Situada na única colina da península de Itapagipe, a Igreja do Bonfim, está praticamente concluída em 1754, sendo do ano seguinte a fundação da Irmandade. A praça em sua frente é delimitada em dois lados por conjuntos de casa de romeiros, construídas pela**



Irmandade, no século XIX. A planta da igreja é do tipo comum no início dos setecentos, com nave e coro ladeada por corredores e tribunas superpostas, apresentando capela-mor flanqueada pela sacristia e sala de ex-votos. Em alvenaria de pedra e tijolo, o edifício possui pórticos em arcada ao longo da nave, uma transição entre os avarandados do século XVII e os corredores laterais do XVIII. Sua fachada, praticamente revestida de azulejos brancos portugueses de 1873, possui duas torres em bulbo do final do século passado, quando se dão modificações no frontispício. Seu interior possui decoração neoclássica, onde se destaca a pintura do teto da nave de autoria de Franco Velasco, de 1818/02. (IPHAN, 1938, [s.p.])

De 1937 a 1967, o Serviço foi dirigido por uma única pessoa – Rodrigo Melo Franco de Andrade (1898-1969) –, e isso fez com que até a década de 1970 não houvesse mudança significativa nas orientações daquilo que deveria ser considerado patrimônio nacional. Pode-se afirmar que tanto o Período Pós-Ditadura de Vargas, como o início da instituição da Ditadura Civil-Militar no Brasil, na década de 1960, não afetaram a política federal de preservação do patrimônio. Nesse intervalo de tempo, a questão da preservação dos bens culturais não era um fator de disputas políticas relevantes. Na verdade, podemos perceber que o modelo de preservação implantado pelo Serviço na década de 1937 não atendia às demandas do novo contexto brasileiro: os critérios para seleção dos bens eram exclusivamente técnicos e os quadros de funcionários não se renovaram, ou seja, a seleção para a salvaguarda dos bens continuava sendo aquela de 45 anos atrás.

Nos anos 1960, o patrimônio cultural deveria continuar servindo para a consolidação da identidade nacional que levasse em conta a dinâmica dos novos tempos, e que aliasse a ideia de Estado com desenvolvimento. A partir de então, transformações de toda ordem foram fundamentais para mudar o quadro e as prioridades dadas pelo governo na área do patrimônio a ser tombado. Sob a égide do discurso do “milagre econômico” – caracterizado pelo crescimento econômico e baixas taxas de inflação – presente no país entre os anos de 1969 e 1973, **o patrimônio cultural passou a ser visto como uma possibilidade em potencial de produzir valor através de sua exploração pelo turismo.** A relação entre cultura e política passou

a ser equacionada de forma diferente daquela formulada nos anos 1920-1930. No atual contexto, aquela associação do patrimônio cultural com os monumentos do passado colonial deixou de ser representativa para os órgãos de proteção dos bens culturais. Novos atores sociais surgiram no cenário nacional requerendo sua representatividade através de novas políticas de memória.

Para os setores modernos e nacionalistas do governo, era necessário não só modernizar a administração dos bens tombados como também atualizar a própria composição do patrimônio, considerada limitada a uma vertente formadora da nacionalidade, a luso-brasileira, a determinados períodos históricos, e elitista na seleção e no trato dos bens culturais, praticamente excluindo as manifestações culturais mais recentes, a partir da segunda metade do século XIX, e também a cultura popular. (FONSECA, 2009, p. 143)

Dessa forma, a preocupação durante o período de exceção era buscar uma nova maneira de equacionar a velha questão da identidade nacional, vinculando a questão cultural à do desenvolvimento. Exemplo disso é a própria atuação do governo no âmbito da cultura que, em 1966, cria o Conselho Federal de Cultura e demais ações que se relacionam tanto ao projeto de modernização do país, quanto aos objetivos de integração e segurança nacional. Podemos destacar três ações principais daquele período, segundo Fernandes (2006): a **censura** a um tipo de produção cultural considerada subversiva e, por outro lado, o incentivo à produção era considerada, pelos governantes, afinada com a tradição e os valores da cultura brasileira; os **investimentos** em infraestrutura, principalmente na área de telecomunicações, que favoreceram a consolidação da **indústria cultural** entre nós; e a criação de órgãos governamentais destinados a regulamentar e organizar a produção e a distribuição cultural pelo território brasileiro. Além disso, tais ações deveriam estar em consonância com o projeto de modernização do país. Cabe ressaltar o papel que a instituição de redes nacionais de comunicação teve para a chamada integração nacional. Além de promoverem a organização de um mercado de massa para os bens produzidos pelo processo de industrialização que os militares implementaram (JAMBEIRO, 2001), essas redes permitiram a superação da diversidade regional – um dos fatores a se superar para se alcançar a integração do país. Nesse sentido, a TV prestou grande contribuição,

pois os programas televisivos eram transmitidos para grande parte do território nacional. Cohn (1984) sugere que a busca de uma política nacional de cultura nos anos 1970 tinha um objetivo bem definido: codificar o controle sobre o processo cultural, pois a cultura é um dos meios indispensáveis para fortalecer e consolidar a nacionalidade.



## Assimile

### A política cultural nos anos da Ditadura

Durante o período, é importante destacar que o mercado de produção de bens culturais expandiu-se e contou com o estímulo do Estado. A política cultural da Ditadura foi marcada pela ideologia de integração e de segurança nacional, segundo a qual a identidade nacional e os valores tradicionais seriam norteadores da produção. Essa ideologia sustentou as principais intervenções do Estado na cultura, por exemplo, a criação do Conselho Federal de Cultura e instituídas por órgãos criados especificamente para tais funções (DAC, Funarte, entre outros). É possível salientar que as ações do governo naquele período representaram a consolidação de uma política cultural nacional (FERNANDES, 2013).

Embora parecesse que o órgão federal de proteção dos bens culturais tivesse um pouco mais de autonomia na sua atuação e estivesse alijado destas discussões, foi nessa direção que o arquiteto Renato Soeiro, que presidiu o Serviço de 1967 a 1979, encaminhou a política pública de preservação do patrimônio cultural nacional. Sua gestão foi um marco importante na trajetória política da instituição, principalmente quando suas ações se voltaram para a criação, em 1972, do Programa Cidades Históricas (PCH) que, entre outros aspectos, inaugurou uma nova política de tombamento, voltada não apenas para a preservação do monumento isolado, mas também para os conjuntos. O programa tinha como objetivo o



**[...] desenvolvimento socioeconômico das cidades históricas, estando em sintonia justamente com assuntos em pauta naquele momento, tais como: o desenvolvimento urbano, regional e econômico em um contexto do reconhecimento das consequências do crescimento urbano acelerado e concentrado que refletia territorialmente a má distribuição de renda e os riscos que tal cenário poderia representar ao patrimônio. (CORRÊA, 2012, p. 121)**



O Programa Cidades Históricas previa o tombamento em conjunto dos bens patrimoniais, como os bens que compunham os centros históricos. Consulte o processo de tombamento da Vila Histórica de Mambucaba, em Angra dos Reis/RJ, e busque saber quais foram os critérios utilizados para o tombamento desse processo. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/378/>>. Acesso em 30 out. 2017.

Enquanto o órgão federal de preservação apostava nas ações do Programa Cidades Históricas, nesse mesmo contexto, foi criada em 1975 uma instituição autônoma – sem subordinação a nenhuma outra – que tinha como objetivo produzir referências culturais acerca da cultura brasileira: o Centro Nacional de Referências Culturais (CNRC). Dirigido por Aluísio Magalhães, o CNRC possuía uma orientação antropológica e desenvolvia projetos ousados, como os levantamentos socioculturais, que tinham como objetivo central modernizar a noção de cultura brasileira, uma vez que, para os integrantes do CNRC, a imagem da cultura brasileira que era produzida pelas instituições oficiais – no caso, o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) – era restrita e “tratada como mero testemunho de épocas pretéritas ou como expressões artísticas individuais” (FONSECA, 2009, p. 151). Afirma-se que o grupo que compunha o CNRC – ao utilizar a expressão **patrimônio cultural não consagrado** para explicitar que se tratava de manifestações até então não reconhecidas pelo patrimônio oficial – não apenas ampliou a noção de cultura, como também foi o responsável por elaborar os conceitos que no início da década de 1980 fundamentaram a política da Secretaria de Cultura do Ministério da Educação e Cultura. Estes foram, mais tarde, incorporados à **Constituição Federal de 1988**.

Em 1979, Aloisio Magalhães foi nomeado diretor do IPHAN, e ocorreu a fusão IPHAN/PCH/CNRC. Foi criada uma nova estrutura, na qual desapareciam as três instituições para dar lugar a um órgão normativo, chamado de Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e um órgão executivo, denominado Fundação Nacional Pró-Memória. A partir dos anos 1980,

[...] a preservação das manifestações culturais dos diferentes contextos culturais brasileiros assumiu uma nítida conotação



política na medida em que, à ideia de diversidade, se sobreponha a de desigualdade. Ao propor a introdução de bens do patrimônio cultural não consagrado no patrimônio histórico e artístico nacional, e a participação da sociedade na construção e gestão desse patrimônio, a politicada FNPM visava inserir na luta mais ampla que mobilizava então a sociedade brasileira pela reconquista da cidadania. (FONSECA, 2009, p. 157)

É notório que o discurso sobre a preservação do patrimônio cultural, a partir dos anos 1980, apontava para a necessidade de se voltar de forma prioritária não apenas para o atendimento das necessidades culturais, como também às necessidades econômicas e políticas dos grupos sociais que até então eram simbólica e materialmente excluídos dos benefícios dessa política. Mais do que isso, era necessário que essas comunidades passassem a participar do processo de construção do gerenciamento da produção cultural brasileira, inclusive do patrimônio cultural. “Seria pela via da participação social – e não mais pela seleção rigorosa de bens de valor excepcional – que se vai buscar legitimar a política de preservação dos anos 1980” (FONSECA, 2009, p. 158).

Em 1985, o presidente eleito Tancredo Neves criou o Ministério da Cultura (Minc), que substituiu a Secretaria de Educação e Cultura. No Minc, procurou-se estimular a participação da sociedade mediante a criação de assessorias especiais – do negro, do indígena, da mulher, dos deficientes físicos, etc., além da realização de seminários e da implantação da Lei Sarney (1986), que permitia incentivos fiscais (consentindo o abatimento do imposto de renda por meio das doações realizadas para fins culturais).

O paradigma de que o patrimônio cultural representa a identidade nacional – tal como podemos perceber na prática da preservação dos bens culturais no Brasil desde a década de 1930 – só foi superado na década de 1980: década que correspondeu ao momento de transição para o regime democrático no Brasil.

O rompimento com o Estado autoritário consolidou-se com a promulgação da Constituição de 1988, quando o poder do Estado foi limitado, e os direitos individuais, políticos e sociais, garantidos. De forma geral, a noção de cidadania ganhou novos contornos: os movimentos sociais organizados se fortaleceram, as chamadas “minorias sociais” consolidaram sua disputa por direitos (de mulheres,



homossexuais, negros, indígenas etc.). A Constituição criminalizou os atos de discriminação que tivessem por motivação raça, cor, etnia, religião ou nacionalidade. Nesse mesmo período, o IPHAN também passava por mudanças internas, que favoreciam a adoção de projetos voltados para a participação mais ampla dos grupos sociais envolvidos. Esses projetos não apenas adotaram novas abordagens em relação aos bens culturais como também estimularam a participação da população em vários debates. Resta-nos saber como a Constituição foi construída e quais foram suas deliberações acerca do patrimônio cultural nacional.

### **A Carta de 1988 e as novas noções de patrimônio**

O Congresso Nacional que elegeu Tancredo Neves como Presidente da República em 1984, promulgou a Emenda Constitucional nº 26, em 27 de novembro de 1985, convocando uma Assembleia Nacional Constituinte, constituída em novembro de 1986 e, sob sua responsabilidade, promulgou o novo texto constitucional em outubro de 1988. A Constituição de 1988 – também conhecida como Constituição Cidadã – nasceu em um momento no qual o país se desvencilhava de mais de duas décadas de dominação autoritária, instituída desde o Golpe Civil Militar da década de 1960 e de uma extensa negociação, caracterizando um tipo de engenharia política que se denominou de transição democrática.

A Constituição resultou de um mosaico amplo de interesses, sentimentos e ideias, em que a ideia – comum a todos – de institucionalizar, de maneira definitiva no país, o regime democrático firmemente ancorado no Estado de Direito e nos direitos fundamentais era uma concordância universal. A ideia federativa, marcada pela decisão de desconcentrar as atribuições da União Federal, ampliou a ando a autonomia de estados e municípios. No plano da ordem econômica, sentiu-se uma forte influência do pensamento empresarial no sentido de assegurar a economia de mercado. No plano da ordem social, a pressão dos diversos grupos a organizações da sociedade civil inscreveu no texto constitucional prerrogativas e direitos que exigiram do Estado atuação maior e maiores recursos orçamentários. Diversos foram os temas discutidos de forma exaustiva e contemplados na nova Carta, entre eles, o do patrimônio cultural. A historiografia que discute os impactos da Constituição de 1988 para o campo do patrimônio é quase unânime em afirmar que ela representou avanços para a sociedade.



Os temas que contemplam a questão da cultura e do patrimônio cultural estão contidos em dois artigos na Constituição de 1988. Ambos estão localizados no capítulo III, que trata da ordem social, que, por sua vez, está organizado em seções. É na seção II que encontramos o tema da cultura, que está assim definido no art. 215:



O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

- I. Defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro;
  - II. Produção, promoção e difusão de bens culturais;
  - III. Formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões
  - IV. Democratização do acesso aos bens de cultura.
- (BRASIL, 1988, [s. p.]

Os aspectos relativos ao patrimônio cultural estão descritos no art 2016:



Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referências à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I. As formas de expressão
- II. Os modos de criar, fazer e viver;
- III. As criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV. As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais
- V. Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988, [s. p.]

Diante dos excertos da Constituição, como podemos interpretar estes artigos? De forma prática, que mudanças estão aí colocadas? Quais são os impactos dessa Carta na política de preservação dos bens culturais no Brasil a partir de então?

De forma geral, é válido destacar a importância que a Carta atribuiu às manifestações culturais, bem como o acesso a esses bens. No tocante

às questões relativas ao patrimônio cultural mais especificamente, é bastante significativo o fato de que ele passou a ser entendido como um bem cultural e não mais simplesmente por ser um patrimônio “histórico e artístico”. Outro aspecto diz respeito à compreensão de que existem elementos imateriais em todo o patrimônio cultural – mesmo que ele seja tombado pela sua materialidade. Embora o registro dos bens intangíveis só ocorra a partir de legislação específica criada em 2000, a Carta de 1988 amplia, de fato, o conceito de patrimônio cultural para além da sua materialidade. Outra questão importante é que não apenas o texto passou a considerar os aspectos imateriais do patrimônio, como também incorporou a possibilidade das práticas culturais – como expressões da diversidade cultural brasileira – de serem contempladas. Afinal, essas práticas são constituídas por manifestações históricas e estéticas genuínas, vivas, concretas e provindas dos diferentes grupos que compõem a sociedade brasileira. Além disso, “o patrimônio cultural pode ser interpretado também como fato social total, pois é uma arena em que se descortinam diversas dimensões, como a simbólica, a política e a econômica” (VELOSO, 2006, p. 447).

Outro fator que merece destaque é o entendimento de que os bens possam ser tombados individualmente ou em conjuntos. Está aí colocada uma ideia que contempla não uma noção de patrimônio cultural como objetos isolados, mas como sistemas de objetos portadores de inúmeros discursos que podem fazer referência a processos culturais. De forma geral, o art. 216 da Constituição procura, justamente, reforçar essa concepção processual e dinâmica que se tinha na década de 1970 em relação às identidades culturais tão debatidas no Centro Nacional de Referências Culturais da década de 1970 e que, até então, não tinham respaldo institucional. Não é por acaso que no mesmo ano da promulgação da Carta foi criada também a Fundação Cultural Palmares – instituição pública ligada ao Ministério da Cultura e primeiro organismo oficial voltado para o combate ao racismo.



### Refleta

A Fundação Cultural Palmares foi a primeira instituição pública que se dedicou a pensar sobre políticas de preservação e promoção da cultura afro-brasileira. Ela foi criada em 22 de agosto de 1988, mesmo ano em que o país promulgava a Nova Constituição Federal. Decorrente daquele movimento de valorização cultural, sua criação se deu vinculada ao

Ministério da Cultura (o então MinC). Em quase 30 anos, a fundação vem contribuindo para a valorização das manifestações culturais afro-brasileiras como patrimônio nacional. Você considera importante a existência dessa fundação nos dias atuais? Para lhe ajudar a refletir um pouco mais sobre isso, consulte o site disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/quem-e-quem>>. Acesso em: 30 out. 2017.

Dessa forma, podemos entender que a Carta representou um avanço no campo do patrimônio cultural e uma ampliação de seu conceito. Embora a Constituição representasse, como vimos, algo bastante positivo em termos de patrimônio cultural, os anos de 1980 representaram uma considerável retração do Estado na esfera cultural. O governo que se seguiu, sob o comando de Fernando Collor de Mello (1989-1992), foi marcado pela instabilidade no setor público. Em 1994, foi criada a Fundação Nacional de Arte (Funarte) e o IPHAN, que, na gestão anterior, havia sido fundido com outras duas instituições (o CNRC e o PCH). No governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), houve a reestruturação do Centro Nacional de Folclore e Cultura popular (CNFCP). Em 2003, a Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) adotou a **Convenção pela Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**, que estipulou a criação de uma lista a ser referendada pelos países-membros. No Brasil, a defesa do patrimônio imaterial, ou seja, da oralidade dos saberes, dos rituais e das práticas culturais cotidianas, tornou-se uma política de Estado, com a defesa de que esta seria uma alternativa ao patrimônio material e eurocêntrico, bem como à indústria cultural. Essa foi uma mudança importante, uma vez que a atuação dos antigos governos brasileiros na área de preservação do patrimônio marcou-se pelo caráter predominantemente elitista. O “popular” não era a categoria a ser preservada, mas a ser comercializada pela indústria cultural. Foi nesse sentido que a Constituição abriu espaço para que as manifestações culturais da diversidade fossem representadas e respeitadas.



### Exemplificando

Um exemplo que pode ilustrar o quanto o patrimônio cultural brasileiro ampliou sua abordagem em relação ao critério de seleção de seus bens culturais é o tombamento, em 2015, do Terreiro Zogbodo Male Bogun Seja (ou Roça do Ventura). De tradição Jeje-Mahi, o terreiro é importante

porque consolida o candomblé como uma instituição de cunho religioso. Neste tombamento, foram levados em conta aspectos materiais e imateriais do referido bem cultural.

## **Patrimônio cultural e diversidade**

Uma questão polêmica relacionada ao reconhecimento da diversidade cultural no Brasil e que envolve as políticas de patrimonialização diz respeito à questão da distribuição de terras. A Constituição de 1988 estabeleceu que todos os descendentes de antigos quilombos teriam direito às suas terras. Desde então, a interpretação e a aplicação da lei tem sido objeto de conflitos e tensões sociais. Ora, como definir quem são ou não quilombolas? No Período Colonial, os quilombos eram locais de refúgios dos negros escravizados, geralmente situados em regiões de difícil acesso. Os registros desses locais, contudo, perderam-se no tempo. Muitas ocupações não receberam qualquer atenção da sociedade letrada e isso tornou impossível recuperar registros materiais que pudessem servir de condição de prova sobre a autenticidade dos quilombos. Muitas comunidades rurais passaram a se identificar como quilombolas ou povos indígenas, pleiteando afinidades culturais com seus antepassados e procurando garantir seu direito à terra, não sem conflitos. Em 2004, o Programa Brasil Quilombola foi lançado, e os critérios de autodeclaração para a identidade racial (já utilizado para acesso às universidades por meio de cotas) foi legitimado e constituiu-se em uma demanda importante dos movimentos sociais. Obviamente, esse critério causa celeuma entre os grupos envolvidos e entre diferentes órgãos governamentais, e tem gerado inúmeras disputas no campo do patrimônio. Em 2011, enquanto a Fundação Cultural Palmares já tinha reconhecido mais de 3.500 comunidades quilombolas, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) só havia emitido algumas dezenas de certificados de propriedade.

A diversidade cultural passou a ser contemplada no campo do patrimônio a partir da Constituição de 1988. Podemos citar como exemplos o Museu da Maré, fundado em 2006 no Rio de Janeiro e o Museu da Diversidade Sexual, criado em 2012 em São Paulo. Ambos são representativos de grupos sociais que historicamente estiveram alijados das políticas públicas de preservação do patrimônio e que conquistaram seus direitos à memória, através da musealização de parte de acervos que lhe são representativos.

## Sem medo de errar

Prezado aluno, agora já temos condições de refletir acerca das questões importantes que estiveram presentes nesta seção. O nosso desafio era entender de que forma o patrimônio cultural ajudou a consolidar um sentimento de pertencimento nacional através da instituição do patrimônio, assim como perceber como essa característica foi mudando ao longo do tempo. Outra questão que norteou esta seção se desenvolveu em torno da importância ou não da participação dos grupos sociais na configuração do que podemos chamar de patrimônio cultural e da existência ou não de conflitos quando o assunto envolve patrimônio cultural e diversidade.

Para podermos responder às questões relativas às representações que o patrimônio cultural assume e se os bens culturais têm ressonância na nossa percepção, é necessário entender em primeiro lugar que o patrimônio cultural, ao longo da história, sempre esteve ligado a uma ideia de pertencimento nacional. Por isso, não nos surpreendamos se não nos sentirmos contemplados por algumas dezenas de bens que tenham sido preservados dentro de uma lógica que sequer entendemos. Há que se considerar as mudanças ocorridas a partir da Constituição de 1988, que transcende a ideia de que o patrimônio cultural é apenas ligado à materialidade. Assim, vários grupos passaram a reivindicar sua representatividade através da salvaguarda de bens culturais e, de certa forma, negociar espaços para que sua memória não seja esquecida e/ou seja ressignificada.

Os antigos leprosários, por exemplo, deixam de ser apenas espaços esquecidos e apagados para serem ligados às memórias da dor, da sociabilidade que existia naquele espaço e à história da própria doença. Os objetos ligados às práticas culturais de grupos indígenas, afro-brasileiros e outros, passaram a integrar acervo de museus. Ou seja, na medida em que a política patrimonial vai ampliando o conceito de bem cultural e incorporando a ideia de patrimônio, critérios que extrapolam a sua materialidade, a probabilidade de nos reconhecermos no bem aumenta consideravelmente.

Dessa forma, o patrimônio cultural passa a ser instrumento político de afirmação de identidades, podendo representar objeto de disputas políticas, como em muitos casos que acompanhamos na mídia. É importante ressaltar que o papel do Estado é fundamental na instituição e na defesa de políticas públicas que sejam inclusivas e democráticas,

pois só assim podemos assegurar a participação da diversidade na construção dos ideais nacionais contemporâneos que não têm sentido se não em uma perspectiva que garanta o exercício da cidadania.

## Faça valer a pena

**1.** O site do Museu Afro Brasil, localizado no parque Ibirapuera, na cidade de São Paulo, assim apresenta parte de sua história:

Inaugurado em 2004, a partir da coleção particular do Diretor Curador Emanuel Araújo, o Museu Afro Brasil construiu, ao longo de 10 anos, uma trajetória de contribuições decisivas para a valorização do universo cultural brasileiro ao revelar a inventividade e ousadia de artistas brasileiros e internacionais, desde o século XVIII até a contemporaneidade. Araújo já tentara frustradamente viabilizar a criação de uma instituição voltada ao estudo das contribuições africanas à cultura nacional quando, em 2004, apresentou uma proposta museológica à então prefeita de São Paulo, Marta Suplicy. Encampada a ideia pelo poder público municipal, iniciou-se o projeto de implementação do Museu. Foram utilizados recursos advindos da Petrobrás e do Ministério da Cultura através da Lei Rouanet. Desde 2009, o Museu Afro Brasil, é uma instituição pública, vinculada à Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, que administrado pela Associação Museu Afro Brasil – Organização Social de Cultura, é subordinado ao Governo do Estado de São Paulo.

Fonte: <<http://www.museuafrobrasil.org.br/o-museu/hist%C3%B3ria>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

Considere, agora, as informações:

- I. Valorizar o patrimônio cultural das comunidades africanas e afro-brasileiras só foi possível por conta da política pública de preservação dos anos 1970.
- II. A criação do museu pressupôs negociações que envolveram a curadoria e o poder público.
- III. A Constituição de 1988 permitiu que discussões acerca das expressões culturais fossem consideradas bens culturais.
- IV. O Museu Afro Brasil é um exemplo de espaço que luta para preservar a cultura de povos tradicionalmente marginalizados.
- V. A demora na constituição do Museu Afro Brasil se justifica porque as manifestações culturais africanas e de afro-brasileiros eram irrelevantes para a história do Brasil.

Assinale a alternativa correta a partir do texto e do tema estudado:

- a) As afirmações I e II são verdadeiras.
- b) As afirmações II, III e IV são verdadeiras.
- c) As afirmações III e V são falsas.
- d) As afirmações I, III e V são falsas.
- e) A afirmação IV é verdadeira.

2. A partir do que assinala a Constituição de 1988, de acordo com o texto, considere as afirmações a seguir:



A Constituição federal de 1988 amplia a legislação relativa ao patrimônio cultural, e define as competências de promoção, regulamentação e fiscalização das práticas de preservação, atribuindo um papel mais significativo para o âmbito da administração municipal, e a participação popular nos processos. A participação da comunidade na preservação do patrimônio cultural está prevista em lei para ocorrer de três modos possíveis: na apresentação de projetos de lei, na fiscalização de execução de obras e na proteção do bem, preservando-o. Sendo assim, o cidadão que tiver interesse poderá participar diretamente da preservação do patrimônio cultural, seja sozinho, seja reunindo-se com outros no mesmo interesse ou associando-se a alguma entidade. (BATISTA, 2006, p. 153)

- I. A participação popular nos processos de atribuição de valor ao bem cultural restringe sua proteção ao âmbito municipal.
- II. A Carta de 1988 garante a participação da população na eleição de bens patrimoniais, desde que feitas através de entidades representativas.
- III. A ampliação do conceito de patrimônio cultural ao qual a Carta faz referência diz respeito aos bens de natureza material.
- IV. A participação da comunidade na preservação do bem cultural desobriga o Estado a prover a sua manutenção.
- V. A ampliação do conceito de patrimônio cultural se dá por conta da participação popular nos processos de eleição daquilo considerado bem cultural.

A partir do texto e do tema tratado nesta seção, é possível afirmar que:

- a) Todas as afirmações estão corretas.
- b) Apenas a afirmação V é falsa.
- c) As afirmações I e IV são verdadeiras.



- d) As afirmações II e III são falsas.
- e) Apenas a afirmação V é correta.

**3.** O Acervo contendo cerca de 350 mil peças (desenhos, pinturas etc.) que compõe o Museu de Imagens do Inconsciente foi tombado em 2005. Esse material foi recolhido por iniciativa de Nise da Silveira, médica psiquiatra e que coordenou a Seção de Terapia Ocupacional do antigo Hospício Pedro II.

A partir daquele tombamento, assinale a alternativa correta:

- a) Os desenhos e pinturas que compõem o acervo tombado possuem um valor patrimonial inferior ao das Igrejas Barrocas tombadas nos anos 1950.
- b) A preservação daquele acervo que remonta às memórias traumáticas do hospital psiquiátrico só foi possível graças à política de preservação pública surgida nos anos 1920.
- c) O tombamento dessa coleção só foi possível graças a uma concepção de patrimônio cultural vigente, diferente daquela dos anos 1930.
- d) Nise da Silveira, médica psiquiátrica, foi a responsável por criar uma política pública de preservação patrimonial para salvaguardar o acervo do museu.
- e) O Museu de Imagens do Inconsciente é um exemplo do esvaziamento de sentido do patrimônio cultural a partir da Carta de 1988.

## Seção 2.3

### Patrimônio tangível e intangível

#### Diálogo aberto

Prezado aluno, nas seções anteriores, nos dedicamos ao estudo do patrimônio cultural e sua relação com a memória, bem como atentamos para a sua configuração como campo de estudos e debates no Brasil. Já vimos que existem bens culturais que possuem natureza material e outros que se caracterizam pela sua imaterialidade. No entanto, você já refletiu acerca da forma como se dá a proteção, efetivamente, e os bens culturais que o Estado, por exemplo, considera importantes? Existem instrumentos que possam assegurar a salvaguarda desses bens? Como se apresentam? Será que uma prática cultural que acontece há anos – por exemplo, a prática do Jongo, dança brasileira de matriz africana dançada ao som do toque de tambores – é tratada pelos órgãos de preservação da mesma forma como uma edificação portuguesa do século XVIII? No Brasil, existem conflitos relacionados ao que deve (ou não) ser nominado como patrimônio cultural, por exemplo, aquele que envolveu a retirada de um monumento do General. Lee nos Estados Unidos. A observação da existência de alguns indícios do nosso passado escravocrata (representado, por exemplo, pelos pelourinhos) nos convida a refletir sobre a importância desses vestígios para a compreensão de um universo gigantesco acerca daquela sociedade. De que forma esse patrimônio cultural, bem como outros tantos ligados a esse período da história do Brasil, foi mobilizado para narrar histórias acerca da escravidão? A partir de que momento na história das políticas públicas de preservação do patrimônio cultural brasileiro os pelourinhos passaram a ser reconhecidos como um bem cultural? Essa prática de preservação gerou alguma tensão? Que outras situações remetem a processos de disputa? De que forma a patrimonialização pode auxiliar a dirimir conflitos em torno das disputas de memórias envolvendo o patrimônio cultural?

Com o objetivo de responder a estas e outras perguntas que certamente surgirão ao longo dos debates é que estudaremos os conteúdos relativos às definições de patrimônio cultural material e imaterial, assim como seus instrumentos de preservação. Perceber

a importância destes bens – dos pelourinhos, por exemplo –, da sua conservação e da garantia de continuidade de práticas culturais, é permitir que a história se construa cotidianamente e com a participação de grupos que até muito pouco tempo na história recente do Brasil, eram alijados desse processo.

## Não pode faltar

É importante ressaltar quatro momentos importantes do que podemos chamar de história da patrimonialização no Brasil:

a) A promulgação do Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que define como patrimônio cultural o conjunto de bens materiais móveis e imóveis cuja conservação seja de interesse público e que possuam excepcional valor histórico ou artístico. Institui o tombamento como instrumento jurídico de proteção.

b) A Constituição de 1988, a responsável por ampliar a noção de patrimônio cultural, incluindo os bens de natureza imaterial e imaterial, individuais ou em conjunto, que façam referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. A proteção desses bens deve ser realizada por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação. Embora a Constituição faça referência a outras formas de proteção, não explicita quais sejam.

c) O Decreto nº 3551, de 2000, que institui o registro de bens culturais de natureza imaterial e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial.

d) A Portaria nº 127, de 2009, que estabelece a Chancela da Paisagem Cultural Brasileira.

### Patrimônio tangível e tombamento

O art. 216 da Constituição de 1988 regula categoria dos modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas, obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais e os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. O tombamento não é apresentado como único instrumento de proteção, mas o inventário, o registro, a chancela, entre outros, aparecem como instrumentos de mesma finalidade, que contribuem no desafio da conservação dos bens culturais. Dito de outra forma, o tombamento.



[...] é a forma pela qual o poder público seleciona coisas – bens materiais – que, por seus atributos culturais, devem ser preservadas contra mutilações e destruição; ou seja, coisas que, por serem portadoras de valor cultural, devem ser conservadas. Se determinadas coisas são reconhecidas como portadoras de valores culturais, e se estes valores culturais são direitos coletivos públicos, logo elas – as coisas – devem ser preservadas (conservadas) para que os valores culturais, que são direitos coletivos, sejam passíveis de fruição pelos titulares desse direito: a população (CASTRO, 2015, p. 7).

De forma geral, o tombamento serve como uma forma de garantir o acesso público aos bens que têm relevância nacional, estadual ou municipal.



### Assimile

A expressão **tombamento** remete à Torre do Tombo, a designação dada ao Arquivo Real português, cuja existência data, no mínimo, de 1378, e no qual eram registrados em livros de tombo documentos referentes à monarquia, aos vassallos, à administração do reino, das possessões ultramarinas e das relações com outros reinos. Assim, **tombar**, no direito português, passou a ter o sentido de registrar, inventariar, arrolar ou inscrever. (CARVALHO, 2007., p. 43).

### Quais são os procedimentos para tomar um bem cultural?

O tombamento é realizado através de um ato administrativo, que fundamentará sua decisão através da instituição de um processo. Em primeiro lugar, é necessário que haja um pedido de tombamento, que pode ser feito por pessoa física ou jurídica (qualquer cidadão pode solicitar o tombamento de um bem) e que esse pedido seja encaminhado ao setor responsável pela preservação cultural da esfera de tombamento pretendida. Se o Conselho se sentir integralmente convencido da importância do bem, imediatamente expedirá a notificação do tombamento do bem para o proprietário. Não havendo impugnação do tombamento, o processo será encaminhado ao Ministro da Cultura, que homologará o tombamento. Feito isso, o processo é enviado à autoridade responsável para que essa proceda à concretização do tombamento através da promulgação de decreto e inscrição do bem no livro de tombo correspondente (Livro de Tombo Arqueológico e Etnográfico; Livro de Tombo Histórico; Livro do Tombo das Belas-Artes e Livro do Tombo das Artes Aplicadas). A

autoridade, então, solicita sua publicação no Diário Oficial da Nação. Após a inscrição no livro do tombo, o próximo passo é a averbação do registro do tombamento no devido cartório de registro de imóveis, para os bens imóveis, ou no cartório de registro de títulos e documentos, para bens móveis. No entanto, a inscrição no livro do tombo já garante a proteção do bem e seus efeitos legais.

Caso haja impugnação do pedido de tombamento do bem, caberá ao Conselho Consultivo decidir acerca da efetivação. Se a decisão for contrária ao tombamento, o processo será arquivado. Normalmente, quando há impugnação, tem início uma longa batalha jurídica, que envolve interesses quase sempre antagônicos.

### **Quais são os efeitos do tombamento?**

O principal efeito é a conservação do bem. Ora, se foi tombado, significa que foi considerado de relevância para o grupo no qual está inserido: é um vetor de memória, de referência para esse grupo. As intervenções nos bens tombados só podem ser feitas com o intuito de garantir sua preservação e uso, de modo que ninguém pode autorizar intervenções no bem que impliquem sua destruição, demolição ou mutilação, assim como não podem ser realizadas alterações.

### **Noções de inventário**

O sentido etimológico do termo **inventário**, de acordo com o dicionário Houaiss (2016), é originário do termo latino *inventarium*, com o sentido de “achar”, ou, em outras palavras, colocar à mostra, dar a conhecer, descrever miudamente um objeto. No campo do patrimônio cultural, o inventário é um instrumento de conhecimento de bens culturais que pertence a alguém (herdado ou adquirido), que serve para identificar e registrar as manifestações culturais e conservar os exemplares mais representativos da história do país para as gerações futuras, bem como para servir de subsídio para as políticas de preservação do patrimônio cultural. Como instrumento de preservação, ele aparece na Constituição de 1988, a partir da ampliação do sentido de bem cultural. Aquilo que deve ser inventariado depende de qual narrativa sobre patrimônio se quer construir. Isso significa dizer que tanto os sentidos que o inventário assume ao longo do tempo, bem como os objetos a serem inventariados dependem muito do contexto e da direção que as políticas públicas sobre preservação do patrimônio cultural no país se conformam:



Os inventários estão na origem da constituição do campo da preservação do patrimônio no século XVIII no contexto da construção dos Estados Nacionais. Surgiram como modos de produzir um novo saber, por meio da coleta e sistematização de informações obedecendo a determinado padrão e repertório de dados passíveis de análises e classificações, e se constituem até hoje como instrumentos de identificação, valorização e proteção dos bens como patrimônio cultural. (MOTTA; REZENDE, 2016, p. 299)

No Brasil, dois anos após a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) - atual IPHAN - já se ressaltava a importância da realização de inventários. Rodrigo de Melo Franco Andrade, na época, diretor do Serviço, enfatizava a necessidade de realizar pelo Brasil todo um "inventário metódico dos bens que pareçam estar nas condições estabelecidas para o tombamento e, em seguida, realizar os estudos requeridos para deliberar sobre a respectiva inscrição" (ANDRADE, 1987, p. 51-52). Nos primeiros 40 anos de Serviço, as ações de preservação giravam em torno do salvamento dos monumentos nacionais (fatos memoráveis da história do Brasil) ou dos bens de excepcional valor histórico ou artístico. Essa prática acabou colocando o inventário a serviço do tombamento.

Segundo o Plano de Trabalho Para a Divisão de Estudos e Tombamentos da Dphan, "diante da angústia entre cumprir rigorosamente a legislação vigente ou deixar ao desabrigo obras valiosas, geralmente se distorce a lei e salva-se o imóvel" (NOGUEIRA, 2005, p. 251). Ao fim e ao cabo, "o que se pretendia não era investigar o patrimônio, no sentido de desvendar valores da cultura nacional, de conhecer sua diversidade, mas de buscar os exemplares que correspondem aquelas características já consagradas" (MOTA; SILVA, 1998, p. 14). Somente a partir dos anos 1970 foram realizados novos investimentos no que diz respeito aos inventários. Nesse período, o IPHAN iniciou debates e discussões sobre a viabilidade de desenvolver um inventário em caráter nacional, a fim de identificar e documentar os bens móveis e imóveis existentes no país, e iniciou o Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados (INBMI), que se dedicou aos acervos que compunham os interiores da arquitetura religiosa tombada no Brasil.

As discussões sobre patrimônio cultural travadas a partir da Constituição de 1988 impulsionaram novas demandas pela preservação dos bens culturais. Nesse sentido, o inventário assumiu o caráter de

instrumento de preservação, contexto no qual o IPHAN passou a estabelecer uma parceria com os estados no sentido de contribuir na organização de inventários.



**Pesquise mais**

As fichas de inventário são basicamente documentos que contêm informações acerca do bem inventariado. Não existe um padrão na ficha. Normalmente, nela, o bem é identificado e descrito. Nele, se faz o registro de outras informações que sejam pertinentes ao que se está levantando. Se você quiser conhecer um pouco mais sobre essas fichas, acesse o link a seguir e consulte as fichas de inventário que a Prefeitura de Divino (MG) disponibiliza online: Disponível em: <<http://www.divino.mg.gov.br/fotos/fichas-de-inventario-do-patrimonio-cultural-2012.html>> Acesso em: 10 nov. 2017.

O Inventário Nacional de Referência Cultural (INRC), instituído em 2000 pelo IPHAN, serve como instrumento de identificação e valorização dos bens considerados de importância cultural, abrangendo bens materiais e imateriais. O INRC pode ser utilizado também para o patrimônio material. Entretanto, vem sendo objeto específico de registro através do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG), desenvolvido pelo IPHAN e que hoje funciona como um repositório de inventários sobre os diversos tipos de bens de natureza material.

### **Patrimônio intangível e registro**

Embora na atualidade compreendamos que todo o patrimônio material possui também valor simbólico e que existem bens culturais que têm valor na sua imaterialidade, se instituiu a proteção de bens imateriais também chamados intangíveis. No Brasil, apenas no ano 2000 se reconheceu, através de legislação específica, esses tipos e bens. Segundo Sant'Anna (2009), o mundo ocidental começou a considerar a importância dos bens imateriais quando, depois da aprovação da Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), em 1972, países do terceiro mundo reivindicaram a realização de estudos para a proposição, em nível internacional, de um instrumento de proteção às manifestações populares de valor cultural. No final da década de 1980, foi dada uma resposta a esse pedido através da Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular. Esse documento, aprovado pela Conferência Geral da Unesco, recomenda aos países membros a identificação,

salvaguarda, conservação, difusão e proteção da cultura tradicional e popular por meio de registros, inventários, etc. dos grupos detentores de conhecimento tradicional. O Brasil, considerando as discussões contemporâneas no plano internacional e as experiências nacionais realizadas nos anos 1930, 1970 e 1980, instituiu por meio do Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, o registro do patrimônio imaterial. Embora na Constituição de 1988 já estivesse prevista a salvaguarda dos bens dessa natureza, foi apenas esse decreto que reconheceu a valorização do patrimônio imaterial, correspondente à identificação e produção de conhecimento sobre ele. O objetivo é manter o registro da memória desses bens culturais e de suas trajetórias no tempo, porque só assim se pode preservá-los.



Os bens culturais de natureza imaterial são dotados de uma dinâmica de desenvolvimento e transformação que não cabe nesses conceitos, sendo mais importante, nesses casos, registro e documentação, do que intervenção, restauração e conservação. (SANT'ANNA, 2009, p. 55)

O Decreto nº 3.551, de 2000, institui o registro de bens culturais de natureza imaterial e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI). Por esse Decreto, os bens selecionados para registro serão, da mesma forma que os bens tombados, inscritos em livros, denominados, respectivamente: livro de registro dos saberes (para o registro de conhecimento e modos de fazer); livro das celebrações (para as festas, rituais e folguedos); livro das formas de expressão (para a inscrição de manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas); e livro dos lugares (destinado à inscrição dos espaços onde se concentram e se reproduzem práticas culturais coletivas).



### Assimile

Se um **bem cultural edificado** – por exemplo, um exemplar da arquitetura moderna – é inscrito nos **livros tombos**; os **bens culturais de natureza imaterial** são inscritos nos **livros de registro**.

Patrimônio material = tombamento = livros tombos	Patrimônio imaterial = registro = livros de registro
1. Livro tomo arqueológico, etnográfico e paisagístico.	1. Livro de registro dos saberes.



2. Livro tombo histórico.	2. Livro de registro das celebrações.
3. Livro tombo de belas artes.	3. Livro de registro das formas de expressão.
4. Livro tombo de artes aplicadas.	4. Livro de registro dos lugares.

Ao considerar a dinâmica dessas manifestações e com o objetivo de acompanhar suas transformações, prevê-se que o registro seja feito no mínimo a cada dez anos. Paralelamente aos estudos sobre o registro do patrimônio imaterial, o IPHAN também desenvolveu pesquisas para a elaboração de uma metodologia de inventários de referências culturais – instrumento que subsidiará as ações de registro e realizará um recenseamento mais amplo de muitas dessas manifestações no país. Embora o registro não seja um instrumento de tutela e proteção análogo ao tombamento, ele é de extrema importância, uma vez que referencia bens e práticas culturais de grupos até então excluídos da proteção do Estado.



### Exemplificando

Em muitas regiões da Bahia, o acarajé é uma iguaria considerada tradicional. Ele é de origem africana e consiste, falando de maneira bem básica, num bolinho feito de feijão-fradinho, frito no dendê e recheado com um molho de camarão, pimenta e cebola. Todas as pessoas que quiserem podem fazer o acarajé. Na verdade, muitas pessoas em todo o Brasil o fazem, no entanto, há um jeito de fazer o acarajé na Bahia que o distingue dos demais. Naquele estado, eles contam com o conhecimento ancestral da prática, ou seja, com um conhecimento passado de pai para filho. Isso possui uma carga simbólica que, para quem faz a iguaria, é de suma importância. Foi nesse sentido que foi solicitado ao IPHAN que se preservasse o jeito de fazer o acarajé, respeitando algumas especificidades, e que para tal, houvesse seu registro como patrimônio imaterial da Bahia no Livro dos Saberes. Por isso, o ofício da baiana do acarajé é um bem cultural de natureza imaterial inscrito no Livro dos Saberes em 2005. Consiste na forma de preparo dos ingredientes e venda em tabuleiros. Seu processo foi conduzido pelo Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP). Sua importância está ligada à sociedade baiana, sobretudo dada a identificação e simbologia

constituente da sua identidade.

Fonte: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/58>>. Acesso em: 10 nov. 2017.



## Pesquise mais

O Toque dos Sinos, em Minas Gerais, foi inscrito no Livro das Formas de Expressão em 2009. Ele ocorre em várias cidades mineiras, tais como Ouro Preto, Mariana, São João Del Rei e Tiradentes, dentre outras. Sua importância, que inicialmente estava atrelada às diversas manifestações religiosas, posteriormente passou a ser legitimada como forma de relacionamento social daquelas comunidades, que reconhecem o toque dos sinos por sua estrutura ritmada de toques (ensaiam uma espécie de diálogo entre si) e fundem-se com a identidade cultural daquelas comunidades. Confira no link a seguir um vídeo sobre essa prática (intervalo sugerido: 4'00" – 4'44"). Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/videos/detalhes/36/o-toque-dos-sinos-em-minas-gerais>>. Acesso em: 15 nov.2017.



## Exemplificando

**Para ampliar um pouco mais nossa compreensão acerca do patrimônio intangível e perceber sua variedade, vejamos estes dois outros exemplos:**

**A Feira de Caruaru** foi inscrita no Livro de Registro dos Lugares em 2006. Localizada no município que lhe batiza, em Pernambuco, a feira está localizada em uma praça com 40 mil metros quadrados de socialização, expressão cultural e criatividade popular. As barracas comercializam a típica culinária da região, ao som de repentistas que versam contando as sagas daquele povo. Firmou-se, sobretudo, por sua localização estratégica: entre o sertão e a zona canavieira.

A celebração que ocorre em Belém do Pará desde 1973, o **Círio de Nossa Senhora de Nazaré**, foi inscrita em 2004 no Registro de Celebrações. Trata-se de uma celebração religiosa que ocorre anualmente – no segundo domingo de outubro – e que tem duração de 15 dias. Além de uma manifestação religiosa, é considerada uma celebração da união familiar, social e política. Ocorre pelas ruas e praças de Belém, reunindo a sociedade ao seu redor, além de turistas e curiosos.

## Chancela da paisagem cultural brasileira

A chancela da paisagem cultural brasileira, assim como o inventário, o tombamento e o registro, é um instrumento de salvaguarda do

patrimônio cultural que, instituído pela Portaria 127/2009, delibera sobre a proteção das paisagens culturais, definidas como “uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores” (IPHAN, 2009, p. 17). Funciona como uma espécie de selo de qualidade para a gestão compartilhada, regida por um pacto que envolve o poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada. A relação do patrimônio cultural com a paisagem, conforme sinaliza Virgínia De Luca (2007), foi estabelecida a partir do momento no qual o entorno do bem tombado – área adjacente ao bem – passou a ser considerado uma importante extensão territorial do objeto em questão. Essas áreas, conhecidas também como “perímetro” ou “entorno”, passaram a ser consideradas na composição da paisagem na qual o bem cultural está inserido.



### Refleta

O Rio de Janeiro recebeu, em 2012, da UNESCO, o título de Paisagem Cultural Mundial por conta da relação que a cidade estabelece com a natureza. Quais são os impactos que este título pode causar à cidade?

Na história do patrimônio cultural, vários foram os documentos que contribuíram para o incremento dos debates no âmbito do patrimônio cultural, que serviram de orientações e/ou recomendações para as práticas preservacionistas, bem como se constituíram referências para pensar o patrimônio e a paisagem cultural (PISTORELLO, 2015). Em termos de uma política de patrimônio, oficialmente, a primeira tentativa de aproximação entre a natureza e a cultura foi dada com a Convenção Sobre a Salvaguarda do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, aprovada pela Assembleia Geral da Unesco em Paris, em 1972. Segundo a Convenção, passou a ser de competência dos Estados signatários o dever de identificação e preservação de possíveis sítios, cabendo a eles a responsabilidade da inscrição de seus bens candidatos a patrimônio mundial. A partir dessa indicação, o Comitê organizou, sob o título de Lista do Patrimônio Mundial, uma relação de bens do patrimônio cultural e natural que consideraram de valor excepcional. Foram estabelecidos os critérios de categorização da inscrição dos bens em duas classes: patrimônio natural e patrimônio cultural. De forma geral, segundo a Convenção de 1972, os bens deveriam ser expressão de um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte, da ciência da conservação e da beleza natural. São definições bastante generalistas,

que motivaram reflexões mais sistemáticas da Unesco sobre paisagem cultural enquanto categoria de análise do patrimônio cultural:



A discussão sobre a ideia de Paisagem Cultural como associação do cultural e do natural, começou na década de 1980 no Comitê do Patrimônio Mundial, a partir de abordagens que buscavam uma visão integradora entre homem e natureza. Durante a 16ª sessão do Comitê, ocorreu um encontro preparatório a convite do ICOMOS e do Comitê do Patrimônio Mundial da Unesco. A intenção era libertar a inscrição de bens naturais e culturais da divisão imposta pelos critérios existentes e pensar uma forma de incluir a categoria de Paisagem Cultural na lista do Patrimônio Mundial. [...] Os critérios para definição das categorias culturais foram revistos e adotada a categoria de Paisagem Cultural. (DE LUCA, 2007, p. 45)

A Convenção Europeia da paisagem de 2000 refletiu as demandas ambientais da década de 1970 e entrou em vigor no início dos anos dois mil. Em 2009, a Unesco reiterou sua compreensão do termo paisagem cultural, enfatizando a relação entre a ação do homem sobre o ambiente natural e ressaltando o valor das culturas tradicionais para o uso sustentável da terra:



O termo “paisagem cultural” abrange uma grande variedade de manifestações interativas entre o homem e seu ambiente natural. As paisagens culturais, muitas vezes, refletem técnicas específicas de utilização sustentável das terras, tendo em conta as características e os limites do ambiente natural em que estão estabelecidas assim como uma específica relação espiritual com a natureza. A proteção de paisagens culturais pode contribuir para técnicas modernas de uso sustentável e o desenvolvimento da terra ao mesmo tempo conservando ou melhorando os valores naturais da paisagem. A existência permanente de formas tradicionais de utilização de terras sustenta a diversidade biológica em muitas partes do mundo. A proteção da paisagem cultural tradicional, portanto, é útil para a manutenção da biodiversidade. (ICOMOS, 2004, p. 9)



### Assimile

Em 2012, a UNESCO reconheceu a paisagem cultural urbana do Rio de Janeiro como Patrimônio Mundial. Isto deveu-se ao fato de que a cidade do Rio de Janeiro possui estreita relação natureza que a circunda.

Até a instituição da Chancela da Paisagem Cultural, em 2011, o Brasil não possuía uma legislação específica que correspondesse aos critérios da Unesco no trato da paisagem cultural. As paisagens com funções predominantemente ecológicas são protegidas pela legislação de proteção ambiental, como pelo Instituto Brasileiro de Amparo ao Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Paisagens de predominante valor histórico e cultural adotam a mesma legislação utilizada na proteção dos bens móveis, edificados e de centros históricos urbanos do IPHAN. No caso de sítios mistos, os dois órgãos devem ser ouvidos. As paisagens até agora reconhecidas pelo IPHAN são as localidades de Testo Alto e Rio da Luz, localizadas no estado de Santa Catarina.

### Sem medo de errar

Após estudarmos os conceitos que envolvem as propostas nacionais de salvaguarda do patrimônio cultural, seja ele material ou imaterial, ou ainda que se apresentem na forma de paisagem cultural, podemos inferir que tão importante quanto a legislação que assegura a proteção do bem são os instrumentos jurídicos utilizados para tal empreitada. A compreensão de que os valores aos bens culturais são atribuídos ao longo do tempo, bem como a utilização adequada dos instrumentos de proteção do bem cultural podem ser elementos que asseguram sua existência em boas condições para que o público possa ter acesso a eles.

A questão proposta neste estudo envolvia uma reflexão sobre a existência dos pelourinhos como indícios possíveis para problematizarmos nosso passado escravocrata, a importância de sua patrimonialização e as tensões que envolvem esse tipo de patrimônio. Em primeiro lugar, é fundamental destacar que o reconhecimento desse tipo de patrimônio, ligado à memória de pessoas ditas ordinárias, ou comuns, foi considerado importante apenas na história recente no país, Pós-Ditadura Civil-Militar, com o advento da Constituição de 1988. Lembremos que pelo Decreto-lei nº 25/1937, os pelourinhos sequer seriam percebidos como algo passível de ser preservado, pois o tombamento era restrito aos bens históricos e artísticos de notável valor para a história do Brasil. No entanto, a partir da mobilização da sociedade civil e da compreensão de que o patrimônio cultural se reveste de um sentido simbólico que vai além de sua materialidade é que

se pode incluir a patrimonialização de elementos como o pelourinho no hall de bens patrimoniais de relevância social. Através de sua conservação, é possível não apenas conhecer onde e como ocorriam os castigos de escravos, mas também os sentidos envolvidos nessa prática, consentidos por boa parte da sociedade. No entanto, há que se destacar que esses processos de patrimonialização geram tensões de toda ordem. Como já foi abordado em outras seções, conferir grau de patrimônio aos bens culturais é, além de tudo, um processo que envolve negociação, disputa por memórias; reconhecimento de identidade; e, no caso dos bens culturais estarem inseridos em áreas de valor territorial muito alta, especulação imobiliária. Quando existem tombamentos em áreas centrais da cidade, o problema se agrava, pois o processo envolve enfrentamentos, desapropriações e, em alguns casos, um longo e demorado processo que solicita indenizações, nem sempre concedidas. Apesar dos dissensos que envolvem os processos de patrimonialização, podemos corroborar com a ideia de que os instrumentos de salvaguarda, ainda que apresentem algumas fragilidades, se constituem em recursos necessários para a conservação dos bens e, nas mãos de sensíveis técnicos do patrimônio, podem servir como interlocutores na diminuição de conflitos que envolvem partes opostas dos processos de salvaguarda.

## Faça valer a pena

1.



[...] o Pelourinho foi o local onde escravos eram açoitados em praça pública. Segundo documento da Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia, as primeiras iniciativas de revitalização do centro histórico foram realizadas a partir de 1967, na gestão do então prefeito de Salvador, Antônio Carlos Magalhães [...]. Em 1991, a frente do Instituto do Patrimônio Artístico e cultural da Bahia (Ipac), o mesmo antropólogo coordenou o Termo de Referência, que orientou o Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador. A ideia era inserir o bairro nas atividades econômicas da cidade. Foram feitos investimentos em infraestrutura (água, esgoto, telefone, energia elétrica) e 'uma negociação muito intensa com os proprietários dos imóveis'. Essas negociações incluíram desapropriações mediante indenização.

Segundo o documento, até a quarta etapa foram feitas, no total, intervenções em 334 casarões de 16 quadras. Hoje, o Pelourinho é considerado Patrimônio Mundial pela Unesco. Sandra Regina dos Santos, presidente da Associação dos Moradores e Amigos do Centro Histórico de Salvador (Amach), afirma que o governo está desapropriando com indenizações irrisórias, levando ex-moradores, que ganhavam a vida em pequenas atividades ligadas ao turismo, a passar fome nas periferias. E vamos nós, mais miseráveis ainda, ir pra lá e, ao invés de levar ajuda e socorro a eles, precisar também de ajuda e socorro?’ Segundo ela, o governo está preocupado apenas com o patrimônio arquitetônico e despreza o patrimônio humano, que são os moradores históricos do Pelourinho.

Fonte: <<http://www.revelacaoonline.uniube.br/portfolio/0917pp.html>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

A partir da matéria de André Azevedo da Fonseca, publicada no Revelação (jornal-laboratório do curso de Comunicação Social da Universidade de Uberaba), nº 195, em 17 de setembro de 2002, considere as seguintes afirmações:

- I. A matéria aponta os conflitos existentes nas políticas públicas de preservação dos bens culturais.
- II. A conservação do Pelourinho implica na remoção dos moradores daquela região para outras nas quais podem desenvolver suas atividades profissionais com melhor êxito.
- III. Existe uma forte relação entre turismo e patrimônio cultural, na qual há maior valorização dos turistas em detrimento dos moradores.
- IV. O tombamento do bairro Pelourinho e sua indicação como patrimônio mundial foi suficiente para diminuir os conflitos existentes entre poder público e os moradores.

Considerando o texto, quais afirmações estão corretas?

- a) Estão corretas todas as afirmações.
- b) Estão corretas as afirmações I e III.
- c) Estão corretas as afirmações I, II, III.
- d) Estão corretas as afirmações I e IV.
- e) Estão corretas as afirmações I e II.

**2.** No processo de tombamento que elegeu o patrimônio cultural de alguns grupos étnicos localizados no sul do país como representativos dos processos de imigração no país, houve a contestação por parte de alguns proprietários de imóveis que não concordaram com a indicação do bem no livro tomo correspondente. Em um dos casos, o bem em questão tratava-se da Igreja Evangélica de Confissão Luterana de Ribeirão da Liberdade, localizada no interior de Santa Catarina, área de colonização alemã. Os membros da Comunidade da Evangélica de Confissão Luterana, representados por seu presidente, encaminham uma carta ao IPHAN alegando uma série de motivos para impugnação do pedido de tombamento, dentre as quais reclamavam da ausência da participação da comunidade no processo de escolha do bem tombado, e alegavam que o bem já estava em bom estado de conservação e, por isso mesmo, não precisava da proteção federal. O parecer emitido pelos técnicos do IPHAN julgou improcedente a impugnação, e argumentou, entre outros aspectos, que a Lei nº 9.784/1999 faculta, e não obriga, a participação popular nas decisões de tombamento. Portanto,



**cabe ao IPHAN, no âmbito de sua discricionariedade, optar ou não por participação da comunidade [...] afinal, o artigo 216, parágrafo 1º da Constituição da República, não condicionou a validade do processo à participação da comunidade. [...] como dito alhures, o IPHAN constitui-se em autarquia federal, dotada de poder de polícia, a quem foi conferida competência para a proteção do patrimônio cultural nacional, sendo composto por corpo técnico altamente especializado. (IPHAN, 2007, [s.p.]**

A partir desse excerto do Processo de Tombamento, considere as seguintes afirmações:

- I. Trata-se de um processo no qual se percebe a insatisfação dos frequentadores da referida igreja perante a indicação de seu tombamento.
- II. Apesar de não haver obrigatoriedade por parte do IPHAN em consultar a população sobre o tombamento, a comunidade mostrou-se interessada na tomada de decisão.
- III. A insatisfação de uma parcela da comunidade em relação ao tombamento da Igreja se deu porque a sua propriedade passaria a ser do Governo Federal.
- IV. O tombamento da Igreja pode ser considerado uma exceção, pois a prioridade de salvaguarda é do bem que está em péssimas condições de conservação.



Considerando as afirmações e o texto, assinale a alternativa correta.

- a) Estão corretas as afirmações I e III.
- b) Estão corretas as afirmações I e IV.
- c) Está correta a afirmação IV.
- d) Estão corretas as afirmações I e II.
- e) Estão corretas as afirmações II e IV

### 3.

Arte Kusiwa - Amapá



Fonte: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/54>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

A imagem evidencia as representações gráficas próprias dos povos indígenas Wajãpi, localizados no Amapá. Essa arte foi registrada como patrimônio cultural imaterial no Livro de Registros das Formas de Expressão em 2002. A partir da imagem, destas informações e do que foi discutido em aula, considere as afirmações:

- I. Apesar do sentido simbólico, existe a materialização da pintura no corpo, de forma que poderia ser tombada como bem cultural e não registrada.
- II. A representação possui um sentido simbólico para o grupo, motivo de sua patrimonialização.
- III. O Registro de Formas de Expressão de grupos que até então não apareciam na cena do patrimônio cultural permite a sua visibilidade.
- IV. As representações pictóricas têm características geométricas, são inscritas na pele e obedecem a padrões geométricos.

Quais afirmações estão corretas?

- a) Todas as afirmações estão corretas.
- b) Apenas as afirmações II e a III estão corretas.
- c) Apenas as afirmações II, III e IV estão corretas.
- d) Apenas a afirmação I está correta.
- e) Apenas as afirmações I e a IV estão corretas.

# Referências

- ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. **Memória e patrimônio**. Ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.
- ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. **Rodrigo e o SPHAN**. Rio de Janeiro: MinC/SPHAN/FNPM, 1987.
- ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.) **Memória e (res)sentimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004. P. 15-36..
- AZEVEDO, Paulo Ormino de. Inventário como instrumento e proteção: a experiência pioneira do IPAC-Bahia. In: MOTTA, Lia; SILVA, Maria Beatriz R. (Orgs.). Inventários de identificação: um panorama da experiência brasileira. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998. p. 61-78
- BATISTA, Vanessa Oliveira. Direitos humanos e multiculturalismo. São Luiz: **Revista do Ministério Público do Estado do Maranhão**, Júris Itinera, n.º 13, 2006.
- BENJAMIN, Walter. **Experiência e pobreza**. In Magia e Técnica, Arte e Política. Trad. Paulo Sérgio Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BORGES, Jorge Luis. Prosa Completa, Barcelona: Ed. Bruguera, 1979, vol.1, p.477-484.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembrança de velhos. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. **Lei nº 9784**, de 29 de janeiro de 1999. Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9784.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9784.htm)>. Acesso: dez/17.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 10 nov. 2017.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: nov 2017.
- BRESCIANE, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.) **Memória e (res)sentimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004. P.09-13.
- BURKE. **Variedades de história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.
- CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual do Direito Administrativo. Rio de Janeiro:

Lumen Juris, 2007.

CASTRO, Sônia Rabello. **O Estado na preservação dos bens culturais**: o tombamento. Rio de Janeiro: Renovar, 1991.

CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antônio Gilberto (Orgs.). **Patrimônio cultural**: políticas e perspectivas de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 2012.

COHN, G. A concepção oficial da política cultural nos anos 70. In: MICELI, S. (Org.). **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: Difel, 1984.

CORRÊA, Sandra Rafaela Magalhães. **O Programa de Cidades Históricas (PCH)**: por uma política integrada de preservação do patrimônio cultural – 1973-1979. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

Decreto-lei nº 25, de 30 de outubro de 1937. Organiza a Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. In. **Coletânea de leis sobre preservação do patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006. p. 99-107

CRUZ, Pedro Oswaldo. Estátua equestre de Dom Pedro I. 2012. Acervo INEPAC. Licenciado sob CC BY 2.0 BR. , Disponível em: <<https://goo.gl/dphe71>>. Acesso em: 18 out. 2017.

Decreto nº 3551, de 4 de agosto de 2000. Institui o registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. In **Coletânea de leis sobre preservação do patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006. 320. p. 129-131.

DE LUCA, Virgínia. **O patrimônio arquitetônico e a paisagem cultural em sítios históricos rurais de comunidades italianas**. Dissertação (mestrado) Florianópolis: UFSC, 2007.

DE PAOLI, Paula Silveira. Patrimônio material, patrimônio imaterial: dois momentos da construção da noção de patrimônio histórico no Brasil. In: CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos. **Patrimônio cultural**: políticas e perspectivas de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2012.

DOBUZINSKIS, Alex. **Universidade do Texas remove estátuas de supremacistas brancos de campus**. Jornal O Globo, 21 de agosto de 2017. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/mundo/universidade-do-texas-remove-estatuas-de-supremacistas-brancos-de-campus-21730342.html>>. Acesso em: nov 17.

FERNANDES, N. A. M. **Cultura e política no Brasil**: contribuições para o debate sobre política cultural. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2006.

FERNANDES, Natalia Ap. Morato. **A política cultural à época da Ditadura Militar**. Contemporânea. São Carlos: UFSCar. v. 3, n. 1 p. 173-192. Jan.–Jun. 2013. Disponível em: <<http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/viewFile/124/71>>. Acesso dez.2017

FLORES, Maria Bernardete Ramos. **Oktoberfest, turismo, festa e cultura na estação do chopp**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1997.

FONSECA, Maria Cecilia Londres. **O patrimônio em processo**. 3. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

\_\_\_\_\_. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p.112-116.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônio. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 11, n. 23, jan./jun. 2005. P. 15-36. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v11n23/a02v1123.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

GOVERNO MUNICIPAL DIVINO. **Fichas do inventário do Patrimônio Cultural**.2012.

GREENBLATT, Stephen. O novo historicismo: ressonância e encantamento. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991. p. 244-261. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2323/1462>>. Acesso em: 25 nov. 2017.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HARTOG, François. **Regimes de Historicidade**. Presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2016.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Igreja Nosso Senhor do Bonfim**. Livro Tombo de Belas Artes, 1938.

\_\_\_\_\_. **Portaria n. 127, de 30 de abril de 2009**. Estabelece a chancela da paisagem cultural brasileira. Disponível em: <[http://sigep.cprm.gov.br/destaques/IPHAN\\_portaria127\\_2009PaisagemCultural.pdf](http://sigep.cprm.gov.br/destaques/IPHAN_portaria127_2009PaisagemCultural.pdf)>. Acesso em: 8 set. 2017.

\_\_\_\_\_. **Vila História de Mambucaba** (Angra dos Reis – RJ). Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/378>>. Acesso: dez.2017.

\_\_\_\_\_. **Processo de Tombamento** 0122-T-38. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/ans.net/tema\\_consulta.asp?Linha=tc\\_belas.gif&Cod=1131](http://portal.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_belas.gif&Cod=1131)>. Acesso em: 10 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. **Plano de trabalho para a divisão de estudos e tombamento da Dphan**. Documentos d Arquivo Central. Rio de Janeiro.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Arte Kusiwa**. Fonte: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/54>>. Acesso em: 12 nov. 2017

INTERNATIONAL COUNCIL OF MONUMENTS AND SITES (ICOMOS). **The World Heritage List: Filling the Gaps – an Action Plan for the Future**. Munich: Unesco, 2004.

Disponível em <<http://whc.unesco.org/uploads/activities/documents/activity-590-1.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2017.

JAMBEIRO, O. **A TV no Brasil do século XX**. Salvador: Editora da UFBA, 2001.

KNAUSS, Paulo. **A festa da imagem**: a afirmação da escultura pública no Brasil do século XIX. 19&20, Rio de Janeiro, v. 5, n. 4, out./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.dezenovevinte.net/obras/pknauss.htm>>. Acesso em: 25 nov. 2017.

MOLIN, Ângela. As políticas públicas de salvaguarda de patrimônio cultural imaterial. In: BERND, Zilá, SANTOS, Nádía Maria Weber (Orgs.). **Bens culturais**: temas contemporâneos. Porto Alegre: Movimento, 2011.

MOTTA, Lia; REZENDE, Maria Beatriz. Inventário. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016.

MOTTA Lia; SILVA, Maria Beatriz R. (Orgs.). **Inventários de identificação**: um panorama da experiência brasileira. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998.

NASCIMENTO, Rodrigo Modesto. Destombamento do patrimônio: reflexões sobre um tema polêmico. **Revista Cultura Histórica e Patrimônio**, v. 3, n. 1, 2015. Disponível em: <[https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/cultura\\_historica\\_patrimonio/article/view/03\\_art\\_v3n1\\_nascimento](https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/cultura_historica_patrimonio/article/view/03_art_v3n1_nascimento)>. Acesso em: 20 nov. 2017.

NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos. **Por um inventário dos sentidos**: Mário de Andrade e a concepção de patrimônio e inventário. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2005.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, n.10, dez. 1993.

PISTORELLO, Daniela. O Brasil da diversidade? Patrimônio e Paisagem Cultural no Projeto Roteiros Nacionais de Imigração. 2015. Tese (Doutorado)-Instituto de Filosofia e Ciências

Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, v. 2, n. 3. Rio de Janeiro, 1989. p. 3-15. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278>>. Acesso em: 25 nov. 2017.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no ocidente, séculos XVIII-XXI**: do monumento aos valores. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

PROUST, Marcel. **Em busca do tempo perdido**: no caminho de Swann. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014. v. 1.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Memória coletiva e identidade nacional**. São Paulo: Annablume, 2013.

SANT'ANNA, Márcia. A face imaterial do patrimônio cultural. Os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.).

**Memória e patrimônio:** ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

VELOSO, Mariza. O fetiche do patrimônio. **Revista Habitus**, Goiânia, v. 4, n. 1, p. 437-454, jan./jun. 2006.





# Museus e educação para o patrimônio

## Convite ao estudo

Prezados alunos!

Nesta unidade trataremos dos diversos temas relativos aos museus, bem como as possibilidades de produção do conhecimento a partir de seus acervos e dos mais diversos bens culturais presentes na sociedade. Afinal, tanto os museus quanto os bens culturais de forma geral são ótimos pontos de partida para a produção do conhecimento, não é mesmo? Quem de vocês nunca ficou impactado com uma exposição, seja ela do universo das artes ou de característica histórica? Diante da diversidade de museus que a contemporaneidade nos apresenta, é imprescindível que saibamos minimamente alguns aspectos em relação a eles para que possamos, na medida do possível, potencializar as experiências que envolvam sua visitação.

O estudo desta unidade nos possibilita identificar e compreender as manifestações ou representações da diversidade do patrimônio cultural e artístico, assim como a produção e o papel histórico dos indivíduos e das instituições sociais, associando-as a diferentes grupos, movimentos e identidades sociais. É em detrimento deste desafio que o conteúdo está estruturado e será, ao longo das seções, problematizado. Não é raro que consideremos como locais de aprendizagem apenas os locais formais de ensino tradicionalmente aceitos como tal (escolas, universidades, cursos, etc.). No entanto, podemos pensar juntos: existem outros espaços, além destes apresentados, que podem se constituir em locais de aprendizado?

Para instigar nossa reflexão, vamos partir de um exemplo: o Museu da Inconfidência, fundado em 1944 e localizado em Ouro Preto/MG, ocupa o prédio da antiga Casa de Câmara e Cadeia de Vila Rica, edificação construída em estilo colonial. Podemos visitar a exposição permanente que apresenta no primeiro piso da edificação os objetos relacionados ao aspecto econômico, político e social de Vila Rica à época da Inconfidência e, no segundo piso, esculturas, pinturas e objetos eclesiásticos do mesmo período. Há, na mesma edificação, uma outra exposição permanente, dedicada exclusivamente ao movimento que leva o nome do museu. Além disso, o museu possui três anexos que reúnem, respectivamente, um auditório, a estrutura administrativa, a reserva técnica e o laboratório de conservação e restauração e um centro de pesquisa. A partir deste exemplo, podemos perceber que um museu é uma instituição complexa e que, por meio da exposição de objetos, pode contar muitas histórias. Diante dessa inferência, podemos refletir juntos sobre a seguinte questão: podem ser os museus locais de aprendizagem? Em caso afirmativo, o que podemos aprender com eles? A fim de responder a esta e várias outras questões que seguramente surgirão no decorrer das aulas, os conteúdos mobilizados tratarão de entender na primeira seção como os museus surgiram e se organizaram através do tempo; na segunda seção nosso enfoque tratará do acervo dos museus, da importância da museografia e da mediação nestes espaços e, por fim, na terceira seção, o objetivo é refletir sobre o papel da educação para o patrimônio e seus desafios. Além de discussões interessantes, desejamos que o estudo desta unidade o incentive a visitar museus e extrair da visita o máximo possível.

## Seção 3.1

### História dos museus

#### Diálogo aberto

Prezados, quantos de vocês têm o hábito de visitar museus com regularidade? O que mais chama atenção em um museu? Vocês já pararam para pensar que estes espaços – dos quais muitas vezes só conhecemos os destinados às exposições – têm muitas coisas para nos ensinar? Esta seção tem o objetivo de refletir acerca do que é um museu, como ele surge como tal e como se organiza na sociedade contemporânea. Um museu é uma instituição complexa que não apenas guarda objetos, mas também produz narrativas a partir da exposição, como podemos perceber nas visitas que fazemos aos museus. A fim de refletir sobre um dos objetivos dos museus, vamos ler o poema *Guardar* do poeta carioca Antônio Cícero (1996, p. 337):

Guardar uma coisa não é escondê-la ou trancá-la. Em cofre não se guarda coisa alguma. Em cofre perde-se a coisa à vista. Guardar uma coisa é olhá-la, fitá-la, mirá-la por admirá-la, isto é, iluminá-la ou ser por ela iluminado. Guardar uma coisa é vigiá-la, isto é, fazer vigília por ela, isto é, velar por ela, isto é, estar acordado por ela, isto é, estar por ela ou ser por ela. Por isso, melhor se guarda o vôo de um pássaro. Do que de pássaros sem vôos. Por isso se escreve, por isso se diz, por isso se publica, por isso se declara e declama um poema: Para guardá-lo: Para que ele, por sua vez, guarde o que guarda: Guarde o que quer que guarda um poema: Por isso o lance do poema: Por guardar-se o que se quer guardar.

No poema, o poeta Antônio Cícero associa a ideia de guardar à ideia de expor, de certa forma, uma discussão que também é presente nos museus. Os objetos guardados nos museus são tão importantes para a instituição que guardar um objeto passa por critérios muito bem definidos. De que forma os objetos guardados em um museu podem ser o ponto de partida para a produção do

conhecimento? Para responder a esta e a outras questões que surgirão durante as aulas, os conteúdos mobilizados tratarão de esclarecer como os museus se organizaram ao longo da história, bem como suas características ao longo do tempo. Vamos entender as principais discussões envolvendo as especialidades dos museus, dando ênfase para os *ecomuseus* – algumas vezes chamados de museus ao ar livre – e para a participação dos movimentos sociais na instituição de espaços de memória, como os museus.

Desejamos que o estudo desta seção os incentive a visitar museus com regularidade e que possam ter experiências transformadoras nestes espaços.

## Não pode faltar

### Do gabinete de curiosidade ao museu moderno

De forma geral, o termo museu se refere a uma coleção de objetos de qualquer tipo e está, em teoria, ligado com a educação ou diversão de qualquer pessoa que queira visitá-la (SUANO, 1986). No entanto é na Grécia Antiga que encontramos as primeiras noções acerca da palavra museu: está associada a *mouseion*, ou a chamada casa das musas, uma mistura de templo e instituição de pesquisa, voltada sobretudo para o saber filosófico. As musas, na mitologia grega, eram as filhas de Zeus com *Mnemosine*, divindade da memória. Elas, donas de memória absoluta, com suas danças e narrativas, ajudavam os homens a esquecerem a ansiedade e a tristeza e os faziam mergulhar na mais profunda reflexão sobre a filosofia e as artes. Nesse sentido, era um espaço no qual se reunia, em um só lugar, além de textos filosóficos, objetos que proporcionavam um saber enciclopédico. É daí a ideia de que os museus, tradicionalmente, são caracterizados por acúmulo de objetos e/ou informações colecionadas nesses espaços e colocadas a serviço das pessoas. Nesse aspecto, podemos inferir que a coleção de objetos é provavelmente quase tão antiga quanto o homem – embora o ato de colecionar, ao longo da história tenha assumido diversos sentidos, variando conforme o contexto histórico.

No século XIV as coleções privadas (organizadas por príncipes no contexto dos descobrimentos marítimos) reuniam objetos como manuscritos, livros, mapas, gemas, porcelanas, instrumento óticos,

astronômicos e musicais, moedas, armas, especiarias. Um século depois, a prática de colecionar se tornou usual na Europa e as coleções passaram a ser enriquecidas a partir da reunião de objetos da civilização grega e romana. Além dessas coleções, proliferaram os Gabinetes de Curiosidades e as coleções científicas, muitas chamadas de museus, em referência ao templo grego.



## Assimile

Os **Gabinetes de Curiosidade** ou **Quarto das Maravilhas**, como também eram conhecidos, eram os lugares onde se depositavam uma multiplicidade de coleções de objetos exóticos em arranjos quase sempre caóticos dos três ramos da biologia da época: animal, vegetal e mineral. De forma geral, eram exposições privadas de curiosidades ou instrumentos tecnicamente avançados oriundos das explorações e dos descobrimentos dos séculos XVI a XVII. Eles desapareceram durante os séculos XVIII e XIX, sendo substituídos por instituições oficiais e coleções privadas. Alguns dos objetos foram transferidos para os museus de arte e de história natural que começavam a ser criados, tiveram grande importância na difusão de conhecimentos sobre biologia, arqueologia, etc.

Figura 3.1 | O museu particular do naturalista Ferrante Imperato, em Nápoles, conforme ilustração no frontispício do livro XXVIII de sua obra *História Natural*, de 1599



Fonte: <<http://www.mhs.ox.ac.uk/wp-content/themes/mhs-2013-responsive/imu-media.php?irn=50859>>. Acesso em: 15 maio 2018.

Com o tempo, as coleções se especializaram, passaram a ser organizadas a partir de critérios que obedeciam a uma ordem atribuída à natureza, acompanhando a visão científica dos séculos XVII e XVIII. Aos poucos deixaram para trás a função de matar a curiosidade para se transformarem em locais de pesquisa e se tornaram museus (JULIÃO, 2001). Em um primeiro momento, seus frequentadores eram apenas os seus proprietários e convidados; somente com o surgimento dos museus nacionais, no século XVII, passaram a possuir um caráter público. Conforme aponta Choay (2006), a concepção atual de museu surgiu no contexto da Revolução Francesa que, para proteger o patrimônio francês, criou um conjunto de normas técnicas e jurídicas em relação aos procedimentos de preservação que se desenvolveram posteriormente no século XIX. Um dos principais objetivos da preservação da diversidade de um patrimônio nacionalizado no contexto da Revolução era atribuir-lhe novas funções. "A intenção era instruir a nação, difundir o civismo e a história, instalando museus em todo o território francês" (JULIÃO, 2001, p. 20). A conjuntura da Revolução Francesa traçou os contornos, as bases da concepção moderna de museus que se consolidou no século XIX com a criação de importantes instituições museológicas na Europa.



## Refleta

Os primeiros museus surgiram no século XIX e, de forma geral, foram concebidos dentro de um **espírito nacional**. Seu objetivo era formar o cidadão por meio do conhecimento do passado. **Conferiam um sentido de antiguidade à nação, legitimando simbolicamente os Estados Nacionais Emergentes**. Dentre estes museus, podemos citar:

- Museu Britânico, em Londres, fundado em 1753.
- Museu de Viena, na Áustria, fundado em 1783.
- Museu Real dos Países Baixos, em Amsterdã, fundado em 1808.
- Museu do Prado, em Madri, fundado em 1819.
- Altes Museum, em Berlim, fundado em 1810.
- Museu Hermitage, em São Petesburgo, em 1852.

A partir dessas informações, podemos refletir sobre vários aspectos: de que objetos é composto o acervo destes museus? Que discursos as exposições produzem? Qual é a importância destas instituições para a consolidação de uma identidade nacional?

Além das mudanças ocasionadas por conta da produção industrial em série, o século XIX – século das luzes – foi marcado por um saber enciclopédico que se refletiu nas Exposições Universais. Os museus que neste contexto surgiam, possuíam nos seus acervos, além das antiguidades nacionais, objetos advindos do Colonialismo Europeu: expedições científicas percorriam os territórios colonizados, com o objetivo de estudar seus recursos naturais e sua gente, e de formar coleções referentes à botânica, mineralogia, etnografia e arqueologia que seriam enviadas para os principais museus europeus (JULIÃO, 2001). Em contraponto, no final do século começaram a surgir os museus etnográficos, responsáveis, em grande medida pelas transformações do século XX.



### Exemplificando

Os museus etnográficos são considerados por Lévi-Strauss [1958] como espaços singulares e privilegiados para a pesquisa antropológica, sendo descrito como um prolongamento do trabalho de campo, enfatizando, ainda, como lugar de sensibilização e de treinamento de futuros etnólogos. Lévi-Strauss [1958] configurava esses espaços no contexto de uma pedagogia de laboratório, voltados não somente para a coleta e acondicionamento de material etnográfico, mas, sobretudo, como um espaço de estudos sistemáticos de sociedades tradicionais. No Brasil, um exemplo de museu etnográfico é o Museu Goeldi, fundado em 1861, em Belém, no estado do Pará.

Figura 3.2 | Exposição de cerâmica arqueológica na Rocinha  
Nas vitrines é possível peças provenientes do Amapá e do Marajó.  
Fotógrafo não identificado (1897). Coleção Fotográfica / Arquivo  
Guilherme de La Penha / MPEG.



Fonte: <<https://goo.gl/hss0Au>>. Acesso em: 15 nov.2017.

A partir dos anos 1960, a Europa buscou estratégias para dinamizar museus, a fim de refletirem os interesses da sociedade europeia, que depois da Segunda Guerra passou a se preocupar muito mais por temas como preservação do meio ambiente, pela ecologia e pela vida cotidiana de pessoas comuns. Conforme Julião (2001), a criação do Conselho Internacional de Museus (Icom/Unesco), em 1946, a Conferência sobre o papel dos museus da descolonização de países africanos em 1962, a IX Conferência do ICOM em Paris, em 1970 e as discussões a respeito da relevância social dos museus, no Chile em 1972, são apenas alguns exemplos de como a museologia tem se preocupado em atender às demandas sociais. Essas novas orientações, segundo a autora, assumiram um caráter antropológico de cultura muito mais ampla e contribuiu para que o museu se tornasse um espaço de reflexão e debate.

As características dos museus brasileiros no século XIX, com algumas poucas exceções, giravam em torno das práticas de classificação dos elementos encontrados na natureza. Tanto o



Museu Nacional, fundado em 1898, como o Museu Paulista em 1895, como o Museu Goeldi, em 1866, se construíram como museus de história natural. Há que se destacar que muito embora existisse vários museus europeus relacionados à história natural, os expressivos museus nacionais tinham como maior preocupação mostrar suas riquezas culturais. Cabe destacar a importância que o Museu Histórico Nacional teve ao longo da história dos museus no Brasil. Fundado em 1922, representou um novo momento na era de museus nacionais no país. Seu acervo deixava de ter como característica aqueles objetos oriundos da natureza (fósseis, seixos, exemplares de plantas), para se constituir em um museu cujo acervo fosse representativo da história nacional brasileira.



### Exemplificando

Figura 3.3 | Imagem de parte da exposição do acervo do Museu Histórico Nacional: construindo a nação



Fonte: <<http://mhn.museus.gov.br/index.php/a-construcao-da-nacao/>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

A imagem que observamos faz referência à exposição "A construção da Nação" (1822-1889), do Museu Histórico Nacional. A data da exposição nos remete ao Período Imperial brasileiro e aos objetos referentes a este contexto: piano e mobiliário que pertenceram aos imperadores D. Pedro I e D. Pedro II; objetos de uso pessoal arranjados em um cenário que remete à época.

Ao romper com uma tradição enciclopédica, este museu inaugurou um modelo de instituição consagrada à pátria, destinada a legitimar a ideia de nacionalidade proposta pela intelectualidade

que se dedicava a pensar o estado nacional e suas formas de consolidação. Foi criado para que a população conhecesse fatos e histórias do passado baseados em uma história oficial. Esta instituição criou o curso de Museologia e serviu de modelo para outras instituições no país.

Um ano depois da criação do Museu Nacional, foi criada a Inspetoria de Monumentos Nacionais, que conforme estudamos em seções anteriores, foi uma importante instituição de preservação da memória que antecedeu o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). A instituição do Estado Novo, na década de 1930, corroborou com a implementação de uma política de criação de museus nacionais e o resultado desta ação pode ser percebido na criação do Museu Nacional de Belas Artes, do Museu da Inconfidência, do Museu Imperial. Esta configuração de museus pensada e organizada para expor objetos que dissessem respeito à História Nacional se manteve até o fim do Estado Novo. Nas décadas de 1950 e 1960, a tônica dos museus continuou sendo a da valorização de uma História Nacional, voltada, no entanto, para a ideia de um Estado forte – como se disseminava durante a Ditadura Civil-Militar no país. Não é à toa que neste período inúmeros museus militares foram criados. Como podemos perceber, até então, com algumas exceções, os museus e seus acervos diziam muito da vida política do Brasil e pouco das pessoas que viviam nele. O próprio visitante era considerado um expectador que, de forma passiva, aprendia a história linear contada neste espaço: não porque não houvessem pessoas que pensassem esses espaços na contramão desta ideia dominante, mas porque as políticas de memórias restringiam possibilidades daquilo que deveria ser lembrado e daquilo que deveria ser esquecido.

Neste sentido, foi a partir dos anos 1970 que mudanças sensíveis começam a acontecer na gestão dos museus: a sociedade, de um lado empreende um movimento que não é apenas contra a censura e o que ela representa, mas reconhece nestas instituições possibilidades de representação de suas memórias e identidades. De outro lado, os museus passam a implementar novas práticas que incorporaram aquelas até então marginalizadas: o museu como espaço das vivências cotidianas, como espaço da diversidade cultural e, desta forma se aproximaram muito mais das realidades locais e dos diferentes grupos sociais existentes. Nesse sentido, podemos

citar os museus que passaram a valorizar a memória da resistência política (Museu da Resistência/SP); da diversidade sexual (Museu da Diversidade Sexual/SP), das minorias sociais marginalizadas (Museu da Loucura/MG) e daquilo que é descartado na sociedade (os vários museus do lixo existentes no Brasil).

Da mesma forma, o público não é mais aquele que busca, de forma passiva, a erudição e o conhecimento linear sobre as questões nacionais, mas aquele que mesmo diante de um acervo de relíquias imperiais, o problematiza. Além disso, a gestão dos museus passou a incorporar as mudanças que, em nível internacional, impactavam a função social dos museus: os diferentes movimentos sociais se apropriaram do patrimônio e os resignificaram, abrindo espaço para que houvesse espaço e afirmação de novas identidades coletivas. Nesse contexto passou a surgir uma diversidade incrível de museus que passaram a ser especializar no trato de seus acervos, na apresentação de novas problemáticas.



Pesquise mais

A criação dos museus nacionais em território brasileiro tem relação direta com as políticas de memória instituídas a partir da criação do órgão federal de proteção do patrimônio cultural, na década de 1930. Para compreender melhor esta relação, acesse o material sugerido abaixo, nas páginas 141-148; 153-157:

JULIÃO, Letícia. O Sphan e a cultura museológica no Brasil. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 43, jan-jun. 2009, p.141-161. Disponível em:

<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1550>>  
Acesso em: 15 nov. 2017.

### **Museu histórico, museu artístico e outras fragmentações**

Segundo Meneses (1994), rigorosamente, todos os museus são históricos. Embora os museus possam operar com dimensões de espaço e de tempo, jamais podem escapar deste último. No entanto, a fragmentação das tipologias de museus presentes na sociedade contemporânea é decorrente da própria história dos museus. Isso resulta, *grosso modo*,



numa tipologia multiforme em que ao lado de museus enciclopédicos (do tipo do British Museum ou do Metropolitan Museum) e dos históricos, se encontram museus de arte, de arqueologia, de antropologia, de folclore, de História Natural (desmembrados em zoologia, botânica, geologia, etc.), de ciência e tecnologia e assim por diante. Finalmente, há os temáticos e micro-temáticos, muitas vezes corporativos e patrocinados por empresas: dos transportes, do mar, do telefone, das abelhas, da madeira, de moedas, selos, medalhas, do chapéu, da Coca-Cola e da farmácia. (MENESES, 1994, p. 16)

De fato, mesmo pensando nas três grandes categorias de museus – os de história, os de arte e os de ciência – é inegável a participação da história em cada um deles, pois, apesar das especificidades de seus acervos, a produção humana sempre pode ser vista em uma perspectiva histórica e os museus são parte dela. Por esta razão, independentemente do seu modelo museológico, um museu é sempre interdisciplinar, embora haja disciplinas mais reforçadas em diferentes perfis institucionais.

É nessa perspectiva que os museus se encontram com os estudos da cultura material e com todos os estudos desenvolvidos a partir das coisas, dos objetos e da existência das coleções (CÂNDIDO, 2012). Até o século XIX, os museus, de forma geral, operavam em função do surgimento das nacionalidades. Somente na década de 1920 é que se condensa o museu histórico como categoria distinta das demais e é nesse sentido que o conceito vigente é o de que museu histórico seria aquele que opera objetos históricos da mesma forma que em um museu de arte, por exemplo, uma tela, é documento plástico. Embora a relação entre museu histórico e museu de arte sempre tenha sido ambígua, Meneses (1994) chama a atenção para os sentidos desta aparente dicotomia. Se de um lado as categorizações propostas pelos museus podem ser positivas por conta da especialização em relação aos temas abordados, por outro, a “natureza empírica das fontes não pode ser desconsiderada” (MENESES, 1994, p. 17), ou seja, “conhecimento e fonte não são biunívocos. A natureza da fonte não pode ser a mesma que a do conhecimento, nem determinar a natureza do conhecimento [...] por isso, tomar um referencial exclusivamente documental, recortando

tipos de objetos é procedimento insuficiente” (MENESES, 1994, p. 17). Como resolver este problema? Talvez a forma de superar estas tipologias seja pensar na museologia como uma possibilidade interdisciplinar de tratar o conhecimento. Nesta perspectiva, todas as fragmentações dos museus em detrimentos do tipo de seu acervo transcendem sua materialidade e, nesse sentido, os museus de arte, de história, das religiões, da infância, da sexualidade, da loucura, etc. podem se tornar vetor para a construção do conhecimento.

### **Ecomuseus e museus ao ar livre**

As mudanças ocorridas a partir dos anos 1980, como explicitadas anteriormente, nos permitiram perceber o surgimento de uma gama de espaços museológicos com características bem específicas. É o caso dos **Ecomuseus**, definidos de forma geral como um museu ecológico, no sentido de museu do homem e da natureza, ambiente no qual está inserido. Nesse sentido, os ecomuseus deveriam ser espaços para o homem e não um homem para o museu. Tiveram importante papel social e propuseram formas e interação social com a comunidade. Dentre essas experiências, destaca-se o Ecomuseu do Creusot-Montcau, criado na década de 1970, em uma região industrial das cidades de Creusot (siderurgia) e Monteceau de Las Mines (carvão), um pequeno território francês situado na Borgonha, onde viviam trabalhadores, na maioria imigrantes, subjugados há mais de um século por gerações de indústrias. A demanda inicial era conceber um mecanismo que incentivasse os cidadãos a reconhecer o valor dos trabalhadores, marginalizados pelos outros habitantes por terem seus modos de vida, valores e tradições diferentes dos demais. Neste sentido, o território passou a ser valorizado, o trabalho desses mineiros passou a ter visibilidade e, a partir da própria comunidade, o espaço se transformou em um museu.

Outras experiências partiram de ideia dos ecomuseus e tiveram outros desdobramentos, como é o caso dos **museus de território**, **museus vivos** ou **museus a céu aberto**, que consistem, na maioria das vezes, em um conjunto de edifícios que ilustram o modo de vida de uma dada comunidade em uma determinada época do passado: residências, escola, igreja, moinho, galpões de artesanato, cervejaria, matadouro, etc. A principal estratégia deste tipo de museu é criar um ambiente em tudo parecido com o real, evitando ao máximo vitrines,

legendas, enfim, tudo o que possa lembrar o aparato tradicional de um museu. Como exemplo, podemos citar o vilarejo de Colonial Williamsburg, na Virgínia. Palco de importantes momentos da história estadunidense do século XVII e XVIII, foi quase todo reconstruído e seu espaço, agora musealizado, se tornou um vilarejo museu, no qual circulam atores que fazem referência a personagens da época e interagem com os visitantes. É uma encenação do passado e segundo Suano (1986), reproduz o que seria a principal noção da democracia americana: a igualdade de todos.

Assim, os grandes homens americanos foram homens comuns, de extração social idêntica à de grande massa de americanos. Em um país de história europeia recente, como os EUA, é compreensível a necessidade de exacerbarem-se "fatos históricos" e supervalorizarem-se as "personagens históricas", usadas como pontos de gancho vitais para se dar ao novo país uma feição reconhecível por todos. Ao visitante é dada a possibilidade de "fazer de conta" que ele viveu ali, que ele também participou daqueles eventos, que ele é igualmente responsável por aquelas batalhas e conquistas. Como agente agregador e formador de "consciência nacional", este tipo de museu é extremamente eficiente: a comunidade o admira, apoia e defende.

### **Museus e movimentos sociais**

Com as propostas de renovação dos museus, a nova Museologia que se pretendeu a partir dos anos 1970, passou, de modo provocativo e dialético, a insistir no papel dos museus como espaços de desenvolvimento e mudança social. Desse modo, deixaram de ser templos das musas para se tornarem fóruns da sociedade.

A interação dos museus com seus públicos se tornou mais complexa a partir desta abertura e, ao refletir sobre esses fenômenos, o campo da museologia e suas ações passaram a contemplar os problemas e as contradições das minorias sociais, até então alijadas dos processos que envolviam a criação de museus. Nessa nova museologia, os movimentos sociais passam a trazer novas demandas, cujos enfoques deixam de ser os acervos e espaços tradicionais e transformam-se em lugar no qual as pessoas, suas histórias e seus territórios passam a ser o maior patrimônio a ser preservado.

Segundo Chagas (2011), o principal desafio dos museus contemporâneos é interagir com suas propostas

É preciso que nos aproximemos deles sem ingenuidade, mas também sem a arrogância do tudo saber. É preciso que nos apropriemos deles. Um dos nossos desafios é aceitá-los como campos de tensão. Tensão entre a mudança e a permanência, entre a mobilidade e a imobilidade, entre o fixo e o volátil, entre a diferença e a identidade, entre o passado e o futuro, entre a memória e o esquecimento, entre o poder e a resistência. E é por isso, é por serem tensão e processo, é por estarem em movimento que os museus – casas de sonho, de criação, de educação e de cultura – interessam aos movimentos sociais: aos movimentos étnico-raciais (índios e negros); aos movimentos que lidam com as questões de gênero (mulheres e homossexuais); aos movimentos rurais pela terra, reforma agrária e acesso ao crédito para assentamentos rurais; aos movimentos de solidariedade e apoio aos meninos e meninas de rua; aos movimentos que lutam por condições de habitabilidade na cidade; aos movimentos que defendem uma maior participação nas estruturas político-administrativas das cidades (orçamento participativo, conselhos gestores, conselhos de cultura etc.), aos movimentos que lutam contra as políticas neoliberais e os efeitos da globalização; aos movimentos de defesa do meio ambiente e de democratização dos equipamentos urbanos; aos movimentos que lutam a favor da acessibilidade universal; aos movimentos que não são contra e também não são a favor... e tantos outros movimentos. (CHAGAS, 2011, p. 13-14)

Dessa forma o museu passa a ser um lugar de permanente integração, diálogo e troca de saberes entre as pessoas. Esses museus são, na verdade, o resultado de um lento processo de conquistas sociais que abrem perspectivas para se pensar a sociedade na sua complexidade: de temas e de pessoas.

Alguns casos são emblemáticos desta modalidade e podemos citar alguns. Um deles é o Museu Kuhaí do povos indígenas do Oiapoque, no Amapá. Algumas lideranças indígenas que já conheciam algumas experiências do tipo consideraram que era

necessário dar visibilidade à sua cultura através da organização de um museu. O processo de implementação deste museu ocorreu de 1997 a 2007, quando foi oficialmente inaugurado. No entanto, conforme a antropóloga envolvida na criação deste Museu Lux Vidal (2008), o museu já existia antes mesmo da sua inauguração, fato que evidencia que a musealização de sua cultura foi um processo de negociação e conquista ao longo do tempo.

Outros grupos que historicamente estiveram à margem das políticas de memória e, por excelências de espaços musealizados, também conquistaram seu direito de tornarem visíveis suas narrativas. É o caso dos pacientes de hanseníase – doença tratada como lepra até recentemente – internados em Colônias hospitalares. Muitos destes espaços, atualmente sem este uso específico, tornaram-se lugares musealizados nos quais podemos conhecer um pouco da doença, do tratamento e, mais do que isso, de como era o cotidiano das pessoas que viviam naquele lugar, longe do convívio de suas famílias e da sociedade.

Outro exemplo também bastante significativo é o Museu Penitenciário Paulista, localizado no lugar onde era o complexo do Carandiru. Inicialmente quando foi criado, na década de 1990, seu objetivo era o de se tornar uma ferramenta didático-pedagógica para treinar os servidores da Administração Penitenciária. Seu rico acervo composto de áudios, pinturas, tatuagens, armas e utensílios fabricados pelos presos chamou a atenção de parte da sociedade preocupada com a cultura prisional para que esse acervo fosse não apenas disponibilizado, mas também que pudesse ser visitado pelo público em geral, para que conhecessem, entre outros aspectos possíveis, de que forma se dá a ressocialização na penitenciária. Estes exemplos mostram o quanto a participação da sociedade nas políticas de memória contribuiu para a diversidade dos museus, seus acervos e para a sua democratização na sociedade contemporânea.

## Sem medo de errar

O poema de Antônio Cícero, sugerido para leitura, nesta seção, propunha uma reflexão sobre o ato de guardar. Embora um poema traga sempre inúmeras possibilidades de interpretação, podemos inferir uma leitura elementar: o poeta vai na contramão da ideia de que guardar algo significa privar a coisa guardada dos nossos olhos.



Para o poeta uma coisa só é bem guardada se ele admirá-la, iluminá-la, e por que não, expô-la? Nesse sentido, podemos relacionar a ideia de guarda àquilo que guarda o museu nos diferentes momentos históricos. Se, em um primeiro momento, a prática colecionista – precursora do museu moderno – se fazia através da exposição dos objetos raros em Gabinetes de Curiosidade, significa dizer que os objetos, ao serem guardados em tais lugares, melhor seriam expostos aos visitantes – raros por sinal – por se tratarem de exposições privadas. Essa mesma lógica está presente nos museus ligados à ciência natural e aos museus nacionais. Tão bem guardado está seu acervo, quanto bem exposto e compartilhadas suas exposições. Mas e como podemos pensar a lógica de guardar quando falamos em museus contemporâneos que abrigam acervos nada tradicionais e ou territórios sem acervo? Ora, se entendermos que o espaço dos museus pode também abrigar experiências e se as experiências, por seu turno, ao serem compartilhadas, podem ser pensadas sob a mesma lógica, significa dizer que podemos “guardar” experiências e, por seu turno, isso significa, compartilhá-las.

### Faça valer a pena

**1.** Considere os itens abaixo:

- a) Gabinetes de Curiosidade
- (b) Ecomuseu
- (c) Museu ao ar livre
- (d) Renovação dos museus
- (e) Museus nacionais

( ) Museu em uma perspectiva crítica.

( ) Coleções de objetos exóticos recolhidos a partir dos descobrimentos marítimos. Sua exposição não obedece a critérios de museologia.

( ) Museu do Exército, fundado em 1865.

( ) Principal característica é sua relação com o meio. Normalmente são espaços pensados em conjunto com a comunidade na qual está inserida.

Relacione a primeira e a segunda colunas:

- a) e, c, a, b, d.
- b) d, a, c, b, e.
- c) b, e, c, d, a
- d) d, a, e, c, b.
- e) c, d, e, c, b.

## 2. Analise os três documentos, as assertivas e assinale a alternativa correta:

### Documento 1: Planta da Colônia Williamsburg



Fonte: <<http://www.history.org/history/cwland/images/gardenmap.jpg>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

### Documento 2: Turistas andando de charrete Colônia Williamsburg



Fonte: <<http://awilliamsburgwhitehouse.wdpt.org/wp-content/uploads/sites/13/2010/10/hd-colonial-williamsburg-va.jpg>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

### Documento 3: Relato de turista sobre visita à Colônia Williamsburg"



Um dos lugares mais incríveis que visitamos na nossa viagem de carro pelos EUA e Canadá ano passado foi Colonial Williamsburg, na Virgínia. Esse "museu vivo" de história é absolutamente imperdível se você tem curiosidade de ver como era uma cidade americana no século 18, quando Williamsburg foi a capital da Virgínia colonial (tem prédios do século 17 ao 19) e entrou na Guerra Revolucionária, que

declarou a independência dos EUA, deixando de ser uma colônia inglesa. A maior parte da cidade foi preservada e mantida na mesma configuração da época, e os funcionários do museu estão todos vestidos a caráter, os restaurantes servindo comida típica daquela época, e ocorrem várias encenações de eventos históricos ao longo do dia que você pode assistir na rua mesmo.

Fonte: MISURA, L. Colonial Williamsburg: museu vivo de história na Virgínia. Disponível em: <<http://luciana.misura.org/2015/12/14/colonial-williamsburg-museu-vivo-de-historia-na-irglnia/>>. Acesso em: 15 nov.2017.

Considere agora as seguintes assertivas:

- I. Os três documentos tratam do museu localizado na Virgínia, em uma área chamada Colônia Williamsburg.
- II. O fato do museu ocupar um grande território, como apresenta o documento 1, faz dele um ecomuseu.
- III. Museus como o de Williamsburg, ao mesmo tempo que oferecem um produto turístico atrativo, podem promover o apagamento das diferenças entre os tempos históricos.
- IV. No documento 3, a designação “museu vivo” para o museu Williamsburg é usada porque neste museu a história dos principais acontecimentos políticos é encenada por atores.
- V. O traje do cocheiro em contraste com as roupas do turista, como percebemos no documento 2, nos permitem inferir que o museu Williamsburg promove uma encenação do passado.

Agora, a partir dos documentos, assinale a alternativa correta

- a) As afirmações I, II e III são corretas.
- b) As afirmações II e V são corretas.
- c) Todas as afirmações são corretas.
- d) As afirmações II e IV são corretas.
- e) As afirmações I, III, IV e V são corretas.

**3.** Reaberto em 2016, o Museu da Loucura, em Barbacena/MG, é uma instituição que abriga um acervo que trata da história do primeiro hospital psiquiátrico de Minas Gerais. O local reúne vasta documentação (textos, fotografias, documentos, objetos, equipamentos e instrumentação cirúrgica, etc.), que abordam a história do tratamento do paciente com sofrimento mental. O portal G1 publicou uma matéria explicando o que era o museu e sua importância na sociedade. Transcrevemos, a seguir,



A importância [do museu] transcende a questão de memória e de turismo. É um compromisso com a garantia dos direitos humanos através da conscientização das pessoas. É um museu social porque tem um discurso de quebra de preconceitos e de um assunto que é ainda atual, que são as dificuldades relacionadas à área da saúde mental. Queremos fazer as pessoas entenderem que a segregação e separação da sociedade é o problema, e não a doença, que é tratável. Você não pode negar a cidadania de uma pessoa porque ela é doente. [...]

Levamos cerca de um ano nas obras físicas do edifício e mais oito meses para a instalação da exposição. A história e o acervo são os mesmos, mas agora são apresentados em um conceito diferente, através de recursos audiovisuais e tecnológicos que, até então, não eram possíveis. [...]

Nosso objetivo é tratar de forma crua e com respeito pelas pessoas que viveram e morreram no Hospital Colônia. É um memorial e um ambiente respeitoso às memórias de quem foi submetido a tratamento no local. Uma forma simples, mas bastante eficiente de recuperar e mostrar esta história. [...] É um museu mais técnico, por isso é importante que as pessoas tenham a presença de um guia. Elaboramos um roteiro, está bem cuidado para que nossos visitantes entenderem todo o contexto e a forma como o tema é mostrado', explicou.

Fonte: G1. Museu da Loucura é reaberto com objetivo de conscientizar a sociedade. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2016/05/museu-da-loucura-e-reaberto-com-objetivo-de-conscientizar-sociedade.html>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

fragmentos da fala de Edson Brandão, historiador responsável pelo museu: Considere agora as seguintes assertivas:

- I. O acervo da instituição é variado e permite narrar várias histórias sobre a doença mental no Brasil.
- II. Este museu é um exemplo típico das instituições surgidas nos anos 1930 por narrarem histórias relativas às práticas médicas no Brasil.
- III. A variedade do acervo deste museu permite caracterizá-lo como um Gabinete de Curiosidade.
- IV. É possível perceber que se trata de um museu que contempla a demanda de um determinado grupo que até pouco tempo não poderia estar representado no Museu.
- V. A narrativa museológica se preocupa em alertar sobre os perigos da doença mental e a necessidade de isolar os pacientes da sociedade.

A partir das assertivas, assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a alternativa I está correta.
- b) Apenas a alternativa IV está correta.
- c) As alternativas I e IV estão corretas.
- d) As alternativas IV e V estão corretas.
- e) As alternativas I e III estão corretas.

## Seção 3.2

### Expografia e reserva técnica

#### Diálogo aberto

Caro aluno, nesta seção estudaremos alguns temas que envolvem o museu e as exposições museológicas. Seguramente vocês já entraram em museus e visitaram exposições. No entanto, quantas vezes vocês já se perguntaram qual é o caminho que um objeto percorre dentro desta complexa instituição, até compor a exposição final? Mais do que isso, que história cada exposição quer narrar? Será que os museus militares, por exemplo, possuem o mesmo discurso dos museus dedicados à memória da resistência à Ditadura?

Os museus são instituições de aprendizagem que narram muitas histórias e possuem formas diversas, criativas e instigantes de narrar estas histórias: o Museu da Inconfidência Mineira, por exemplo, trata da sociedade brasileira durante os séculos XVIII e XIX, enquanto o Museu de Arte de São Paulo (MASP) apresenta um panorama da arte mundial, desde a arte antiga, até a contemporânea. Em ambos os casos, aprendemos algo com suas exposições e sobretudo a partir de como estas exposições são montadas.

Para podermos aprofundar essa discussão, usaremos como ponto de partida do nosso debate um exemplo do impacto que uma mudança na forma de expor os objetos em um museu pode causar. Vejamos o caso do MASP: durante os anos de 1968 a 1996, as obras expostas neste museu eram apresentadas em cavaletes de vidro – suportes transparentes nos quais as obras eram fixadas de forma que o expectador pudesse circundá-las. Este projeto de exposição foi concebido pela arquiteta **Lina Bo Bardi** (1914-1992).

A partir de 1996, este suporte foi retirado e as obras passaram a ser expostas nas paredes do museu. Em 2015, o MASP recuperou a antiga expografia e, atualmente, podemos visitar o museu e conhecer a proposta original da exposição de parte do acervo. Perceba que se trata de duas exposições que ordenam de formas diferentes os mesmos objetos. Que narrativas estas exposições produziram? A

partir deste exemplo, podemos ampliar nossa reflexão e questionar: de que forma os projetos expográficos são responsáveis pela produção das narrativas nos espaços museológicos? Para responder a esta e outras questões que surgirão no decurso dos estudos, mobilizaremos alguns conhecimentos referentes à trajetória do objeto, desde a chegada no museu, até sua exposição; a constituição da reserva técnica dos museus e sua importância, os discursos produzidos pelas exposições – cujo enfoque se dá no objeto – e, por fim, o papel da mediação na produção do conhecimento, que para nós, historiadores, é de suma importância.

Compreender os processos que envolvem as complexas exposições dos museus nos permite perceber que a escolha dos objetos para compor uma exposição, bem como a forma que a exposição é apresentada pode dizer tanto quanto a exposição em si, e isso torna nossa visita às exposições uma experiência muito mais reveladora.

## Não pode faltar

### Museu e reserva técnica

Normalmente quando visitamos museus, mais especificamente as exposições organizadas por estas instituições, ignoramos que existe um imenso trabalho que vai, entre outras tantas coisas, do recebimento de objetos e coleções pelos funcionários responsáveis, sua seleção e acondicionamento adequado na reserva técnica para somente depois – a partir de criteriosa curadoria – fazer parte de uma exposição. No entanto, embora pensemos o museu como espaço expositivo – e esse é nosso enfoque –, é importante salientar que além de comunicar algo, através das exposições, os museus também atuam em outras duas frentes que se complementam, quer seja na preservação da cultura material e na prática de pesquisa.

Na seção anterior, vimos que as coleções são conjuntos de objetos recolhidos ao longo do tempo e que, reordenados segundo determinados critérios dentro do espaço dos museus, podem narrar inúmeras histórias. Resta-nos saber o que é um objeto de museu e qual o sentido que assume dentro deste espaço para depois entender a sua importância.

De forma geral, um objeto de museu é todo aquele artefato que possui um conjunto de significações socialmente instituído que lhe

confere **valor**, que no caso é dado pelo processo de musealização, que implica uma série de passos a serem seguidos que, à luz de referências teóricas do campo, ressignificam o objeto. Dizendo de outro modo, um objeto de museu é considerado como tal quando adquire um estatuto museológico; quando deixa de ser um objeto ordinário para fazer parte de um sistema no qual ele, a partir de então, passa a ter um valor simbólico que se estabelece em relação a outros objetos.



Os objetos no museu são “desfuncionalizados” e “descontextualizados”, que significa que eles não servem mais ao que eram destinados antes, mas que entram na ordem do simbólico que lhes confere uma nova significação (o que conduziu Krzysztof Pomian a chamar esses ‘portadores de significado’ de semióforos) e a lhes atribuir um novo valor – que é primeiramente museal, mas que pode vir a possuir valor econômico tornando-se, assim, testemunhos (con) sagrados da cultura. (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 70)

Nesse sentido, Ramos (2001, p. 110) alerta para o fato de que



ninguém vai a uma exposição de relógios antigos para saber as horas. No espaço expositivo, o objeto perde seu valor de uso: a cadeira não serve para sentar assim como a arma não é usada para disparar. Se abdicam suas funções originais, tais objetos passam a ter outros valores.

Além de perder a sua funcionalidade, tais objetos passam a ser inseridos em uma lógica temporal na qual o tempo parece estar em suspensão: “subtraída sua temporalidade presencial, se transformam numa temporalidade indefinida” (MENDONZA, 2005, p. 218). Ou seja, um objeto de museu, ou um objeto musealizado, é um remanescente de um determinado tempo e, como tal, é um vetor de memória. Isso justifica sua guarda em locais adequados para sua preservação, chamados de reserva técnica.





Segundo Pomian (1984), **semióforos** são objetos que não têm utilidade prática/funcional mas que possuem um valor simbólico muito forte, por exemplo: a primeira lâmpada elétrica acesa no Brasil. Ela não funciona mais e não tem utilidade prática alguma, no entanto, ela se reveste de um sentido simbólico forte: representa o progresso, a tecnologia, a ciência. Os museus são lugares por excelência onde se guardam e se expõe semióforos.

Podemos definir a reserva técnica como um importante – e as vezes negligenciado – espaço no qual se guardam os objetos e as coleções de um museu que estão fora do circuito expositivo. **Embora muitos museus não tenham espaços destinados para este fim ou ainda destinam espaços muitas vezes desorganizados**, o ideal é que as reservas técnicas se apresentem segundo os padrões de organismos internacionais dos museus que prezam pela segurança, limpeza e prevenção de riscos, como de incêndio e/ou de inundações. Nas condições ideais, a reserva técnica precisa ser climatizada e ter acesso controlado, ainda que parte dela seja própria para visitação – conforme propõe o Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.



Figura 3.4 | Reserva técnica do Museu Nacional de Belas Artes



Fonte: <<http://mnba.gov.br/portal/museu/conservacao-restauracao.html>>. Acesso em: 19 fev. 2018.

A demanda pela criação de áreas destinadas à reserva técnica surgiu no século XX, justamente quando houve a necessidade de diminuir o espaço expositivo das coleções permanentes. Esse fato fez com que houvesse igualmente uma preocupação com os objetos fora do circuito de exposição em acondicioná-los de forma adequada. Nesse sentido surge a reserva técnica e toda uma forma de lidar com ela, pois além de abrigar a maioria dos objetos que existem no museu, é uma maneira de conservar o acervo de forma preventiva, o que em última instância significa garantir a vida útil das coleções.

O que afirma a Constituição sobre este tema? A Lei nº 11.904/2009, do Estatuto dos Museus, no que tange à preservação, conservação, restauração e segurança, dispõe, nos art. 21, 22 e 23, respectivamente, que os museus devem garantir a conservação e a segurança de seus acervos, que se aplicará o regime de responsabilidade solidária às ações de preservação, conservação ou restauração que impliquem dano irreparável ou destruição de bens culturais dos museus, sendo punível a negligência e, por fim, que os museus devem dispor das condições de segurança indispensáveis para garantir a proteção e a integridade dos bens culturais sob sua guarda, bem como dos usuários, dos respectivos funcionários e das instalações (BRASIL, 2009). É da reserva técnica que se selecionam os objetos que serão expostos nos espaços destinados para tal.

### **Os objetos do museu e os objetos no museu: perspectivas**

Já definimos o que é um objeto musealizado, bem como refletimos sobre sua importância no espaço do museu. Agora trataremos um pouquinho mais sobre a função deste objeto dentro do museu e como se pode construir conhecimento a partir dele – foco da nossa discussão. Se o museu é o local por excelência da exposição de objetos e se tem como objetivo principal apresentá-lo ao público através do seu uso social no tempo e no espaço, como este objeto pode ser o ponto de partida para a produção do conhecimento?

Em primeiro lugar, há que se considerar o objeto no museu como um documento histórico. Para Meneses (1994, p. 31):

o museu é essencialmente uma forma institucionalizada de transformar objetos em documentos e o processo de transformação do objeto em documento, introduz referências a outros espaços, tempos e significados numa contemporaneidade que é a do museu, da exposição e de seu usuário.

Um objeto no museu é um documento. São testemunhos de vida, do trabalho, da sociabilidade. Quando problematizados, dizem dos contextos e das situações das quais fazem referência pois não possuem informações latentes; possuem valores simbólicos relacionais. Os objetos no museu são documentos que fogem à fetichização: são desnaturalizados e seus valores são aqueles atribuídos e não imanentes a eles. Para que um objeto seja um documento, é necessário que ele seja o ponto de partida para o entendimento de um fenômeno, uma determinada situação:

ao invés de fazer história das armas, por exemplo, dar a ver a história nas armas: expor as relações do corpo com a arma, como mediações para definir o lugar do indivíduo (armas brancas), do grupo (armas de fogo, padronização, disciplina), da multidão urbana, perigo latente (pistolas miniaturizadas) e assim por diante (Carvalho 1992). Ou tomando o mobiliário colonial de São Paulo como índice para assinalar e compreender as condições e padrões de assentamento, na mobilidade e graus de acesso de arcas, canastras, cômodas (Suano 1992). Ou ainda, utilizando liteiras e cadeirinhas para questionar o espaço público como cenário de classificações sociais e os deslocamentos pessoais em relação às escalas do olhar (ver, ser visto, dar a ver) (Barbuy 1992). (MENESES, 1994, p. 27)

Os objetos no museu são responsáveis, como afirma Pomian (1984, p. 66), por “assegurar a comunicação entre os dois mundos nos quais se cinde o universo” e isso só é possível quando expostos aos olhares de seus observadores. “Só se esta condição for satisfeita é que se tornam intermediários entre aqueles que olham e o mundo que representam” (POMIAN, 1984, p. 66). Dito de outra forma, o objeto no museu só tem sentido quando é tratado como documento

e não como uma relíquia ou um objeto fetiche. Para que isto ocorra, é necessário que a construção do conhecimento parta deste objeto e, através da sua problematização, estabeleça as demais relações que se quer construir. Caso contrário, se o objeto for considerado um artefato em si, ele perde seu potencial de ser vetor de memória e se constitui um objeto do museu: autoexplicativo, ensimesmado e sem a dinâmica que lhe é pertinente. Mas afinal, como se materializa a utilização de um objeto dentro da lógica documental? A expografia pode nos ajudar a resolver esta questão.

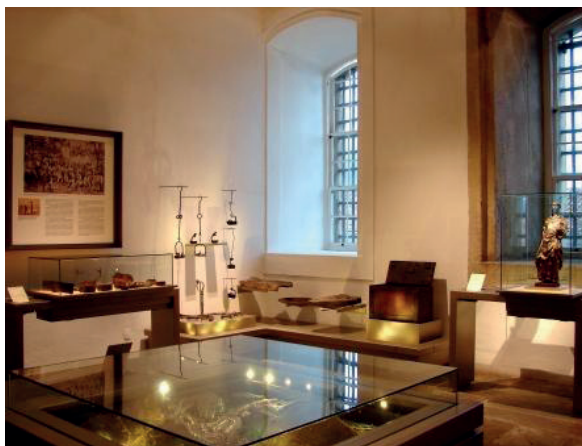


### Refleta

As figuras abaixo mostram duas imagens de parte de duas exposições sobre o mesmo tema: a mineração em Minas Gerais. Observe a expografia das duas propostas e reflita sobre ela a partir de algumas sugestões:

- Quais objetos foram selecionados para a exposição?
- De que forma os objetos estão dispostos?
- Com que outros elementos estes objetos dialogam?
- Que histórias este fragmento de exposição narra?

Figura 3.5 | Sala da mineração do Museu da Inconfidência, em MG



Fonte: <[http://www.museudainconfidencia.gov.br/pt\\_BR/museu/sala-por-sala/v/sala-da-mineracao](http://www.museudainconfidencia.gov.br/pt_BR/museu/sala-por-sala/v/sala-da-mineracao)>. Acesso em: 15 nov.2017.

Nesta sala, podemos encontrar ferramentas do trabalho de negros escravizados, tais como: balanças para pesagem, objetos para coleta e separação do ouro e, ao fundo, pendurados próximo a janela, objetos de suplício de escravos.

Figura 3.6 | Exposição de minérios do Museu das Minas e do Metal, em MG



Fonte: <<https://media-cdn.tripadvisor.com/media/photo-s/06/ef/f6/b0/mm-gerdau-museu-das-minas.jpg>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

### Expografia e os discursos das exposições museológicas

Depois de refletirmos acerca da importância do objeto no museu, resta-nos saber de que forma este objeto é disponibilizado ao público. Da mesma forma que o museu ordena, sob alguns critérios seu acervo, também elabora com muito cuidado a exposição dos objetos que o compõe. Cada exposição narra uma determinada história – concebida por um curador – e que lança mão de um conjunto de saberes técnicos para realizá-la. Nominamos este conjunto de técnicas de expografia. Trata-se de um espaço físico e simbólico que diz respeito a tudo aquilo que se relaciona com a ambientação da exposição e que é composto por três elementos fundamentais: a **ideia**, o **conteúdo** e a **forma**.



#### Assimile

O termo **curadoria** origina-se do latim e significa ter cuidado/apreço por algo. O sentido contemporâneo está relacionado à

seleção, organização e forma de exposição do acervo de instituições museológicas. O curador é responsável por conceber uma exposição. É, de certa forma, a voz da instituição.

O termo expografia foi apresentado na década de 1990, por André Desvallées, no livro *Manuel de muséographie: petit guide à l'usage des responsables de musée*, que associou a ideia de exposição à de descrição. Por conta disso, a expografia passou a ser entendida como a técnica da “escrita da exposição” (BAUER, 2014).

É através das exposições que o público em geral pode ter acesso ao acervo do museu. É com a articulação de objetos que a exposição cria narrativas, comunica ideias e conceitos, um dos desafios do profissional da museologia. As exposições têm o “enfoque na comunicação do conteúdo e nos mecanismos de informação para ampliação do espaço de troca e possível interação do visitante com o espetáculo museológico” (ENNES, 2008, p. 7). Nesse sentido, uma exposição é um texto a ser lido que demanda do espectador a energia para decifrá-lo, pois as exposições devem ser compreendidas e identificadas como “diretamente relacionadas com o processo de produção de ideias/imaginários e bens sociais reconhecidos pela sua materialidade” (CUNHA, 2005, p. 3). A exposição pressupõe ainda a articulação de enunciados sobre alguns problemas humanos, desenvolvidos com o suporte das coisas materiais (MENESES, 1994).

De acordo com as reflexões que desenvolvemos até aqui, percebemos que o grande objetivo e ao mesmo tempo um grande desafio da exposição é contar com um projeto expográfico que seja tão eficiente em comunicar uma história a partir dos objetos que faça sentido para o espectador, certo? No entanto, quantos de nós, ao visitarmos uma exposição, não dedicamos tempo suficiente para observar o ambiente criado em torno dos objetos, as cores utilizadas pelos materiais de apoio, a tipografia escolhida para compor os textos, a proporção entre os elementos que integram a exposição ou mesmo a cenografia proposta e vamos direto ler a legenda? Este questionamento chama a atenção para o fato de que o sucesso das exposições não depende apenas de grandes e mirabolantes projetos expográficos – embora sejam fundamentais – mas da postura do

visitante que, este sim, precisa, de alguma forma, interagir com a exposição. Seria a mediação um facilitador neste processo?

### **O papel da mediação nas visitas aos museus**

O que esperamos de uma visita ao museu? Vamos aos museus pelos mais variados motivos: para nos divertir, para ocupar nosso tempo livre, para socializar, para aprender, afinal, uma exposição, como nos referimos anteriormente, não é apenas a disposição de objetos que comunicam temas diversos e independentes. Ao contrário, é um espaço que através de elaborados projetos expográficos nos coloca em contato com objetos que, portadores de sentido, podem, em um processo dialógico, nos ensinar muitas coisas. No entanto, nem sempre o fato de ter contato com uma exposição, vê-la, significa apreendê-la. O processo de interação com as exposições não é feito de forma mecânica e tampouco automática. Como apontamos anteriormente, o objeto musealizado é um artefato documental que não possui nada além do que suas características iminentes; é o observador que lhe atribuirá (ou não) valor simbólico, afinal, o objeto não fala. É necessário que lhe seja perguntado algo. Mas será que sempre conseguimos estabelecer esta relação com os objetos expostos nos museus? Como os museus são também contemplação e fruição, existiriam meios facilitadores de acessar os sentidos dos objetos expostos ou os discursos produzidos por estas exposições?

Estratégias utilizadas pelos museus para potencializar a visita a seus espaços existem desde que a instituição se profissionalizou e ampliou seu campo de atuação. Até o final da década de 1990, as mais conhecidas eram as visitas guiadas ou as chamadas visitas monitoradas. Elas consistiam, de forma geral, em acompanhar o visitante aos espaços expositivos na tentativa de explicar o que o visitante observava. Os críticos desta postura apontam o caráter passivo do visitante nesta experiência, bem como a falta de dinamicidade no processo de visita. Mais recentemente novas propostas passaram a integrar os programas educativos das instituições e uma delas é conhecida como **mediação** – expressão utilizada de forma corriqueira relativa às ações de atendimento ao público nas exposições.

O termo que faz referência ao ato de negociar, de servir de intermediário ou interlocutor entre as pessoas e/ou grupos, pode ser entendido como uma atitude que auxilia a diminuir as divergências entre partes envolvidas em algum tipo de conflito. É, em última instância, uma postura que tenta aproximar indivíduos e suas demandas, no nosso caso, às obras relativas aos processos culturais de arte.



A mediação é uma palavra corriqueira para qualificar uma tarefa não intelectual do curador. Embora seja às vezes empregada com conotações perversas, ela é admitida entre a classe de profissionais que reconhecem a necessidade de uma habilidade de negociação – espécie de diplomacia no despacho diário de ideias e trocas entre instâncias produtivas de múltiplas naturezas. Sendo assim, há curadores que entendem que podem assumir o papel de agente, entre o desejo do artista e a vontade da instituição, entre um projeto de exposição e o visitante, sendo responsáveis pelos conteúdos transmitidos à área educativa. (LAGNADO, 2008, p. 15)

Nesse sentido, a função do mediador nos museus é o de decodificar para o visitante as informações contidas na exposição, da mesma forma que fornece subsídios para que o público a acesse. É como se o mediador promovesse a transformação de algo ininteligível em algo compreensível. Evidentemente o fato de existir um mediador não é condição de que conheçamos a exposição; é necessário que, da parte do visitante, haja a disposição e vontade para participar do processo de mediação. Da parte do mediador, é importante que este saiba previamente de que público se trata, bem como que tipos de conhecimentos prévios o visitante traz consigo para, assim, potencializar a visita à exposição e tornar o visitante menos um receptor de informações, passivo, do que alguém que dialogue, problematize e participe do processo – um dos desafios da mediação.



A visita a uma exposição não é ocasião para um aprendizado formal ou acadêmico, mas diz respeito mais



a uma experiência de descoberta que deixa traços pessoais profundos no nível da vivência e da compreensão global do mundo. (O'NEILL, 2014, p. 266)

Por fim, destacamos que é possível aprender muito frequentando museus e suas exposições. A experiência será mais enriquecedora na medida em que pudermos dialogar com as propostas sugeridas e quando lançarmos mão dos recursos oferecidos pelas instituições museológicas. Mediação, educação patrimonial, visita guiada podem se constituir em boas estratégias para que nossas idas aos museus sejam instigantes e nos ofereçam mais do que o recorrente entretenimento: possibilidades de produzir boas reflexões a partir do que vemos e sentimos.



### Pesquise mais

O texto organizado por Martha Marandino, *Educação em museus: a mediação em foco*, resume em linguagem acessível algumas das principais problemáticas referentes à organização dos museus. A obra está integralmente disponibilizada pela Universidade de São Paulo em seu site: <<http://parquecientec.usp.br/wp-content/uploads/2014/03/MediacaoemFoco.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2018

## Sem medo de errar

Conforme estudamos, percebemos que os museus são instituições de aprendizagem que narram muitas histórias e que possuem formas diversas, criativas e instigantes de apresentar estas histórias. São diversos, abarcam uma variedade incrível de temas e se apresentam de inúmeras maneiras. O desafio desta seção solicitava que refletíssemos sobre os processos expográficos empreendidos pelos museus e nos convidava a responder a seguinte questão: de que forma os projetos expográficos são responsáveis pela produção das narrativas nos espaços museológicos? Para responder à questão, mobilizamos os conteúdos relativos aos sentidos que assumem os museus e os espaços destinados à reserva técnica; a caracterização dos objetos museológicos bem como o lugar desses objetos nos

projetos expográficos e, por fim, o papel na mediação nas visitas aos museus.

Em primeiro lugar é importante ressaltar que os museus têm assumido, cada vez mais, seu papel educativo na sociedade. São identificados como espaços de educação não-formal, muito embora esse termo seja utilizado de várias maneiras sendo muitas delas contraditória. É importante ressaltar a importância que o objeto assume na exposição: uma vez musealizado, ele perde seu sentido funcional original para receber inúmeras significações que ganham expressão a partir de propostas expográficas pensadas pela curadoria da exposição. Nesse sentido, o objeto que passa a ter status de documento "funciona" a partir do momento que for articulado com outros elementos e que possam ser problematizados pelo visitante. As propostas de expografia são as responsáveis por construir uma narrativa acerca do tema que se quer tratar. Tais propostas, quanto mais criativas e envolventes forem, mais chamam a atenção do visitante para fruir a exposição. O cuidado com a expografia e a forma de explorar os objetos do acervo dos museus em uma exposição diz muito de como pensa uma instituição. Por isso, nunca é demais lembrar de que tão importante quanto visitar uma exposição é entender como foi montada: que objetos foram selecionados, como foram dispostos e com quais outros de relaciona.

## Faça valer a pena

### 1.



Pensar e repensar, fazer e refazer são os desafios que o Museu Afro Brasil tem de enfrentar ao mesmo tempo em que os apresenta para a sociedade. Não por introduzir o politicamente correto, pois não será esse o meio para curar as feridas de uma história de violência, mas sim por apresentar novos conteúdos que sirvam à desconstrução dos conteúdos restantes do esquiteamento de uma história que nunca se materializou de fato como visualidade museológica; de uma história contada em arremedos quase sempre metafóricos ou poéticos, antropológicos ou etnológicos, ou ainda folclóricos. [...] O Museu Afro Brasil é, portanto, um museu histórico que fala das origens, mas

atento a identificar na ancestralidade a dinâmica de uma cultura que se renova, mesmo na exclusão. Um centro de referência de memória negra, que reverencia a tradição que os mais velhos souberam guardar, mas faz reconhecer os heróis anônimos de grandes e pequenos combates, e os negros ilustres na esfera das ciências, letras e artes, no campo erudito ou popular. [...] sobretudo, o Museu Afro Brasil pretende ser um museu contemporâneo, em que o negro de hoje possa se reconhecer. Um museu que integre os anseios do negro jovem e pobre ao seu programa museológico, contribuindo para a sua formação educacional e artística, mas também para a formação intelectual e moral de negros e brancos, cidadãos brasileiros, em benefício das gerações que virão. Um museu capaz de colaborar na construção de um país mais justo e democrático, igualitário do ponto de vista social, aberto à pluralidade e ao reconhecimento da diversidade no plano cultural, mas também capaz de reatar os laços com a diáspora negra, promovendo trocas entre a tradição, a herança local e a inovação global.

Fonte: ARAÚJO, Emanuel. Museu Afro Brasil, um conceito em perspectiva. In: SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL. Museu Afro Brasil. Instituto Florestan Fernandes, São Paulo, [s.d.].

A partir do texto do curador do Museu Afro Brasil, Emanuel Araújo, considere as afirmações:

- I. A curadoria do Museu Afro se caracteriza por pensar as memórias de negros em uma perspectiva que valoriza as origens e o passado colonial brasileiro.
- II. O Museu Afro Brasil tem o objetivo de se constituir em mais um centro de referência de memórias negras, já que historicamente essas memórias foram contempladas ao longo da história do Brasil.
- III. O curador pode ser representado como o porta-voz da instituição que, neste caso, pensa o museu como algo dinâmico e possível de ser renovado.
- IV. Uma das características deste museu, segundo seu curador, é ter um plano museológico que contemple as demandas sociais relacionadas à integração social.
- V. Ao tratar de temas contemporâneos relacionados às memórias negras, o Museu Afro Brasil corrobora com a existência da segregação racial.

Assinale a alternativa que contempla as assertivas corretas:

- a) Somente a assertiva III.
- b) Somente as assertivas III e IV.
- c) Somente as assertivas II e V.
- d) Somente as assertivas I e III.
- e) Somente as assertivas I e IV.

**2.Documento 1:** Matéria veiculada na Folha de São Paulo, dia 24 de abril de 2000. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fof/brasil500/500mostra.htm>>. Acesso em: 19 fev. 2018.



### Mostra do Redescobrimento é inaugurada em SP

A inauguração para convidados da Mostra do Redescobrimento, a maior exposição de arte nos 500 anos de história do país [...], reflete as desigualdades dos 500 anos da história do Brasil. [...] São cerca de 15 mil obras divididas em 13 módulos, reunidos em quatro edifícios no parque Ibirapuera: o pavilhão da Bienal, a Pinacoteca, a Oca e o Cinecaverna, construído especialmente para a exposição. No sábado, a montagem que demandou maior cuidado foi a instalação do manto tupinambá. A operação envolveu mais de 20 pessoas. A peça permaneceu 48 horas fechada em uma caixa de alumínio para se aclimatar às condições de tempo locais. O manto tem 1,2 metro de comprimento e foi confeccionado com fibras naturais e penas de guará. Ele foi instalado dentro de uma vitrine, ao fim de um corredor branco de 30 metros. Para se aproximar dele, os visitantes cumprirão uma espécie de ritual. Segundo o curador do módulo "Artes Indígenas", José Antônio Fernandes Dias, a importância do manto é "justamente o seu valor sagrado, pois ele era usado pelo pajé dos povos tupis". É um dos cinco mantos existentes, todos em museus europeus. O Museu da Dinamarca possui dois mantos. A peça que veio para a exposição é a que está em melhor estado de conservação. O manto foi levado de Pernambuco para a Europa por Maurício de Nassau durante a ocupação holandesa do Nordeste brasileiro, entre 1637 e 1644, e foi presenteado ao rei da Dinamarca. O valor do seguro da peça não pode ser divulgado, seguindo orientação do museu dinamarquês. Antes da abertura oficial, a mostra era marcada pela polêmica. Ao escolher encenadores para trabalharem juntos com os curadores dos módulos, a exposição corria o risco de tornar-se uma Disneylândia das artes plásticas. Não foi

o que aconteceu, porém, na maioria dos módulos. Em "Arte Popular", "Arte Moderna", "Arte Contemporânea" ou "Imagens do Inconsciente" foram criados espaços onde as obras podem ser apreciadas sem competir com o ambiente. Ganham, assim, novas possibilidades de leitura".

Documento 2: Excerto de matéria veiculada na Folha de São Paulo, no dia 1º de junho de 2000. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/redacao/2000/06/01/01062000-somos-tupinambas-queremos-o-manto-de-volta.htm>>. Acesso em: 19 fev. 2018.

Figura | Tupinambás



Nivalda Amaral de Jesus, 67, e Aloísio Cunha Silva, 41, observam o manto tupinambá

Convidados pela Folha, dois líderes da comunidade -Nivalda Amaral de Jesus, 67, e Aloísio Cunha Silva, 41- visitaram São Paulo no dia 20 de maio, um sábado. Domingo de manhã, foram à Mostra do Redescobrimiento. [...] Interessaram-se apenas em olhar o módulo indígena, com 600 peças. A estrela, ali, é um manto tupinambá de penas vermelhas, que os holandeses tiraram de Pernambuco por volta de 1644 e que atualmente integra o acervo do Nationalmuseet, em Copenhague (Dinamarca). [...] Dona Nivalda e Aloísio lembram-se de ouvir "parentes mais velhos" contarem histórias sobre os mantos sagrados dos tupinambás, mas não sabiam que a mostra exhibe um exemplar. Quando o avistaram dentro de uma redoma, protegida por um segurança, logo manifestaram a ideia de não permitir que a relíquia "retorne para o estrangeiro". Na

tarde do mesmo domingo, voltaram à Bahia, levando um catálogo da exposição. Uma semana depois, reuniram-se com a comunidade e chegaram a um consenso: irão pedir que o artefato permaneça no Brasil.

A partir dos dois documentos que fazem referência à Mostra do Redescobrimento, ocorrida em São Paulo, em 2000, leia as assertivas:

( ) A exposição contou com projetos expográficos que não foram consenso entre os curadores de arte envolvidos com o projeto e os críticos de arte que acompanharam o processo da montagem da exposição.

( ) Para os visitantes da exposição, autodeclarados tupinambás, o Manto Tupinambá – objeto de destaque da exposição – não se constitui um semióforo pois para eles o manto tem um sentido diferente do que aquele proposto para a exposição.

( ) O fato dos visitantes serem convidados a cumprirem uma espécie de ritual para se aproximar do Manto Tupinambá tornou evidente a necessidade do projeto expográfico contar com o auxílio da cenografia para a fruição desta obra.

( ) A trajetória do Manto Tupinambá pelo mundo (Brasil – Dinamarca) pode evidenciar parte da história das comunidades indígenas do Brasil, desde sua exploração até a sua resistência.

( ) A exposição do Manto Tupinambá na mostra do Redescobrimento é um exemplo de como a fruição de um objeto musealizado pode ser experimentado da mesma forma por pessoas diferentes, daí seu caráter democrático.

Assinale a alternativa correta:

- a) V, F, V, F, V.
- b) F, V, F, V, F.
- c) V, V, V, F, F.
- d) V, V, F, V, F.
- e) V, V, V, V, F.

### 3.



E quem são os mediadores dos museus? São aqueles que atuam nos setores educativos e/ou culturais dessas instituições, educadores e monitores, mas também os professores, agentes de turismo, ou qualquer outro

profissional que trabalhe mediando os conhecimentos apresentados nas ações educacionais dos museus com o público. Esses profissionais, em geral, possuem formação diversificada, seja nas áreas específicas das ciências ou das humanidades, seja em áreas mais técnicas. Contudo, ao exercer a função de mediadores, todos assumem a tarefa de tornar o conhecimento produzido acessível aos mais variados públicos, despertando curiosidades, aguçando interesses, promovendo o contato com o patrimônio (MARANDINO, Marta (org.). Educação em museus: a mediação em foco. (São Paulo: Geenf/ FEUSP, 2008, p. 5)

A partir da compreensão da mediação cultural, assinale a alternativa correta:

- a) O mediador cumpre o papel de implementar a educação formal nos museus.
- b) A mediação pode comprometer a autonomia do visitante em relação à compreensão da exposição.
- c) O mediador cultural faz o papel de curador da exposição quando auxilia no processo de aproximação do público e dos objetos.
- d) A mediação é uma ferramenta que pode ser utilizada para potencializar a cognição nas visitas às exposições.
- e) O mediador é responsável pelo conjunto de técnicas ligadas à execução da exposição, chamadas de expografia.

## Seção 3.3

### Educação para o patrimônio

#### Diálogo aberto

Caro aluno, esta seção vai requerer de você os conhecimentos adquiridos até aqui, pois vai tratar de como podemos potencializar nossa relação com o patrimônio cultural a fim de produzir conhecimento a seu respeito, através do que chamamos de educação patrimonial. Educação patrimonial, ações educativas, educação para o patrimônio, educação com o patrimônio são termos utilizados para se referir a um conjunto de práticas que tem como um dos objetivos sensibilizar as pessoas em relação ao patrimônio cultural e, a partir daí, construir sentidos para a coletividade que se relaciona com estes bens. Já compreendemos que os museus, seus acervos e o patrimônio cultural, tangível e intangível, são vetores de memória que, se acionados, nos auxiliam a produzir conhecimento acerca do objeto e seus significados, bem como estabelecem possibilidades de relações que podem promover identificação com o bem cultural. É esta sensação de pertencimento que contribuirá para que um determinado bem tenha importância ou não para uma coletividade. Por exemplo: o Iphan concedeu o título de patrimônio cultural nacional ao *Modo de fazer Renda Irlandesa*, um ofício tradicional entre as mulheres de algumas regiões do Sergipe que, de mãe para filha, aprenderam a fazer este tipo de renda e perpetuam essa prática. Uma vez que foi considerada uma prática de relevância nacional, não seria raro se nós nos perguntássemos: como uma prática regional pode ser considerada de relevância nacional? O que podemos aprender com esse patrimônio? É exatamente para fornecer este tipo de respostas que existem as práticas de educação para o patrimônio.

Resta-nos saber: em que medida a educação para o patrimônio contribui para que as pessoas construam relações com os mais diversos bens culturais? Quais são os desdobramentos disso? São estas as questões-chave desta seção.



### Orientações sobre educação para o patrimônio

As discussões sobre a educação patrimonial no Brasil começam a ser sistematizadas a partir dos anos 1980, momento no qual os conceitos sobre o assunto começam a ser debatidos. Foi neste contexto que, de um lado, **os movimentos sociais** se organizaram reivindicando sua participação na recondução democrática do país e, de outro, **as lideranças políticas**, de forma coordenada, empreenderam esforços para a consolidação do processo democrático nacional.

A Constituição Federal de 1988 foi um marco desta conquista. Como já estudamos, entre outras coisas, este documento ampliou o conceito de patrimônio cultural, bem como apontou a necessidade de sua preservação através de instrumentos como os inventários e os tombamentos, deixando aberta a possibilidade de se criarem mais instrumentos de preservação. Se, no primeiro caso, a Carta Constitucional reforçou a ideia de que o patrimônio cultural – tangível e intangível – representa a diversidade nacional, no segundo caso, nos permitiu pensar que as **ações educativas** em relação a ele também poderiam ser **consideradas formas de preservação**. Foi com base nesta ideia que tanto a sociedade quanto os órgãos de preservação do patrimônio passaram a considerar a **educação patrimonial** como mais uma possibilidade de preservação, afinal, de que forma podemos preservar aquilo que não conhecemos ou que julgamos não fazer sentido para nós? Com o objetivo de tornar o patrimônio cultural acessível à população é que foram pensadas, a partir de então, estratégias para criar, desenvolver e implementar programas de cunho didático para aproximar as pessoas do patrimônio cultural.

As primeiras iniciativas aconteceram nos museus, utilizando seu acervo para tal fim. Na atualidade, em vista das demandas que a sociedade impõe, estas estratégias se flexibilizaram justamente para se adequar às variadas manifestações culturais existentes no país. É a partir destas discussões, iniciadas nos anos 1980, que proliferaram inúmeras experiências na área. Vamos fazer referência **a duas destas experiências**, por acreditarmos que são marcos importantes de seus contextos: uma delas é a criação do **Guia Básico de Educação**

**Patrimonial**, lançado em 1999, e a outra é a criação das **Casas do Patrimônio**, nos anos 2000.

O Guia Básico de Educação Patrimonial, elaborado em 1999, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), com o Museu Imperial, foi o resultado de uma atividade coordenada por Maria de Lourdes Horta, museóloga e diretora do Museu Imperial, e publicado pelo próprio Museu e pelo Departamento de Promoção do IPHAN/Minc. Segundo o Guia, podemos entender a educação patrimonial como:



um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural. (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 4)

Este documento ressalta, ainda, que o reconhecimento do patrimônio pelas comunidades é a chave para preservação desses bens culturais e que esse é o desafio da educação patrimonial. Entre outros aspectos, o Guia se constitui em um importante documento que serve como referência de como, na prática, empreender ações educativas nos mais variados espaços.



**Pesquise mais**

O Guia Básico de Educação Patrimonial tornou-se uma ferramenta importante. Para aprofundar seu conhecimento, disponibilizamos o arquivo no link abaixo. Sugerimos a leitura das páginas 7,8 e 9.

HORTA; M. L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN, 1999. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia\\_educacao\\_patrimonial.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf)>. Acesso em: 20 fev. 2018.

A segunda experiência é aquela relativa às Casas do Patrimônio, que basicamente compreende transformar algumas sedes das superintendências regionais e dos escritórios técnicos do Iphan em locais de referência para práticas educativas. Esta ideia surgiu entre 2005 e 2006, no Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização (Depam) do Iphan. Em 2008, então mais madura, foi apresentada aos servidores do Iphan que, através de debates e discussões, elaboraram as diretrizes para o funcionamento das Casas do Patrimônio e sua implementação. No ano seguinte, foi realizado o I Seminário de Avaliação e Planejamento das Casas do Patrimônio, evento no qual foi elaborada a **Carta de Nova Olinda** (nome da cidade na qual o evento foi realizado). Nela foi estabelecido, entre outras coisas, o objetivo das Casas do Patrimônio que podem ser consideradas locais de integração com a comunidade local, além de promoção de atividades educativas. Outras Casas do Patrimônio em diversos estados brasileiros, envolvendo técnicos do Iphan e a sociedade de forma geral. Esse movimento culminou com a publicação da Portaria número 137, de 28 de abril de 2016, que estabeleceu as diretrizes de Educação Patrimonial no âmbito do IPHAN e das Casas do Patrimônio (IPHAN, 2016). São elas os espaços destinados à prática de ações educativas e

instrumentos estratégicos de implementação da política de Educação Patrimonial pelo Iphan [...] quando resultantes de um arranjo institucional entre o Iphan, a comunidade local, sociedade civil e demais instituições públicas e privadas, para promoção de ações educativas, visando fomentar e favorecer a construção do conhecimento e a participação social para o aperfeiçoamento da gestão, proteção, salvaguarda, valorização e usufruto do patrimônio cultural brasileiro. (IPHAN, 2016, p. 6)

A organização das Casa do Patrimônio é realizada através de parcerias e tem como principais objetivos:

I - Ampliar as possibilidades de diálogo entre o Iphan e a sociedade por meio da Educação Patrimonial; II - Ampliar

a capilaridade das ações do Iphan e interligar espaços que promovam práticas e atividades de natureza educativa de valorização do patrimônio cultural; III - estimular a participação das comunidades nas discussões e propostas de redefinição do uso social dos bens culturais; IV - Interligar experiências e espaços que promovam práticas e atividades de natureza educativa, de modo a propiciar uma avaliação conjunta dos significados e alcances dessas iniciativas; V - Incentivar a associação das políticas de patrimônio cultural ao desenvolvimento social e econômico; VI - Aperfeiçoar as ações focadas nas expressões culturais locais e territoriais, contribuindo para a construção de mecanismos de apoio junto às comunidades, aos produtores culturais, às associações civis, às entidades de classe, às instituições de ensino e aos setores públicos, para uma melhor compreensão das realidades locais. (IPHAN, 2016, p. 6)

As Casas do Patrimônio estão espalhadas pelo Brasil e se consolidaram como espaços de ações educativas voltadas para a valorização da diversidade cultural do Brasil. São um marco nas políticas públicas de preservação do patrimônio cultural do Brasil.



### Pesquise mais

Atualmente, muitos dos edifícios tombados, nos quais se estabeleceram as sedes do Iphan nos estados, têm sua função relacionada com as ações de educação patrimonial: as Casas do Patrimônio. São lugares destinados às trocas culturais realizadas com a comunidade na qual estas edificações estão inseridas. Atualmente dezenas desses espaços promovem exposições, palestras, oficinas e cursos. Você quer saber onde existem Casa do Patrimônio no Brasil? Acesse o link e escolha uma delas para conhecer.

GALVÃO, M. A. P. (org.). **Casas do Patrimônio**. Brasília, DF: Iphan, 2010. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Collmg7\\_CasasPatrimonio\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Collmg7_CasasPatrimonio_m.pdf)>. Acesso em: 20 fev. 2018.

Enfim, são **inúmeras as propostas de educação patrimonial que existem no Brasil**. Muitas ligadas a espaços não formais de aprendizagem, como os museus e arquivos, além de outras tantas

realizadas em espaços formais de aprendizagem, como as escolas. Em ambos os espaços, é importante ressaltar o **papel do historiador** nesse processo, pois,

No caso da história, o momento apresenta-se especificamente fecundo, pois todo esse movimento de tentativa de instauração de uma universidade diversa é convergente com outros movimentos internos à disciplina: de um lado, a renovação de temáticas, objetos, suportes documentais, fontes alternativas, que vêm, desde os anos 1980, fomentando a renovação do debate teórico; de outro, a pressão dos movimentos sociais que reivindicam espaços no território da História, instaurando a necessidade de alteração da formação dos historiadores de ofício. Nesse sentido, o lugar do historiador, da operação do seu ofício, está em espaço público ampliado. A quem serve o historiador? Essa questão obriga os historiadores a tomarem o seu ofício, assim como as operações de problematização da memória e da história, em diversos espaços: no espaço escolar, disputado pelos movimentos sociais como lugar da construção de suas identidades e da difusão de suas memórias; nos espaços culturais, que as políticas de preservação cultural vêm construindo; na imprensa de divulgação do conhecimento, cada vez maior, entre outros. (TOLEDO; COSTA, 2014, p. 17)

Nesse sentido, problematizar a forma como se trata o patrimônio e a memória, a partir de todos os desafios apontados pelos autores acima citados, apresenta-se como um instrumento indispensável a partir do qual se pode refletir sobre a importância do ofício do historiador na contemporaneidade, tanto naquilo que diz respeito ao saber escolar, quanto naquele mais abrangente do processo de ensino aprendizagem no espaço público, que cabe também ao historiador.

Já estudamos, nas seções anteriores, temas relativos à patrimonialização e sabemos o quanto esse processo de atribuição de valores ao bem cultural altera e amplia o significado do bem. Além de existir e ter importância no seu contexto original, uma vez patrimonializado, passa a adquirir outros significados que podem ou não ter sentido para a comunidade no qual está inserido. Isso quer dizer que todo bem cultural tornado patrimônio tem múltiplos sentidos **e cabe à educação patrimonial auxiliar a acessá-los.**

Nesse sentido, podemos entendê-la como mais do que uma ferramenta, mas um processo que tem como **ponto de partida o patrimônio cultural, este como fonte primária da produção de conhecimento**. Ao invés de tomarmos os objetos e as expressões do patrimônio cultural como verdades prontas e portadoras de um único sentido para ser objeto de educação, eles devem ser problematizados nos mais variados sentidos.



### Assimile

O título da seção anuncia as várias formas de tratar do tema educação patrimonial. Uma destas abordagens entende a educação patrimonial como:



um instrumento de “alfabetização cultural”, que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. [...] esse processo leva ao desenvolvimento da autoestima dos indivíduos e da comunidade, e à valorização de sua cultura. O conhecimento crítico e a apropriação consciente por parte das comunidades e indivíduos do seu “patrimônio” são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania. A percepção da diversidade contribui para o desenvolvimento do espírito de tolerância, de valorização e respeito das diferenças, e da noção de que não existem “povos sem cultura” ou “culturas” melhores do que outras. (MEDEIROS; SURYA, 2012, p. 299-300)

### Problematizar o patrimônio cultural: desnaturalizá-lo e dessacralizá-lo

No artigo intitulado *Da educação do público à participação cidadã: sobre ações educativas e patrimônio cultural*, Janice Gonçalves (2014) ressalta questões importantes em relação às ações educativas, levando em consideração documentos produzidos pelos órgãos de preservação do patrimônio mundial e nacional. Aponta algumas proposições para tratar do tema da educação patrimonial, dentre as quais ressaltamos duas. A primeira delas diz respeito à importância

de “desnaturalizar o patrimônio cultural, refletindo sobre o campo que o produz” (GONÇALVES, 2014, p. 91). A segunda proposição de Gonçalves para tratar o patrimônio cultural em uma perspectiva educacional é “dessacralizar o acervo patrimonial, problematizando os processos sociais e históricos que o geraram” (GONÇALVES, 2014, p. 92). Mas afinal, o que isso significa?

Em relação à primeira proposição, podemos afirmar que o patrimônio cultural, tal como atualmente se apresenta, é resultado de uma elaboração que conjuga dois elementos: **parte** da sociedade, que seleciona e elege o que deve ser considerado como patrimônio cultural, além do próprio contexto histórico em que é eleito. Porém, a tarefa de elege o que deve ser considerado patrimônio cultural não se constitui em uma escolha simples, na medida em que envolve diversas abordagens para a identificação de seu lugar, tema indispensável para a construção de um segmento independente.

Com o desenvolvimento de práticas e ações de patrimonialização, nasce também a necessidade de uma organização de vários elementos, tais como a dos profissionais dedicados a esse campo de atuação e, por consequência, instituições dedicadas à sua formação técnica. A edição de normas e leis acerca do assunto, possibilitando a sua correta delimitação, permitiram posicionar o patrimônio cultural em um ambiente ainda em construção. Assim como no Brasil, outros países amadureceram conceitos e metodologias de trabalho e pode-se afirmar, com razoável tranquilidade, que atualmente há muita semelhança na forma de conceber e instrumentalizar o patrimônio cultural no mundo. A prática de patrimonialização é norteadada por inúmeros fatores e é nesse sentido que o patrimônio cultural deve ser percebido.

A segunda proposição, a de dessacralizar o patrimônio cultural, tem a ver com o fato de percebê-lo como fruto de um trabalho de identificação, eleição e proteção realizado ao longo da história. **Normalmente temos por hábito valorizar aquele bem cultural que assim é considerado pelos órgãos de preservação. Como eles são responsáveis por chancelá-los, acabamos por aceitar a importância atribuída a ele e nesse sentido é que sacralizamos esse bem.**

Um dos efeitos desta postura é a disseminação oficial – através das agências ou outros veículos competentes – do que é escolhido

para seu patrimônio cultural, em uma clara eleição de uma determinada interpretação do passado. **Que tal se, ao observar o bem cultural, nos perguntássemos sobre como ocorreu seu processo de patrimonialização? Quem foram os responsáveis? Esta postura poderia auxiliar na desconstrução do valor inquestionável ao bem.** Porém, já vimos que esta eleição **não é isenta de interesses que, considerando o momento político, histórico e de dominação, elegiam aquilo que deveria ser reservado para a lembrança, a partir de sua significação e importância, atribuído por um determinado grupo.** A proteção a determinado bem, nesse contexto, ocorre especialmente para que a sua ressignificação permita a sua perenidade, como item de relevante importância de preservação, por conta de sua significação para a coletividade. Nesse sentido, a educação patrimonial pode se constituir em uma importante ferramenta de reflexão crítica e racional acerca dos bens objeto de patrimonialização, porém com objetivo ir além do bem patrimonializado, **refletindo, sobretudo, acerca de como se deu tal processo. Dessacralizar o patrimônio cultural, é, portanto, não aceitar sua importância como verdade absoluta ou como um cânone, mas principalmente se permitir refletir como se construiu como tal.**



### Refleta

Assista ao vídeo abaixo, produto de uma parceria entre a Fundação Volkswagen e o Instituto Arte na Escola, e reflita: a experiência relatada no vídeo pode contribuir para desnaturalizar e dessacralizar o patrimônio cultural?

ARTE NA ESCOLA. Qual é a nossa história? Sobre patrimônio cultural, jogos e educação. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=euzYy6QkvCc>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

As proposições sugeridas por Gonçalves (2014) podem se constituir no passo inicial para a implementação de ações educativas que, de fato, problematizem o patrimônio, assim, estaremos produzindo conhecimento a partir dele e não apenas considerando-o como um dado natural, verdadeiro e óbvio, mas construindo os possíveis sentidos que posturas assim permitem construir. Somente diante



de uma postura que leva em conta o patrimônio cultural como construção social é que podemos fomentar a percepção dos bens culturais como representativos da sociedade. Apenas nos moldes deste entendimento é que as ações educativas podem sim construir e/ou recuperar relações afetivas da comunidade pelo patrimônio e, dessa forma, ocorrer uma aproximação da população com seu patrimônio gerando o entendimento de que todos podem usufruir desses bens. É, portanto, a educação para o patrimônio

**ação fundamental para a preservação do patrimônio. A não realização repercute de forma negativa, pois se torna difícil obter o apoio da sociedade para a preservação desses bens, uma vez que ela, por desconhecimento quanto à importância deles para a manutenção da memória coletiva, não valoriza e, principalmente, rejeita as medidas de prevenção impostas pelo poder público. Quando a população se apropria e se reconhece nos bens culturais eleitos como representativos da nação, torna-se mais fácil atuar com políticas de preservação. Portanto, trabalhos de educação patrimonial que atuem na conscientização da população para a proteção do patrimônio são essenciais nas políticas de preservação. (MEDEIROS; SURYA, 2012, p. 300)**

Até aqui percebemos que tão importante quanto conhecer o patrimônio cultural considerado como tal, é fundamental que estabeleçamos relações a partir dele através de ações educativas. Como na prática elas se constituem?

São várias as experiências que envolvem a educação para ao patrimônio, da mesma forma como existem várias metodologias que apontam para tal questão. Muitas delas estão publicadas, outras se apresentam em formatos diversos.



### Exemplificando

#### Projeto Click Maré e Santa Afro Catarina

Nosso objetivo é apresentar duas experiências a partir das quais podemos refletir acerca das ações educativas praticadas e oferecer

a você, historiador, subsídios para construir as suas. A primeira delas diz respeito a uma iniciativa de educação patrimonial realizada pela professora de Artes Cênicas, da prefeitura municipal de João Pessoa/PM, Ailza de Freitas Oliveira, e pelo professor de Planejamento Estratégico, Fernando Abath Cananéa. Atentos sobre a importância do patrimônio cultural para a sociedade, os professores decidiram incluir o tema como uma das atividades acadêmicas em duas realidades escolares de Tambaú, na Paraíba. Para tanto, escolheram quatro escolas de ensino fundamental com turmas do sexto e nono ano e na educação para jovens e adultos, ambas da rede pública de ensino fundamental da Paraíba. Segundo os docentes, o objetivo desta experiência foi de propiciar aos alunos uma possibilidade de interação com o patrimônio cultural da cidade, utilizando a fotografia como recurso para esta aproximação. As escolas trabalharam em parceria com a Organização não Governamental (ONG) Maré Produções Artísticas e Educacionais e criaram um projeto chamado **Projeto Click Maré**, com o objetivo de promover um concurso fotográfico cujo tema era: O Patrimônio Histórico de Tambaú. Para tanto, antes das saídas fotográficas, os alunos trabalharam de um lado aspectos teóricos referentes à história da fotografia, planos fotográficos, etc. e de outro lado, estudaram aspectos relativos aos conceitos de patrimônio, história, memória e identidade. Fora de sala de aula, fizeram visitas guiadas a locais de referência histórica, patrimonializados ou não, como a Feira de Artesanato de Tambaú, o Mercado Público, o mercado de peixe, a praça de alimentação e o centro turístico. A partir desta instrumentalização, eles foram convidados a fotografar livremente os locais visitados e, a seu critério, enviar as fotografias para o concurso. Esta atividade permitiu que os estudantes se sensibilizassem em relação ao patrimônio da sua cidade – muitas vezes imperceptível – bem como se reconhecessem nele, além de se constituir em uma forma lúdica e prazerosa de acessar o conhecimento a partir do patrimônio cultural. Segundo os professores idealizadores do Projeto, a atmosfera criada pelo concurso fotográfico permitiu o desenvolvimento de inúmeras outras atividades ligadas à educação patrimonial que se desdobraram a partir desta prática.

Fonte: CEDERJ. Educação patrimonial: conhecer fotografando para valorizar. Disponível em: <<https://goo.gl/EDbuoG>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

A segunda delas é relativa a um projeto chamado **Santa Afro Catarina**, programa de educação patrimonial sobre a presença de africanos e afrodescendentes no estado. A equipe organizadora é composta

por profissionais que atuam na área de História da Diáspora Africana, Patrimônio e Ensino de História.

Por um lado, prevê a elaboração de narrativas temáticas e de roteiros de visita sobre a história dos africanos e afrodescendentes em Santa Catarina baseados em pesquisa de arquivo sob a perspectiva da história Social e por outro lado, prevê o desenvolvimento de atividades de educação patrimonial associadas ao ensino de História, dando ênfase à articulação entre patrimônio e história local. (SANTA AFRO CATARINA, 2011, [s.p.]

Desde 2011, a equipe oferece mensalmente visitas guiadas alternando quatro roteiros históricos pela cidade de Florianópolis/SC. Estes roteiros são oferecidos ao público em geral (estudantes, turistas, etc.) que podem se inscrever no site do projeto e participar das visitas. Os quatro roteiros oferecidos são:

1. **Armação Baleeira e Engenhos do Ribeirão da Ilha:** roteiro que conta a história da ocupação da parte sul da ilha de Florianópolis/SC. Problematisa aspectos de atividades econômicas da época, como os engenhos de farinha, de açúcar e alambiques, que utilizavam a mão de obra escravizada.
2. **Viver de Quitandas:** o objetivo deste é analisar a paisagem urbana de desterro em relação a outras freguesias insulares e de regiões litorâneas próximas. Aborda a importância do porto e suas conexões com a atividade social e econômica da época, envolvendo locais de comércio como a Praça de Mercado e as ruas de Desterro, além da sociedade trabalhadora, composta por homens e mulheres de origem africana, libertos ou escravos, e suas atividades produtivas.
3. **Devoção ao Rosário e Festas de Africanos na ilha:** é um roteiro que demonstra a relação das manifestações religiosas e sociais dos afro-brasileiros, através da história da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos homens Pretos. São demonstradas as manifestações culturais e suas limitações e repressões no século XIX.
4. **A Desterro de Cruz e Sousa:** toma a vida e obra do poeta Cruz e Sousa para ambientar o visitante na cidade Desterro nas décadas de

1860 a 1880. Aborda a cultura, escravidão e liberdade a partir de suas obras. Apresenta a trajetória do escritor desde a sua infância, o período da Guerra do Paraguai e seu ingresso no movimento abolicionista.

O Programa Santa Afro Catarina integra os conteúdos de história até as discussões e os debates atuais sobre o patrimônio.



ao agenciar uma nova gama de marcos urbanos como cenários de tramas históricas, ao atribuir novos significados a espaços já visitados, ou ainda ao enfatizar as ausências dos marcos materiais e o esquecimento da presença africana, as ações previstas proporcionam novos modos de percepção e relacionamento com o passado configurado nos espaços urbano e rural. (SANTA AFRO CATARINA, 2011, [s.p.] )

Afinal, o que aprendemos com estas propostas? Tanto o Projeto Click Maré, como o Santa Afro Catarina apresentam formas lúdicas de aprender com o patrimônio. No primeiro caso, muito embora as fotografias sejam de bens culturais já consagrados pelos agentes do patrimônio do bairro de Tambaú, a experiência através da educação patrimonial foi de atribuir novos sentidos aos olhares direcionados àquele patrimônio. Já, no segundo caso, as ações implementadas a partir do patrimônio cultural da cidade de Florianópolis permitiu dar visibilidade a pessoas cujo patrimônio cultural não está consagrado, ou sequer existe para os agentes da política pública de preservação. Em ambos os casos, no entanto, cabe destacar o papel fundamental que as ações educativas tiveram: não apenas o de apresentar o patrimônio cultural a seus diferentes públicos-alvo, mas permitir que fossem criadas experiências a partir deles; isso sim faz com que o patrimônio cultural seja parte da vida das pessoas e não mero objeto de contemplação.

## Sem medo de errar

O desafio proposto para a seção era o de refletir em que medida a educação para o patrimônio pode **contribuir** para que as pessoas construam **relações possíveis** com os mais diversos bens culturais e buscar compreender quais desdobramentos as ações educativas

podem ter. Uma das questões sugeridas era a de pensar, por exemplo, de que forma o registro em nível federal do modo de fazer Renda Irlandesa – patrimônio cultural imaterial –, praticado em algumas localidades de Sergipe, tem relevância nacional. De que maneira a educação para o patrimônio pode nos ajudar a responder esta questão?

Ora, os conteúdos estudados nos mostraram que em primeiro lugar precisamos **desnaturalizar** e **dessacralizar** o bem cultural para que possamos construir relações acerca dele. Vejamos: se ao invés de simplesmente aceitar este bem cultural como importante, que tal se o problematizássemos – **tal como sugere a educação patrimonial**? Por que esta renda leva este nome? Como se aprende e se ensina esta atividade? Quem a pratica? O que envolve – em termos sociais, políticos e econômicos – a prática desta atividade? Como posso ressignificar esta prática a partir da minha vivência? Como se tornou patrimônio imaterial?

A partir de algumas pesquisas nós temos as mínimas condições de responder às questões e saberemos, por exemplo, que a Renda Irlandesa era confeccionada no estado do Sergipe por uma aristocracia ligada àquela cultura e que a partir do século XX, ressignificada, passou a ser feita pelas mulheres da cidade como uma fonte de renda alternativa. Tornou-se parte do universo feminino reconhecido pelas cidades onde se confecciona a renda: se reúnem para aprender e ensinar a fazer esta renda, bem como para compartilhar esse saber fazer. Podemos perceber, através dessa breve pesquisa, que a atividade que reúne um grupo de mulheres remonta ao século XVII foi ressignificada, está imbuída de memórias, representa uma fonte de renda alternativa e, de certa forma, empodera estas mulheres além de tantos outros valores simbólicos atribuídos a esse jeito de fazer a renda. Algum destes aspectos nos sensibiliza? Algumas dessas informações nos causa empatia? Conhecemos alguma situação semelhante? Identificamos outras práticas culturais que se assemelham a essa? Se conseguimos responder a alguma destas questões, independentemente de quais sejam as respostas, conseguimos minimamente atingir os objetivos do que propõe a educação patrimonial, que é construir sentidos a partir do bem cultural e, nesse sentido, podemos relacioná-la com a preservação do patrimônio. Se é verdade que respeitamos aquilo que diz respeito às identidades culturais, é igualmente verdadeiro

que, se aprendermos a nos relacionar com o patrimônio cultural, essa prática torna-se um dado. Apesar de serem inúmeras as ações educativas que perpassam o campo do patrimônio, é necessário perceber que existem práticas educativas que reforçam os valores já consagrados dos bens culturais, quando o ideal seria construir sentidos a partir deles, como o exemplo mencionado!

Nesse sentido, é muito importante a adoção de uma metodologia que pense a educação patrimonial como uma forma de problematizar o bem cultural e, a partir daí, construir sentidos para que sua apropriação seja feita pela sociedade. São muitos os exemplos que podem nos inspirar a construir uma prática que envolva a educação patrimonial e que nos fornecem subsídios para que possamos nos apropriar dos bens culturais e preservá-los.

Se você quiser se aprofundar sobre o assunto, acesse a página do Iphan sobre o tema:

IPHAN. Modo de fazer renda irlandesa. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/68>>. Acesso em: 20/02/2018.

## Faça valer a pena

**1.** O Guia Básico de Educação Patrimonial, coordenado pela museóloga Maria de Lourdes P. Horta, e realizado em parceria entre o Iphan e o Museu Nacional, sugere algumas etapas metodológicas que podem ser seguidas com o intuito de organizar uma ação educativa a partir da análise de objetos e/ou bens culturais. Algumas destas etapas podem ser verificadas no Quadro a seguir:

Etapas	Recursos/Atividades	Objetivos
1. <u>Observação</u>	Exercícios de percepção visual/sensorial, por meio de perguntas, manipulação, experimentação, medição, anotações, comparação, dedução, jogos de detetive, etc.	<ul style="list-style-type: none"><li>• Identificação do objeto/função/significado.</li><li>• Desenvolvimento da percepção visual e simbólica.</li></ul>

2. <u>Registro</u>	Desenhos, descrição verbal ou escrita, gráficos, fotografias, maquetes, mapas e plantas baixas, etc.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fixação do conhecimento percebido, aprofundamento da observação e análise crítica.</li> <li>• Desenvolvimento da memória, do pensamento lógico, intuitivo e operacional.</li> </ul>
3. <u>Exploração</u>	Análise do problema, levantamento de hipóteses, discussão, questionamento, avaliação, pesquisa em outras fontes, como bibliotecas, arquivos, cartórios, instituições, jornais, entrevistas.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolvimento das capacidades de análise e julgamento crítico, interpretação das evidências e significados.</li> </ul>
4. <u>Apropriação</u>	Recriação, releitura, dramatização, interpretação em diferentes meios de expressão como pintura, escultura, drama, dança, música, poesia, texto, filme, vídeo.	Envolvimento afetivo, internalização, desenvolvimento da capacidade de autoexpressão, apropriação, participação criativa, valorização do bem cultural.

Fonte: HORTA, Maria de Lourdes Pereira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. Guia Básico de Educação Patrimonial. Brasília: IPHAN, 1999. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia\\_educacao\\_patrimonial.pdf.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf.pdf)>. Acesso em: 21 fev. 2018.

Considere as assertivas verdadeiras (V) ou falsas (F) e assinale a alternativa correta:

( ) As etapas que incluem observação, registro, exploração e apropriação se constituem em passos metodológicos para tecer relações em torno do objeto e seu significado.

( ) O exercício de observação do objeto implica em sensibilizar o olhar do expectador para a sua importância em um determinado contexto.

( ) A apropriação do bem cultural é fundamental para que o patrimônio cultural tenha ressonância na coletividade e faça sentido para o grupo.

( ) As etapas metodológicas apresentadas contribuem para a dessacralização e a desnaturalização do patrimônio cultural.

( ) O modelo metodológico proposto contribui para que a compressão do patrimônio cultural seja apreendido da mesma forma pelos diferentes públicos que com ele interagem.

Enunciado:

Agora, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

a) V, V, F, V, V.

b) F, V, V, V, F.

c) V, V, V, V, F.

d) V, V, F, F, F.

e) F, V, F, V, F.

**2.** A Associação **Viva o Centro**, criada em 1991, é uma entidade não governamental e sem fins lucrativos que tem, dentre seus objetivos, melhorar a relação das pessoas com o centro de São Paulo, sejam elas moradoras, frequentadoras ou visitantes. Além disso, ela se dedica ao desenvolvimento cultural, econômico e urbanístico da região central de São Paulo, pela promoção de ações coordenadas de valorização daquela região. Uma das inúmeras ações implementadas no centro de São Paulo, que recebe o nome de **Caminhos do Triângulo**, são as visitas guiadas. Estas ações permitem aos interessados conhecer mais sobre os aspectos históricos e culturais daquela localidade, através de uma caminhada por alguns dos principais bens, narrando um pouco da história e cultura da cidade a partir dos bens patrimoniais. Esse programa oferece cinco roteiros que acontecem de segunda à sexta-feira e tem duração de 2 horas. Aos sábados e domingos, com programação diferenciada, mediante agendamento. São eles:

a) Igrejas.

b) Destaques do Centro Histórico.

c) Estilos arquitetônicos.

d) Cafés e cafeterias.

e) Espaços culturais no centro histórico.

Considerando o enunciado acima, é correto afirmar que:

I. O apelo turístico da proposta de visita guiada desqualifica essa atividade como ação educativa.

II. Para serem consideradas ações educativas, os roteiros culturais ou visitas



guiadas devem levar em consideração bens patrimonializados.

III. Itinerários culturais com abordagens dialógicas, como a em questão, auxiliam na apropriação dos bens culturais.

IV. O roteiro do café e das cafeterias tem valor patrimonial menor se relacionado ao das igrejas.

V. As visitas guiadas aos bens culturais realizadas nos centros urbanos permitem ressignificar a relação que as pessoas têm com a cidade.

Assinale a alternativa que apresenta todas as afirmações corretas:

- a) Estão corretas as alternativas I e V.
- b) Estão corretas as alternativas IV e V.
- c) Estão corretas as alternativas III e V.
- d) Estão corretas as alternativas I e II.
- e) Estão corretas as alternativas I e III.

**3.** A professora Simone Scifone, no texto *Para repensar a educação patrimonial*, alerta para a necessidade de se repensar o lugar e o papel da educação patrimonial na sociedade contemporânea:

Repensar a Educação Patrimonial dentro da ideia de uma nova pedagogia requer assim, romper com a tradição da transmissão da cultura baseada na celebração daquilo que se configurou como barbárie. Um exemplo disso tem sido o tratamento dado em Educação Patrimonial aos bens testemunhos da colonização portuguesa, postura que celebra a técnica, seja ela a arquitetura de pedra e cal ou a da taipa de pilão, tratando o patrimônio como objeto reificado e fetichizado, que se explica em si mesmo, como produto meramente de sua técnica ou sua arquitetura. Um olhar à contrapelo pede a inserção destes bens em sua totalidade explicativa, um contexto histórico de relações conflituosas de defesa de uma terra invadida e apropriada por estrangeiros, de expropriação, de extermínio e escravização de sua população. (SCIFONI, 2015, p. 202)

Fonte: : SCIFONI, Simone. Para repensar a educação patrimonial. In: Cadernos do Patrimônio Cultural. v. 1. Fortaleza: Seculfor, Iphan, 2015.

Considere as assertivas abaixo:

I. Uma nova pedagogia em educação patrimonial pressupõe superar uma visão de patrimônio celebrada nos anos 1930.

II. A educação patrimonial possibilita um olhar a contrapelo e à desnaturalização do patrimônio cultural consagrado historicamente.

III. A educação patrimonial permite que os sujeitos sociais antes desconsiderados sejam inseridos nas discussões sobre as práticas patrimonializadoras.

IV. A educação patrimonial, na perspectiva sugerida pela autora, pretende rechaçar os bens culturais de origem portuguesa.

V. A crítica da autora aos bens patrimoniais que fazem referência à colonização portuguesa se deve ao fato de serem valorizadas em si e não dentro de um contexto mais amplo.

Assinale a alternativa correta:

- a) São corretas as alternativas I, II, IV, V.
- b) São corretas as alternativas II, III, IV, V.
- c) São corretas as alternativas I, II, III, IV.
- d) São corretas as alternativas I e V.
- e) São corretas as alternativas I, II, III, V.

# Referências

- ABREU, Regina. O paradigma evolucionista e o Museu Histórico Nacional. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, v. 27, 1995.
- ANTENORI, A. "Somos tupinambás, queremos o manto de volta". Folha de S. Paulo, JUN. 2000. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/redacao/2000/06/01/01062000-somos-tupinambas-queremos-o-manto-de-volta.htm>>. Acesso em: 19 fev. 2018.
- ARAÚJO, Emanuel. Museu Afro Brasil, um conceito em perspectiva. In: SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL. **Museu Afro Brasil**. Instituto Florestan Fernandes, São Paulo, [s.d.].
- BARBUY, Heloisa. A conformação dos ecomuseus: elementos para compreensão e análise. **Anais do Museu Paulista**. v. 3, n. 1, 1995. Disponível: <<http://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5323/6853>>. Acesso em: 15 fev. 2018.
- BAUER, Jonei Eger. **A construção de um discurso expográfico**: Museu Irmão Luiz Godofredo Gartner. UFSC: Florianópolis, SC, 2014.
- BRASIL. **Lei n. 11.904, de 14 de janeiro de 2009**. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm)>. Acesso em: 19 fev. 2017.
- CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. Museus, história e interdisciplinaridade. In.
- CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Gilberto. **Patrimônio cultural**: políticas e perspectivas de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.
- CEDERJ. **Educação patrimonial**: conhecer fotografando para valorizar. Disponível em: <<http://educacaopublica.cederj.edu.br/revista/artigos/educacao-patrimonial-conhecer-fotografando-para-valorizar>>. Acesso em: 20 fev. 2018.
- CHAGAS, Mário. Museus, memórias e movimentos sociais. **CADERNOS DE SOCIOMUSEOLOGIA**, 41, 2011. Disponível em: <<http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/4515/museus%20mem%C3%B3rias.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 15 fev. 2018.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.
- CÍCERO, Antônio. **Guardar**. Record: Rio de Janeiro, 1996.
- CUNHA, Marcelo Nascimento Bernardo da. **Exposições Museológicas como estratégias de comunicação**. Seminário: Exposições Museológicas como estratégias de comunicação, Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, 2005, 23p.
- CURY, Marília Xavier. **Exposição**: concepção, montagem e avaliação. São Paulo: Annablume, 2006. 160p.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. **Conceitos-chave de museologia**. São Paulo: Armando Colin, Comitê Brasileiro de Museus, Pinacoteca do Estado de São Paulo, Secretária do Estado da Cultura, 2013.

DESVALLÉES, André. **Manuel de muséographie**: petit guide à l'usage des responsables de musée. Paris: Seguiet, 2003.

ENNES, Elisa Guimarães. **Espaço construído**: o museu e suas exposições. 2008. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Museu de Astronomia e Ciências Afins, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

FOLHA DE S. PAULO. **Mostra do Redescobrimento é inaugurada em SP**. 2000. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fol/brasil500/500mostra.htm>>. Acesso em: 19 fev. 2018.

G1. **Museu da Loucura é reaberto com objetivo de conscientizar a sociedade**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2016/05/museu-da-loucura-e-reaberto-com-objetivo-de-conscientizar-sociedade.html>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

GONÇALVES, Janice. Da Educação do público à participação cidadã: sobre ações educativas e patrimônio cultural. **Revista Mouseion**. Canoas, n. 19. p. 83-97, 2014. Disponível em: <<https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Mouseion/article/view/1860>>. Acesso em: 21 fev. 2018.

HORTA, Maria de Lourdes Pereira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN, 1999. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia\\_educacao\\_patrimonial.pdf.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf.pdf)>. Acesso em: 21 fev. 2018.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Portaria n. 137 de 28 de abril de 2016. Estabelece diretrizes de educação patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio**. Diário Oficial da União n. 81, abr. 2016. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria\\_n\\_137\\_de\\_28\\_de\\_abril\\_de\\_2016.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria_n_137_de_28_de_abril_de_2016.pdf)>. Acesso em: 21 fev. 2018.

JULIÃO, Let. O Sphan e a cultura museológica no Brasil. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 22, n. 43, jan-jun de 2009, p. 141-161. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1550>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. **Apontamentos sobre a história dos museus**. Disponível em: <[http://www.cultura.mg.gov.br/arquivos/Museus/File/caderno-diretrizes/cadernodiretrizes\\_segundaparte.pdf](http://www.cultura.mg.gov.br/arquivos/Museus/File/caderno-diretrizes/cadernodiretrizes_segundaparte.pdf)>. Acesso em: 15 fev. 2018.

LAGNADO, L. As tarefas do curador. **Marcelina: Revista do Mestrado em Artes Visuais da Faculdade Santa Marcelina**, São Paulo, v. 1, n.1, p. 8-19, 1º sem. 2008.

LEAL, Elisabete. História/História da Arte: dilemas patrimoniais de disciplinas coirmãs. In: LEAL, Elisabete; PAIVA, Odair Cruz. **Patrimônio e História**. Londrina: Unifil, 2014.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural**. São Paulo: Cosac Naify, [1958] 2008.

- MARANDINO, M. (org.). **Educação em museus**: a mediação em foco. São Paulo: Geenf/ FEUSP, 2008.
- MEDEIROS, Mércia Carréra de; SURYA, Leandro. A importância da educação patrimonial para a preservação do patrimônio. In: CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos. **Patrimônio Cultural**: políticas e perspectivas de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012.
- MENDONZA, Celina A. Lértora. ¿Por que hacemos colecciones? Porto Alegre: Episteme, n. 20, suplemento especial, jan-jun., 2005. p. 217-228.
- MENESES, Ulpiano Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, v. 2 p. 9-42, jan./dez. 1994.
- MISURA, Luciana. **Colonial Williamsburg**: museu vivo de história na Virginia. Disponível em: <<http://luciana.misura.org/2015/12/14/colonial-williamsburg-museu-vivo-de-historia-na-virginia/>>. Acesso em: 15 nov.2017.
- MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. **A construção da nação 1822-1889**. Disponível em: <<http://mhn.museus.gov.br/index.php/a-construcao-da-nacao/>>. Acesso em: 15 nov. 2017.
- O'NEILL, Marié. Como foram recebidas quatro exposições nas galerias nacionais do Grand Palais. In: TEIXEIRA COELHO (Org.). **O lugar do público**: sobre o uso de estudos e pesquisas pelos museus. São Paulo: Iluminuras, 2014, p. 253-268.
- POMIAN, Krzysztof. **Coleções**. In: Enciclopédia Einaudi, Memória-História. Lisboa: Imprensa Casa da Moeda, 1984.
- RAMOS, Francisco Régis Lopes. Museu, ensino de História e sociedade de consumo. In: **Trajetos. Revista de História UFC**, Fortaleza, v. 1, n. 1, 2001.
- SANTA AFRO CATARINA. **Programa de educação patrimonial sobre a presença de africanos e afrodescendentes em Santa Catarina**. 2011. Disponível em: <<http://santaafrocatarina.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 21 fev. 2018.
- SANTOS, Myrian Sepúlveda. Objetos, memória e história: observação e análise de um museu histórico brasileiro. Dados. **Revista de Ciências Sociais**, v. 35, n. 2, p. 194-216, 1992.
- \_\_\_\_\_. Os museus brasileiros e a constituição do imaginário nacional. **Revista Sociedade e Estado**, v. 15, n. 2, 271- 302, 2000.
- SCIFONI, Simone. Para repensar a educação patrimonial. In: **Cadernos do Patrimônio Cultural**. v. 1, Fortaleza: Seculfor, Iphan, 2015.
- SIQUEIRA, Lucília. A construção da memória, a ideia de patrimônio histórico e o ofício do historiador. In: LEAL, Elisabete; PAIVA, Odair Cruz. **Patrimônio e História**. Londrina: Unifil, 2014.
- SUANO, Marlene. **O que é Museu**. Coleção Primeiros Passos, n. 182. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TOLEDO, Maria Rita de Almeida; COSTA, Wilma Peres. Formação docente, história, memória e educação patrimonial: os desafios para a produção de novas práticas educativas. In : LEAL, Elisabete; PAIVA, Odair Cruz. **Patrimônio e História**. Londrina: Unifil, 2014.

VIDAL, Lux. O museu dos povos indígenas do Oiapoque – kuahí: Gestão do Patrimônio Cultural pelos Povos Indígenas do Oiapoque, Amapá. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**. São Paulo, Supl. 7, 2008. p. 109-115. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revmaesupl/article/viewFile/113500/111455>>. Acesso: 15 fev. 2018.

# Arquivos e acervos

## Convite ao estudo

Prezados alunos,

Nesta quarta e última unidade, trataremos de um tema de fundamental importância para nós, historiadores e pesquisadores em geral: os **arquivos** e seus **acervos**. Quem de vocês já entrou no arquivo público de sua cidade para fazer algum tipo de pesquisa ou, ainda, teve a oportunidade de conhecer algum arquivo particular composto de vários documentos? Você já se perguntou acerca da importância dos arquivos e daquilo que eles guardam? Como os desafios da disciplina nos sugere que, entre outros aspectos, compreendamos a produção e o papel histórico dos indivíduos e das instituições sociais ligadas a eles, nosso objetivo é perceber o importante papel dos arquivos e dos seus acervos para a construção da história. Discutiremos, inicialmente, a constituição de acervos, debatendo o que é uma coleção e o que significa o ato de colecionar, o que são arquivos e quais são as características de arquivos privados e públicos. Teremos a seguir o desafio de entender o que se pesquisa nos acervos, dando ênfase para a compreensão da definição da documentação arquivística e os variados documentos que aparecem no arquivo. Por fim, buscaremos compreender o que são as instituições de salvaguarda e quais são os seus papéis. Afinal, qual é o papel dos arquivos e dos acervos na constituição do conhecimento histórico? Qual é seu papel social? E, finalmente, como podemos utilizar esses conhecimentos em sala de aula?

## Seção 4.1

### Constituição de arquivos

#### Diálogo aberto

Atualmente existem inúmeros arquivos a partir dos quais se constroem as diferentes narrativas históricas. Por exemplo, para estudar o tema da Ditadura Civil-Militar no Brasil, você pode acessar os documentos disponibilizados no site Brasil Nunca Mais Digital (disponível em: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/>>. Acesso em: 31 ago. 2017), os Dossiês da Comissão da Verdade (disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/>>. Acesso em: 31 ago. 2017) ou, ainda, o site do Arquivo Nacional (disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/>>. Acesso em: 31 ago. 2017), no Rio de Janeiro e do Arquivo Público do Estado de São Paulo (disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/>>. Acesso em: 31 ago. 2017).

Além desses importantes acervos que podem ser consultados on-line, existe ainda o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC (disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/>>. Acesso em: 31 ago. 2017), criado em 1973, no Rio de Janeiro, cujo objetivo é acolher conjuntos de documentos importantes para a história recente do Brasil. Estes arquivos têm documentação originária de órgãos ligados ao Estado e, portanto, públicos, mas também existem os arquivos pessoais, como o do ex-governador de Minas Gerais, Israel Pinheiro, constituído por documentos, cartas, fotografias, mapas e cartões postais e datam do período entre 1896 a 2002 (seu arquivo foi doado para o Arquivo Público Mineiro e está disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>>. Acesso em: 31 ago. 2017). A decisão de doar esse acervo pessoal ao Arquivo Público Mineiro pela família fundamentou-se na democratização e no acesso ao material, além de garantir sua permanente preservação. São nos mais variados arquivos que os documentos passam por um processo de seleção, guarda e disponibilização para o público. Diante disso, podemos refletir sobre as seguintes questões:



- Qual é a importância dos arquivos públicos e privados para a produção do conhecimento histórico?
- De que forma os documentos podem ser mobilizados para este fim?
- Quais são os desafios para sua utilização?

## Não pode faltar

### As coleções e ao ato de colecionar

Você já parou para pensar o que leva uma pessoa a colecionar os mais variados objetos, tais como selos de carta, moedas antigas, livros, discos de vinis, etc.? Quais preocupações estão envolvidas nesse processo? Se você não é um colecionador, você pode até estranhar esse hábito, mas certamente você percebe que, entre as pessoas que colecionam, existe cuidado e admiração por seus objetos. O costume de colecionar coisas vem de tempos pretéritos. Antes mesmo de se ter a prática colecionista, tal qual conhecemos atualmente, os indivíduos já exteriorizavam a sua existência por meio da coleção de objetos que lhes proporcionassem um bem-estar físico e espiritual: antes mesmo de terem consciência de estarem colecionando, recolhiam objetos frutos de seus desejos – não necessariamente vitais para a sobrevivência.

De certo modo, as pessoas adquirem objetos que possuem alguma representatividade para elas. É algo que está sempre ligado a um sentimento, como um tipo de obsessão, paixão e pode ser entendido também como um *hobbie*, um passatempo. Segundo Lopes (2010, p. 382), colecionismo “pode ser definido como o hábito de juntar ‘coisas’ que possuem propriedades ou características comuns e que servem para conhecer o mundo”.

Se é verdade que colecionar é uma prática social, podemos dizer que essa prática expõe o colecionista à sociedade e o faz através de objetos que o representam. Desde a infância, selecionamos determinados objetos que, ao longo da vida, vão adquirindo representatividade em maior ou menor grau, de acordo com a relação afetiva que estabelecemos com estes objetos.

Quando apartamos determinados objetos de seu ambiente original, passamos a lhes dar distinção em relação aos outros, lhe atribuímos sentidos para além daqueles que lhe são imanentes e, como consequência, investimos parte do nosso tempo em cuidados na sua manutenção. Para Pomian (1984), os objetos que possuem um sentido que vai além dele próprio são denominados de semióforos: objetos que têm um significado implícito e não apresentam valor usual, aqueles não utilizados, mas dotados de um significado, de uma representatividade.

A atitude de colecionar gera uma familiaridade com os objetos e acaba por dizer muito das pessoas que as colecionam e dos contextos dos quais estes objetos fizeram parte. A partir deles se pode traçar histórias de vida, perceber as relações entre os indivíduos e a sociedade, bem como problematizar o próprio ato de colecionar.

Um exemplo de como podemos pensar a importância das coleções está expresso nas memórias de **Walter Benjamin**, no ensaio *Desempacotando minha biblioteca*, escrito na década de 1930 e publicado no Brasil pela primeira vez na década de 1980. Nele, o autor explora a sua coleção de livros e percebe que eles não se tratam apenas de objetos, mas que também possuem um valor simbólico muito forte. A cada livro que Benjamin olhava, desencadeava nele um processo no qual as memórias relativas a eles diziam respeito às pessoas envolvidas na aquisição: “quantas cidades não se revelaram para mim nas caminhadas que fiz à conquista de livros” (BENJAMIN, 1995, p. 231).

No entanto existem coleções que se constituem para além dos desejos pessoais e do prazer de colecionar e que são objetos da discussão dessa seção de estudo. Trata-se da produção e do armazenamento de um conjunto documental em uma instituição e/ou em arquivos particulares e que acabam tendo um uso público.



### Exemplificando

Veja exemplos de coleções e suas diversas maneiras de se construírem: o vídeo mostra, de maneira simples, como esta construção é livre e se ajusta àquilo que se deseja conservar. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=QTEmeYoSiwc>>. Acesso em: 19 dez. 2017.

## Arquivos e suas definições

O que é um arquivo? De um modo geral, é possível compreendê-lo como instituição, ou seja, local responsável pela custódia, pelo processamento técnico e pelo acesso a fundos documentais. Tão importante quanto sua definição é refletir acerca da sua relevância no trabalho de pesquisadores, como é o caso de historiadores. Durante muito tempo, os arquivos foram percebidos como depósitos de “provas” de um passado longínquo, principalmente quando a lógica de pensar a produção do conhecimento era inspirada pelo positivismo e pelo cientificismo do século XIX, correntes filosóficas que, *grosso modo*, propunham a escrita da história com base exclusivamente em documentos oficiais. Nesse contexto, o arquivo era pensado como um espaço onde se guardava a informação a ser explorada por aqueles que tinham o objetivo de buscar a verdade dos fatos.

Da mesma forma que os museus surgem com a finalidade de consolidar um Estado Nacional através da salvaguarda de objetos que façam referência a essa memória, os arquivos também cumpriram este papel. No século XIX, com o advento da Escola Metódica, os arquivos de serviço estatais passam a ganhar sua conotação clássica de arquivos públicos, ao mesmo tempo em que se muda o caráter do *documento*. Passa-se a utilizar a documentação para fundamentar o discurso historiográfico, ainda em uma percepção de prova histórica, ou seja, o documento é entendido como o texto escrito – o tratado de paz, o testamento, a carta –, capaz de trazer verdades do passado. Nesse sentido, para os historiadores desse período, o que importava era a heurística documental: busca, seleção, crítica e classificação documental. Nesse contexto, a história, os museus e os arquivos são peças fundamentais para o nacionalismo dos séculos XIX e XX, na criação de uma narrativa que projetava a nação em um distante passado – seja a França, “antes da França” com os francos, ou “o Brasil” em 1500 – e legitimou fronteiras nacionais, seus supostos heróis e tradições.

A mudança conceitual daquilo que até então era considerado documento se constrói, em grande parte, com a crítica dos historiadores da primeira metade do século XX, com historiadores como **Walter Benjamin** e os fundadores da **Escola dos Annales**, **Marc Bloch** e **Lucien Febvre**. Seus estudos propiciaram análises e

questionamentos de temas raramente debatidos anteriormente, questionaram uma história de “Grandes Homens” e abriram portas para estudos dos excluídos, dos camponeses, das cidades e das mentalidades. Desse modo, para se responder tais problemáticas, era necessária a utilização de outras fontes, como fotografias, diários, filmes e literatura.

Além disso, com o desenvolvimento do debate acadêmico do século XX, o posicionamento dos historiadores em relação a própria noção de *verdade histórica* também afetou a perspectiva a respeito dos arquivos, antes vistos como instituições “neutras” e depositórios do passado. Ao invés de se pensar que o passado estaria em um arquivo esperando para ser descoberto, percebe-se também que o arquivo revela e guarda, mas também omite e silencia. Os arquivos contêm uma documentação dotada de caráter histórico e é a problematização destes documentos que torna possível a construção de inúmeras narrativas: são tomados como construções sociais possíveis de revelar padrões e valores de comportamento, analisados como produções permeadas por “investimentos de naturezas distintas, resultantes da ação de inúmeros atores, dentre eles a entidade produtora do arquivo, mas também de seus organizadores e custodiadores” (LOPES, 2015, p.4). Assim, antes de chegar ao historiador, os documentos sofreram seleções e classificações – enquanto outros foram eliminados. Como afirmou Jacques Le Goff em seu célebre *Documento/Monumento* a partir da crítica foucaultiana:



O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade.

**Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo. (LE GOFF, 1996, p. 547-548)**

Um exemplo da complexidade que envolve os arquivos e seus documentos diz respeito aos acervos dos regimes ditatoriais latino-americanos. Desde 1970 – período auge da Ditadura Civil-Militar no Brasil – houve um grande debate em torno da culpabilidade e da responsabilidade do Estado nos crimes cometidos durante os regimes autoritários. Apesar das diferenças existentes nos casos argentino, brasileiro, uruguaio e chileno, foram decretados, em todos os territórios, leis de anistia como expressão estratégica de interdição do passado no processo de uma normalização da sociedade e da política. Ao mesmo tempo, outra reflexão emergia: urgência da preservação e liberação de fundos documentais sob a alegação de que estes documentos se revestiam de importância basililar para a história e a memória dos povos, na medida em que podem ser considerados como testemunho da repressão sofrida. No entanto, esse processo acabou esbarrando em outra questão: como fica a privacidade e a preservação da intimidade das pessoas envolvidas nesse tema, uma vez que muitos de seus protagonistas ainda estão vivos? Para Bauer e Gertz (2009), o processo lento e gradual que envolveu a abertura desses arquivos da repressão – e que ainda não se esgotou – permitiu conhecer três importantes aspectos dessa problemática: a presença de demandas por parte da sociedade civil na abertura dos arquivos; a oportunidade de escrever a história a partir desses documentos que até então estavam sob o jugo do Estado; e a possibilidade de pensar nos usos políticos que um arquivo possui.

### **Os arquivos públicos no Brasil**

O contexto de surgimento dos arquivos no Brasil se dá ainda no Período Colonial. Podemos observar a existência de dois caminhos, segundo os quais se acumulavam os documentos a partir do século XVII: um de caráter privado – que fica majoritariamente na metrópole portuguesa; e outro de caráter governamental, na sede do Governo Geral local. Assim, eles surgem como corolário da atividade do dia a dia, cujo acúmulo muitas vezes não é organizado e, conforme as

estruturas governamentais cresciam, a quantidade de documentos aumentava. Tais depósitos atendiam somente ao público ligado à administração, que invariavelmente buscavam documentos que comprovassem suas atividades: registros fiscais, correspondências, concessões de títulos e terras. De acordo com Bacellar (2010), não existia ainda a ideia de arquivos públicos, mas sim de “arquivos de serviço”, com o objetivo de atender à máquina estatal – afinal, estamos falando do Antigo Regime e nem mesmo existia a noção de *espaço público* como conhecemos.

No entanto, como vimos, no século XIX os arquivos assumem novo papel para os historiadores, o Estado Nacional e a política. O caso brasileiro é exemplar: criado em 1824, ano da primeira constituição do país e dois anos após a Independência, o **Arquivo Público do Império** – chamado após a Revolução de 1930 de **Arquivo Nacional** – foi uma das ferramentas para reforçar o Estado Nacional na medida em que reunia e guardava documentos comprobatórios desse Estado, o que possibilitou, assim como os museus, a constituição de instituições ligadas à preservação dessa memória.

Foi a partir da década de 1930 que o Arquivo Nacional se consolidou como agente de memória do Estado Republicano e, para isso, formalizou seus aspectos institucionais com a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), a partir do qual toda sorte da documentação do Estado passou a ser organizada. Na década de 1950, o Arquivo Nacional passou por um intenso processo de modernização de suas estruturas que possibilitou a formação de um corpo técnico responsável pela sua administração, com o objetivo de consolidar um arquivo que pudesse dialogar de forma técnica com outras instituições deste porte. Nesse sentido, nos anos 1970 foi promovida uma série de cursos de arquivologia que permitiram profissionalizar as atividades realizadas, bem como a criação de cursos superiores de Arquivologia. Também vale destacar a importância da criação da **Associação dos Arquivistas Brasileiros** em 1971 e dos debates ocorridos ao longo da década de 1970 que corroboraram para que a Constituição de 1988 contemplasse a importância dos arquivos e da gestão de documentos no contexto nacional. Atualmente o Sistema Nacional de Arquivos (SINAR) e o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) são os responsáveis por estabelecer políticas públicas para os arquivos públicos e privados. É

ainda com a **Constituição de 1988** que se vê contemplados aspectos basilares para o setor arquivístico, dentre os quais podemos citar, segundo Gonçalves (2002, p.1) "o acesso à informação como direito fundamental dos cidadãos e a disponibilização da documentação por eles produzida".

Três anos mais tarde tem-se a promulgação da Lei nº 8.159/91, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, e a Criação do Conselho Nacional de Arquivos (**CONARQ**), responsável pela definição da política de arquivos no Brasil. Tal legislação considera que arquivos públicos são conjuntos de documentos elaborados e recepcionados durante as atividades, dos poderes instituídos em suas diversas esferas. Da mesma forma, podem ser considerados públicos os conjuntos documentais produzidos por entes concessionários da gestão de serviços públicos e recepcionados por instituições de mesma natureza. De modo geral, Bellotto (2004) afirma que a documentação integrante dessas instituições pode ser classificada como **corrente, intermediário e permanente**.

A classificação de documentos correntes guarda relação com aquela documentação que ainda faz parte de um período recente e que está ligada a seu uso funcional, administrativo, jurídico. A permanência de tais documentos nesse tipo de arquivo varia, e dali podem passar a um arquivo central do respectivo órgão, onde permanecerão de cinco a dez anos.

Já a documentação de caráter *intermediário* diz respeito aos documentos cuja validade está expirada, mas ainda assim podem ser utilizados pelo produtor. Devem ficar em arquivo que centraliza papéis de vários órgãos. É nesse estágio que a documentação é submetida às tabelas de temporalidade, que determina prazos de vigência e de vida, de acordo com as respectivas tipologias e funções. Tais tabelas, redigidas pelas comissões de avaliação, formadas por arquivistas, administradores, juristas e historiadores, fixam critérios e justificativas para que se possam eliminar determinados papéis que julguem-se ser desnecessários ao órgão de origem e que não haja interesse para a pesquisa histórica. Por fim, tem-se a terceira idade, conhecida como documentação *permanente*, ou *histórica*, que é aquela documentação que não mais circula nas áreas corporativas.



## Assimile

*Arquivo corrente:* é o rol de documentos que estão intimamente relacionados com os objetivos do dia a dia de seus usuários. São elaborados com a função de dar-lhes suporte durante a execução de suas atividades. Devem, por característica, ficar à disposição para consultas.

*Arquivo intermediário:* é um desdobramento do arquivo corrente e é constituído pelos documentos que deixam de ser utilizados com mais frequência pelos usuários.

*Arquivo permanente:* é a reunião de documentos que perderam a sua importância administrativa, porém necessitam de conservação definitiva, na medida em que podem ser, posteriormente, considerados de valor histórico.



## Pesquise mais

O Arquivo Nacional brasileiro reúne uma grande parte da memória do país há mais de 150 anos. Através da guarda e conservação de seus documentos, é possível conhecer alguns momentos de grande importância para o país. No link abaixo indicamos uma breve integração com esta memória, para que você possa aprofundar seus conhecimentos.

Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=AsDoGbkzmzAM>>.  
Acesso em: 20 dez. 2017.

## Os arquivos privados

Em comparação com os estudos produzidos a respeito dos arquivos públicos, os privados acabam ficando em segundo plano. Muitas vezes são vistos de forma negativa, como aquilo que não pertence ao público, o que não é institucional. Isso está atrelado a uma série de fatores, dentre eles a própria noção de arquivo, diretamente associada aos papéis produzidos pelo Estado que advém do funcionamento da máquina administrativa. Mas o que seriam arquivos privados? De forma geral, estes arquivos se caracterizam por possuírem um conjunto documental de origem privada no qual os donos são pessoas, instituições, família, etc.



No Brasil, em 1991 foi promulgada a Lei nº 8.159, que trata de arquivos privados identificando-os como “os conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência de suas atividades” (BRASIL, 1991, art. 11). Estes artigos podem ser identificados pelo poder público como de interesse social e público, uma vez que sejam considerados como acervo de documentos importantes para a história brasileira, além do que não podem ser dispersos ou separados de sua unidade documental. Apesar de existir legislação que trate do assunto, inexistente um procedimento para a preservação dos documentos privados, prova disso são as recorrentes informações a respeito de aniquilamento de importantes acervos. São poucas as ações voltadas à proteção e organização deste tipo de acervo tendo o objetivo de disponibilizar a consulta. É recorrente a prática de doação ou venda para outras instituições e, como já foi citado anteriormente, ainda assim não há um local destinado a esse tipo de material.

Refletir sobre a construção de arquivos pessoais, para Bellotto (2004), corresponde a pensar sobre sua formação em duas fases distintas: a primeira é referente ao processo de acumulação documental e sua utilização no cotidiano, de tal modo a comprovar a existência diante das instituições ou um modo de remeter a seus relacionamentos pessoais. Já a segunda trata-se da preservação. O arquivo pessoal extrapola a finalidade profissional, jurídica ou pessoal do seu titular e seu uso é destinado à pesquisa realizada por terceiros.

Tomando como exemplo as personalidades públicas, seus arquivos podem revelar a diversidade de situações em que o indivíduo produz e acumula a documentação. Uma vez que são ocupantes de cargos públicos e políticos, reúnem documentos que têm relação com tal atividade. Assim, um determinado indivíduo pode acumular documentos que se referem exclusivamente à sua vida privada, ou documentos de natureza privada, como diários e cartas que trazem informações relevantes para se compreender processos e conjunturas políticas. Nesse sentido, para Heymann (2012, p. 63), é preciso destacar a diferença no processo de acumulação e a relação específica que une entidade produtora, nesse caso o indivíduo e arquivo. É preciso atentar para a forma como cada titular se relaciona com seus papéis, levar em consideração os usos dados

aos documentos uma vez guardados, os atributos que lhes foram atribuídos, possíveis de explicar configurações, ordens, marcas, etc.



### Exemplificando

O acervo de Sandra Jatahay Pesavento é um exemplo de arquivo particular. Suas pesquisas, produção e todo o material de apoio foram organizados em um acervo próprio, a fim de permitir conhecer um pouco mais a respeito da trajetória desta professora e pesquisadora.

Disponível em: <[https://www.ihgrgs.org.br/arquivo/Acervo\\_SJP.pdf](https://www.ihgrgs.org.br/arquivo/Acervo_SJP.pdf)>.  
Acesso em: 11 abr. 2018.

Todavia, é possível afirmar a existência de arquivos públicos que possuem acervos privados, além de haver centros de memória e documentação. Podemos destacar como exemplos o **CPDOC** (Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro), o **Instituto de Estudos Brasileiros** (USP, São Paulo), o **Centro de Memória** (Unicamp, Campinas), a **Fundação Casa de Rui Barbosa** (Rio de Janeiro) e o **Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro** (Rio de Janeiro). O caso do CPDOC é emblemático, uma vez que conforme analisa Heymann (2012) graças à doação do acervo do ex-presidente da República, gerou-se uma tendência de ex-ministros e colaboradores também disponibilizarem seus arquivos, possibilitando a construção de um acervo que alimentasse análises sobre a recente história do Brasil. Não obstante, há outros exemplos de figuras não tão centrais na história do Brasil, mas que contribuíram em sua atuação, como é o caso do **Arquivo Edgard Leuenroth** (AEL). Formado a partir do acervo pessoal de documentos reunidos ao longo da vida de Edgar Frederico Leuenroth (1881-1968), adquirido pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) nos anos 1970, constitui-se uma referência em pesquisas sobre os mais diversos temas, principalmente sobre as causas operárias, o mundo do trabalho e temas afins, uma vez que Leuenroth era um militante anarquista, além de ser jornalista, tipógrafo e arquivista.

De maneira geral, arquivos pessoais têm sua importância e são fundamentais para a pesquisa. Para Heymann (2012), isso se deve a um momento de renovação do próprio campo, na década de 1970,

marcado principalmente pelo impulso experimentado da história cultural e do renascimento do estudo do político. Afastando-se de uma postura estruturalista e quantitativa, a história cultural dá legitimidade teórica para o estudo histórico do individual e o potencial metodológico de uma abordagem qualitativa, implicando mudanças nos critérios de análise do social, indo até o que podemos chamar de micro-história.

Todos os pontos aqui levantados têm impactos na produção da escrita da história. É através da problematização destes documentos cotejadas com leituras e outras pesquisas que, pouco a pouco, vão sendo construídas as respostas para as perguntas propostas pelo historiador.



### Refleta

Percebemos até aqui o quanto os arquivos e o acesso a eles são importantes para a construção do conhecimento histórico. Existem inúmeros arquivos brasileiros que ganharam reconhecimento internacional por conta da sua importância para a história. Podemos citar o exemplo do arquivo de Arthur Ramos, importante pesquisador social das décadas de 1920-1940, que está sob a guarda do Arquivo Nacional. Este arquivo ganhou, em 2016, o prêmio da UNESCO relativo ao Programa Memória do Mundo. Saiba mais no link abaixo. Disponível em: <<https://goo.gl/t5UdbZ>>. Acesso em: 11 abr. 2018.

A partir deste exemplo e atentando para o acervo deste arquivo de forma específica, quais narrativas seriam possíveis de ser construídas a partir dele?

## Sem medo de errar

Os documentos são resquícios importantes de um tempo histórico que nos auxiliam a não refletir sobre o passado. É também por isso que necessitam ser salvaguardados e disponibilizados para o público. A problemática sugerida na seção nos convidava a refletir sobre a importância dos arquivos pessoais, no caso do ex-governador de Minas Gerais, Israel Pinheiro, em que foram doados para uma instituição a fim de que pudessem ser acessados publicamente.

Os conteúdos mobilizados nos permitiram perceber que o acervo dessa pessoa pública, composto de documentos, mapas, fotografias e cartões postais são fontes de pesquisa para o historiador e mediante metodologia própria do campo historiográfico, possibilita a escrita de inúmeras e diversificadas narrativas. A documentação de arquivo pode tanto revelar a diversidade de situações em que se acumula e produz tais documentos, bem como as situações cotidianas da vida pública. Nesta mesma linha de argumentação, é importante destacar que, se de um lado, os arquivos pessoais são importantes fontes de pesquisa porque revelam aspectos que outros arquivos (os públicos, por exemplo) não o fazem, de outro lado, é importante que o historiador perceba os limites deste arquivo. Quais são as ausências percebidas nestes arquivos? Que tipo de documentação falta nele? Que tipo de atividade não está registrada? Por fim, quais são as implicações de um arquivo cuja origem é um personagem público? Nesse sentido, no caso da documentação do ex-governador citado na situação problema, é possível afirmar que muitos dos documentos mostravam as decisões relativas aos mais diversos aspectos da vida pública, bem como autorizações, liberação de recursos, aprovação de obras, etc. O acesso a este tipo de arquivo é fundamental, pois os documentos – e até mesmo os seus silenciamentos – podem trazer informações que, ao serem problematizadas pelo historiador, podem auxiliar a compreender aspectos da sociedade na qual se vive.

## Faça valer a pena

### 1.



Os arquivos não são mera reunião de documentos, à maneira de coleção: são conjuntos formados por documentos produzidos, recebidos e, enfim, acumulados por determinadas entidades – sejam elas instituições ou pessoas – ao longo de sua trajetória de existência, e intimamente associados às práticas e relacionamentos estabelecidos por tais entidades. Todo arquivo, como conjunto documental, informa, antes de tudo, acerca da própria entidade que produziu e reuniu tais documentos,

o que não deveria ser esquecido por nenhum pesquisador que se debruça sobre documentos de arquivo.

(GONÇALVES, J. Arquivo e história: perspectivas. *Revista Esboços*, Florianópolis, v. 14, n.17, 2007, p. 206)

A partir da leitura, considere as informações:

- I. Um arquivo pressupõe seleção e organização de documentos.
- II. Entendemos como coleções o conjunto de documentos que, da mesma forma que os arquivos, pressupõe seleção e organização.
- III. Os documentos de arquivos podem dizer tanto do tema ao qual faz referência, como da instituição que o acolheu.
- IV. Debruçar-se sobre um documento significa problematizá-lo, considerando a sua trajetória dentro do arquivo.
- V. As práticas arquivísticas são responsáveis por tratar os documentos e torná-los acessíveis ao pesquisador.

A partir das assertivas, assinale a alternativa correta:

- a) Estão corretas as assertivas I, II e III.
- b) Estão corretas as assertivas II, III e IV.
- c) Estão corretas as assertivas II e IV.
- d) Estão corretas as assertivas I, III, IV e V.
- e) Estão corretas as assertivas I, II, III e IV.

## 2.



Este é o grande feitiço do arquivo privado. Por guardar uma documentação pessoal, produzida com marca da personalidade e não destinada explicitamente ao espaço público, ele revelaria seu produtor de forma “verdadeira”: aí ele se mostraria “de fato”, o que seria atestado pela espontaneidade e pela intimidade que marcam boa parte dos registros. A documentação dos arquivos privados, permitiria, finalmente e de forma muito particular, dar vida à história, enchendo-a de homens e não de nomes [...]. Homens que têm a sua história de vida, as suas virtudes e defeitos e que os revelam exatamente neste tipo de material.

(GOMES, Â. C. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. **Revista Estudos Históricos**, v.11, n. 21, 1998, p. 125, grifos da autora. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/2069/1208>>. Acesso em: 11 abr. 2018).

A partir do texto, considere as afirmativas:

- I. A autora faz uso da ironia ao dizer que no arquivo privado encontramos a verdade sobre os fatos.
- II. Nos arquivos privados encontramos documentos pessoais que revelam a intimidade daquele que formou o arquivo.
- III. Os arquivos privados permitem melhor conhecimento da sociedade do que os arquivos cuja documentação provém do Estado.
- IV. O papel do historiador tanto em arquivos públicos, como privados, é problematizar os documentos.
- V. O feitiço do arquivo, a que se refere a autora, seria o de encantar o pesquisador com informações variadas acerca da diversidade do documento.

Assinale a alternativa correta:

- a) Estão corretas as assertivas I, II e III.
- b) Estão corretas as assertivas I, II e V.
- c) Estão corretas as assertivas II, III e IV.
- d) Estão corretas as assertivas I e V.
- e) Estão corretas as assertivas I, II e IV.

### 3.

À medida que a informação arquivística torna-se menos utilizada ao longo do processo decisório, tende-se a eliminá-la ou a conservá-la temporariamente (arquivos intermediários administrados pela própria agência produtora ou pelas instituições arquivísticas). Para tal, consideram-se as possibilidades de uso eventual da informação pelo organismo produtor, ou a sua condição de documento de valor permanente. A esta configuração chegariam, segundo a Unesco, 10% dos documentos produzidos (arquivos permanentes), após submetidos a um processo de avaliação e seleção que se inicia na fase corrente ou seja, ainda nos órgãos da administração pública, embora sob normas estabelecidas pelos arquivos públicos. Constituindo os arquivos permanentes, estes documentos têm sua guarda pelas instituições arquivísticas públicas justificada em dois aspectos. De um lado, em função do uso desses documentos para a pesquisa científica e, de outro, como fator de testemunho das ações do Estado e garantia de direitos dos cidadãos. Com frequência, estas práticas buscam legitimar-se no discurso da preservação do patrimônio histórico e democratização da memória nacional.

(JARDIM, J. M. A invenção da memória nos arquivos públicos. *Ciência da informação*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, 1995, p. 3).

Assinale a alternativa correta a respeito do trecho acima.

- a) O texto aponta a falta de critérios para classificar documentos em arquivos.
- b) Os documentos do arquivo intermediário são destinados à pesquisa histórica uma vez que saem de circulação administrativa.
- c) Os documentos de arquivos correntes são usados para produzir narrativas históricas acerca da memória nacional.
- d) Segundo dados da Unesco, apenas 10% dos documentos produzidos alcançam a categoria de documentos permanentes.
- e) Os documentos oriundos dos processos administrativos geram uma história positivista, pois tratam-se de documentos do Estado.

## Seção 4.2

### Arquivo e pesquisa em acervos

#### Diálogo aberto

Você já parou para pensar como as narrativas sobre acontecimentos da história do Brasil são escritas, por quem e a partir de quais fontes documentais? Diante da quantidade de informações produzidas na atualidade e disponibilizadas como conhecimento, você já refletiu acerca de sua produção de forma geral? Como já ressaltamos na seção anterior, são muitos os arquivos que disponibilizam quantidades incríveis de documentação. No entanto, nem sempre estes documentos estiveram à disposição de pesquisadores. Sabe-se, por exemplo, que após o período sombrio do Regime Ditatorial, o país mergulhou numa profunda letargia de informações. Os documentos daquele período não foram imediatamente disponibilizados, fazendo com que a narrativa da história permanecesse vinculada àquelas informações selecionadas oficialmente. Após anos de muitos esforços, a **Comissão da Verdade** fez emergir e desvelou arquivos de depoimentos de pessoas que vivenciaram parte daquele período, trazendo à tona episódios até então desconhecidos, como a prática da tortura. Para muitos, aquele período de aviltamento de direitos políticos sequer ocorreu. Diante deste contexto no qual os testemunhos assumem um papel importante para a construção da história recente do país, podemos nos perguntar: estes arquivos reúnem os requisitos necessários para serem considerados confiáveis? De que maneira é possível considerar os depoimentos e documentos encontrados nesses arquivos como fontes confiáveis para a produção histórica?

#### Não pode faltar

##### Documentação arquivística

Quando um pesquisador começa a explorar o universo dos arquivos e documentos, normalmente não tem a noção exata da grande variedade e das possibilidades de construir conhecimentos



a partir deles. Por mais que o jovem pesquisador tenha ideias para possíveis pesquisas, muitas vezes não sabe onde encontrar dados ou qual documento permite responder àquela pergunta anteriormente formulada. Ou, ainda, tem em suas mãos o documento e não sabe muitas vezes quais questões podem ser feitas a ele. Como já alertado em seções anteriores, os documentos de arquivo não podem ser interpretados enquanto retratos fidedignos da realidade, mas devem possibilitar reflexões mais críticas sobre determinado acontecimento e que remetem a períodos e contextos específicos. Logo, é necessária uma leitura atenta, amparada muitas vezes por outros documentos e pela própria teoria. São muitos os documentos que podem ser utilizados como ponto de partida para se escrever a história. Para termos uma dimensão aproximada do universo de documentos oficiais que existem nos mais diversos arquivos, selecionamos alguns fundamentais para pensar a história e a historiografia nacional.

***Autos de Querela*** – contém informações referentes a queixas variadas que ocorriam durante o período da *América portuguesa*, como defloramento, roubo, adultério, assassinato, agressão, etc. Em termos de estrutura, constava a data da queixa, o local da denúncia, os nomes do Juiz Ordinário e do Escrivão, seguido da caracterização do denunciante e, por fim, o conteúdo da denúncia, sendo uma descrição detalhada da queixa, onde também se inseria a caracterização do denunciado. A análise desse tipo de documento pode permitir dois tipos de abordagem, sendo uma delas de ordem quantitativa, dando conta do número de queixas apresentadas, mas também uma de ordem qualitativa, que, por meio dos relatos registrados, é possível fazer uma análise dos testemunhos que caracterizaram o período.

***Listas nominativas de habitantes*** – conhecidas também como mapas de população, formam os primeiros levantamentos da população realizados, a partir do século XVIII, visando fins militares, fiscais e estratégicos. Esse corpus documental listava nominalmente todos os indivíduos que viviam nas vilas e cidades recenseadas, registrando a composição de cada domicílio. Podem conter informações como: nome e sobrenome do chefe da propriedade, nome dos filhos, parentes, agregados e escravos, estado matrimonial, indicação de cor e da condição social, idade e ocasionalmente a renda anual do chefe. Servem como possibilidades de pensar

a demografia histórica e permitir um avanço considerável em temáticas ligadas à estrutura populacional e ocupacional, etc.

**Registros de casamento, de batismo e óbito** – mostram dados relacionados aos encontrados em registros civis, notariais, do Período Republicano no Brasil. Os de batismo são parecidos com os do nascimento – o primeiro documento oficial de cidadania –; os de casamento são similares, sendo que os do religioso incluem dados acerca do batismo e da crisma; e os de óbito correspondente, de igual maneira, à descrição de fatos relacionados ao falecimento de um indivíduo. Constitui por si só uma rica fonte de informações sobre os indivíduos do Período Colonial e Monárquico.

**Testamento** – é considerado um dos mais complexos registros históricos, pois apresentam relatos individuais sobre as últimas vontades e disposições em vida. São depoimentos que permitem refletir sobre situações vividas, retratos do cotidiano das pessoas, além dos desejos das últimas vontades em relação ao patrimônio e à família.

**Processos-crime** – surgem com o objetivo de combater e penalizar os culpados de atos desviantes, tendo base nas normas dos códigos canônico e civil, apresentando uma longa lista de infrações passíveis de serem mensuradas. Na esfera religiosa, mencionamos a negativa de quitação de dízimos; disputas na organização de festas litúrgicas; sacrilégios; heresias; roubos de igreja. No meio destes, ainda podemos encontrar os chamados delitos contra a moral e os desvios sexuais, como o adultério, a prostituição, o incesto, o estupro e os matrimônios ilícitos. Seguindo a mesma linha de raciocínio, no Período Colonial e Imperial, era comum aparecerem os autos cíveis, ligados ao foro público, que diziam respeito às ações que prejudicavam o bom andamento da vida em geral. Durante o Período Republicano, grande parte dos atos que até então eram considerados como infrações à moral e às determinações cristãs foram inseridos no Código Civil, podendo ser objetos de ações criminais e/ou civis. Assim como os autos de querela, os processos crime podem ser fontes para se pensar termos quantitativos, mas também uma reflexão mais qualitativa no que tange ao estudo do cotidiano e das formas de conduta presentes numa sociedade, além de possibilitar a compreensão das próprias mudanças do Direito Penal ao longo do tempo.

**Documentos acerca dos processos migratórios** - formam um rico conjunto de dados que fazem menção ao processo imigratório no Brasil durante os últimos anos do século XIX e primeira metade do século XX. De modo geral, são registros de controle de viagem (listas de bordo), de desembarque nos portos e de entrada de imigrantes em hospedarias. Permitem fazer um estudo mais demográfico, pensando a quantidade de imigrantes que entrou em dado período, mas também o próprio viver de cada um deles.

**Processo de tutela** - É o documento no qual um juiz nomeia um tutor para um órfão. Permite recuperar histórias familiares, práticas cotidianas e aspectos gerais da sociedade. Nesse sentido, é importante salientar que podia permitir a recuperação de histórias de famílias pobres, principalmente em fases de epidemias, quando havia um aumento no número de órfãos.

**Processos de cobrança, execução e adjudicação** - surgem em virtude de inadimplência. São documentos que servem para rastrear a trajetória de fortunas familiares e auxiliam os interessados em economias a refletir sobre o impacto das crises, internacionais e nacionais, no cotidiano dos produtores.

**Documentos de polícia** - são registros decorrentes da ação repressora do Estado e formam um acervo rico, composto por livros de ocorrência, prontuários de indivíduos, fichas de arquivos, entre outros, que definem práticas de contravenção e/ou ações criminosas. Assim como outros já citados, possibilitam uma análise sobre o estudo do cotidiano, mas também das formas de se portar em uma dada sociedade, principalmente no período imperial e republicano.



#### Assimile

O fato de um documento estar no arquivo decorre da sua importância. Mas, afinal, qual é seu valor enquanto tal? Ora, um documento pode ser útil por vários motivos. Um deles é porque pode ser entendido como o testemunho da organização e funcionamento da instituição a qual pertence; outro é porque deriva dele a informação sobre pessoas, coisas ou fenômenos (SCHELLENBERG, 2006, p. 182)



## Exemplificando

Vamos entender melhor o que um documento, como por um processo-crime, pode nos oferecer em termos de informações?



Em uma quarta-feira no dia nove de outubro de 1886, por volta das quatro horas da tarde, encontrava-se Pedro João da Costa, trabalhador livre encarregado da passagem do porto no rio Paranahyba, passando a carga dos barcos desta para a província de “Minas do Boiadeiro” localizada na margem oposta do rio com seu camarada João Baptista de Camargo, também responsável pela passagem de um porto para o outro. Naquele mesmo dia às seis horas da tarde chegara Luis Antonio Sabóia demonstrando grande ódio e profundo rancor contra Pedro João da Costa. Sabóia ao encontrar seu alvo ocupado pelo trabalho da barca entre João Batista e os outros ali presentes, decidiu tirar vantagem da situação, e de acordo com fonte intimou a todos que se retirassem de perto do alvo. Sem clemência nem justificativa, foi desfechando um tiro sobre o peito de Pedro ao lado do coração que fez a vítima sair cambaleando, quando estava prestes a cair, recebeu um segundo tiro que lhe prostrou quase cadáver por terra. Após o ocorrido Luiz Antonio Sabóia forçou com a mesma arma diversos índios que também estavam trabalhando ali a lançarem o corpo de Pedro no rio, a princípio os índios se negaram a cumprir a ordem, mas não tiveram escolha, Sabóia com um ódio imensurável obrigou-os a fazê-lo, ou poderiam perder suas vidas. Pedro ainda com pouca força, ao cair na água empurrado pelos indígenas, ficou acenando um dos braços à procura de ajuda, não obtendo alguma sequer. Pedro viu sua angústia partindo junto com a sua vida. Luis após cumprir o que tivera tomado como objetivo fugiu do local, sendo preso mais tarde em um bar. Assumiu o crime, e teve a pena máxima como punição (Disponível em: <<https://goo.gl/mdpCNh>>. Acesso: 8 jan. 2018).

Perceba que as informações contidas no documento nos permitem inferir a respeito de como os processos do passado estão imbuídos em complexas teias de significações: a grafia permite inferir sobre a época de produção do documento; o transporte ligado ao pequeno porto indica uma das profissões ali desenvolvidas; a presença indígena

na localidade, bem como a violência armada numa região de fronteira (Mato Grosso/Minas Gerais).

### **Acervos documentais: documentos de história oral**

Nas seções anteriores já fizemos referência às mudanças ocorridas no campo da história que impactaram diretamente nas fontes utilizadas para se escrever história, bem como na própria forma de se escrevê-la. Dentre as novidades, podemos citar a história oral que utiliza, como fonte primária, o depoimento. Segundo Alberti (2005, p. 155),



**História oral é uma metodologia de pesquisa e de formação de fontes e consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram ou testemunharam, acontecimentos e conjunturas do passado e do presente.**

Essa prática tornou-se cada vez mais recorrente a partir dos anos 1960, quando membros de grupos sociais que, de modo geral, não deixavam por escrito registros de suas experiências, passaram a ser protagonistas de histórias escritas por pesquisadores. Essa nova metodologia tinha como objetivo “dar voz” às populações ditas marginalizadas e possibilitar a escrita de uma História “vinda de baixo”. A História Oral possibilitou novas perspectivas no campo das ciências humanas, quando permitiu a identificação de inúmeras histórias, memórias e identidades de uma dada sociedade. Essa metodologia se consolida no Brasil na década de 1970, quando a Fundação Getúlio Vargas, a Biblioteca Nacional, o Arquivo Nacional e o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação se organizam e promovem o primeiro encontro no Brasil sobre o tema. Nesse contexto é que tem início a formação do acervo de entrevistas do Programa de História Oral do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas - importante referência da área.

O uso da metodologia do historiador nas entrevistas abre possibilidades para pensarmos em aspectos que até então eram

exclusivos dos documentos em papel e escritos: quais suportes utilizam, como se coleta a informação e como se arquiva. Da mesma forma, abre igualmente possibilidades para se discutir aspectos referentes ao caráter subjetivo das informações e como lidar com elas.



### Exemplificando

Um exemplo de depoimento utilizado como documento pela Comissão da Verdade é o da advogada Eny Moreira, responsável pelo reconhecimento do corpo de Aurora Maria Nascimento Furtado, vítima da Ditadura no Brasil, nos anos 1970. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=JD1CgsiVr4M>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

### Acervo documental: documentos audiovisuais

Não é novidade que compartilhamos um mundo repleto de imagens e sons capturados do dia a dia por meio da encenação ficcional, pelo registro documental e por meio de aparatos cada vez mais bem desenvolvidos. Tudo isso nos chega através dos meios de comunicação, sejam eles cinematográficos, fotográficos ou televisivos. Segundo Napolitano (2005, p. 235), “tudo é dado a ver e a ouvir; fatos importantes e banais, pessoas públicas e influentes ou anônimas e comuns”. Tal fenômeno não passa despercebido pelos historiadores, principalmente para aqueles que têm um interesse especial na História do século XX. De certa maneira, os documentos audiovisuais e musicais ganham cada vez mais espaço na pesquisa histórica.

O manuseio com esse tipo de material é desafiador. Para Napolitano (2005), as fontes audiovisuais podem ser consideradas “testemunhos quase diretos e objetivos da história” (NAPOLITANO, 2005, p. 238) – principalmente quanto possuem um caráter documental – pois contêm alto poder ilustrativo. Da mesma forma, fontes audiovisuais – que possuem um viés mais artístico do que histórico – podem ser problematizadas a partir da subjetividade que a compõe. Nesse sentido, é importante que os materiais audiovisuais sejam percebidos a partir de suas estruturas internas de linguagem, bem como os mecanismos utilizados para representar uma dada realidade.

Deste modo, para Napolitano (2005), o trabalho com fontes audiovisuais é marcado pela tensão entre subjetividade e objetividade, intervenção estética e registro documental, impressão e testemunho. Não é algo raro o historiador ficar indeciso entre deixar que o contexto determine o sentido do texto ou realizar a análise das fontes em si, considerado aqui como texto documental autossuficiente.

Vamos esclarecer esta ideia? Por exemplo, vejamos o quadro *O grito do Ipiranga*, de Pedro Américo: nos é colocado que a pintura se trata da cena histórica da Proclamação da Independência. No entanto, podemos ir além desta constatação e perceber a representação desta pintura como algo que vai além do seu título. E se perguntássemos a ela: que linguagem estética está aí colocada? Que gênero de pintura está ali expresso? Da mesma forma podemos pensar, por exemplo, os filmes com temas históricos. Tomemos como exemplo os filmes **Independência ou Morte (1972)**, de Carlos Coimbra, e **Carlota Joaquina (1995)**, de Carla Camurati. Considerados grandes sucessos de público, ambos contribuíram de modos diferentes para construir e consolidar uma imagem do período da Independência no imaginário social brasileiro: seja pelo viés oficial e melodramático, no primeiro caso, ou pelo viés satírico da chanchada, no segundo caso. Sem entrar no mérito das produções e muito menos defender um filme como “mais verdadeiro que o outro”, restaria ao pesquisador problematizar estes dois filmes, percebendo-os como documentos da época em que foram produzidos. Mais do que discutir o conteúdo das películas, cabe ao pesquisador discutir as condições e os contextos de produção de cada um deles, buscando respostas para as questões por ele colocadas anteriormente.

Em termos da salvaguarda desta **documentação audiovisual**, Napolitano (2005) alerta para o fato de que, no Brasil, não há uma política de preservação que procure protegê-la. Genericamente, o que não foi perdido está na posse de arquivos de instituições privadas, de colecionadores particulares ou em estágio de situação de risco, na medida em que não existe um controle ordenado desse material. Em termos nacionais, o material audiovisual mais preservado é aquele referente à memória artística e patrimonial do cinema. Em 1940 temos a criação da Cinemateca Brasileira, considerada um importante passo na coleta, catalogação,

preservação e disponibilidade para pesquisa de materiais fílmicos e de documentação escrita da área cinematográfica. Além disso, temos a Cinemateca do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro e o Museu Lasar Segall, responsáveis pela preservação de materiais ligados ao cinema do Rio de Janeiro e de São Paulo, respectivamente.

No **campo musical**, mas nitidamente no da música popular, a situação torna-se um pouco mais complexa. Não há uma prática de salvaguarda dos acervos de importantes gravadoras e inexistente uma política pública de guarda de fonogramas. Na maioria dos casos, matrizes originais de discos produzidos durante as décadas de 1950 e 1960 encontram-se destruídas, gerando uma representativa diminuição da qualidade da pesquisa histórica, com lacunas de informações importantes. Uma tendência recorrente é a grande quantidade de coletâneas musicais populares lançadas por gravadoras, sobretudo as gravadas a partir de 1970. O problema é que em muitos desses materiais não constam informações acerca dos álbuns em que as músicas estavam incluídas, sem nome de músicos envolvidos ou data de gravação. Para a pesquisa histórica, essas informações são fundamentais.

Por fim, o acesso às fontes relativas aos **programas televisivos** é, sem sombra de dúvida, o que possui maiores desafios para a pesquisa histórica. As emissoras televisivas não assumiram uma postura ativa na preservação de sua própria história. Seus arquivos são concebidos como propriedade particular, destinados quase que todos para consumo interno do setor de produção. Há algumas exceções de acesso, mas ainda assim não se tem uma política de acesso público. Outro fator complicador é que nos anos 1960, muitos programas televisivos eram transmitidos ao vivo, portanto sem possibilidade de guardar sua memória. O registro em suporte magnético começou a ser realizado em 1962, mas devido à falta de um funcionamento mais aprimorado, fitas eram reutilizadas para gravar outros programas. Além disso, entre as décadas de 1960 e 1970 ocorreram incêndios em algumas emissoras de TV (Record, Tupi, Bandeirantes), o que causou a destruição significativa dos documentos.

Nos anos seguintes, as grandes redes tiveram uma maior preocupação com a preservação, tendo como objetivo suportar sua própria produção, de forma que programas já televisionados



começaram a despertar um interesse de audiência. No entanto, museus públicos e arquivos foram ineficientes no desenvolvimento de uma solução e de preservação e coleta para essa área, restando ao historiador a pesquisa nas próprias emissoras. Os desafios para se trabalhar com esse tipo de documentação são inúmeros, como o próprio armazenamento desse material. Para termos uma ideia, os rolos de filme os suportes utilizados nos primórdios do cinema – além de se deteriorarem lentamente com o tempo, são compostos de nitrato de celulose, material que entra em combustão espontânea quando há calor. Isso gera uma série de cuidados em armazenar este tipo de documento.

Você já imaginou usar como fontes para a sua pesquisa filmes históricos ou novelas? Ou, ainda, músicas? Pesquisas a partir desses documentos são possíveis desde que haja uma boa pergunta a ser respondida e um referencial teórico que dê suporte à metodologia adotada.

### **Metodologia de pesquisa em acervos**

Para um jovem pesquisador, o processo de pesquisa pode parecer um problema e tanto. Mas afinal, por onde começar? Antes de visitar o arquivo, são necessárias algumas tarefas prévias. É preciso que o pesquisador selecione o mais claramente possível seu objeto de busca. Grande parte das instituições arquivísticas relaciona documentos a termos descritores, como nomes de pessoas, lugares ou eventos que façam referência a esses documentos. Quando um funcionário de arquivo se dirige ao pesquisador, espera que seja dada uma lista de termos que descrevam seu alvo: nomes de pessoas ou instituições, lugares ou períodos cronológicos específicos, etc. A partir da seleção do objeto, o pesquisador tem a ferramenta básica para visualizar quais instituições arquivísticas são necessárias visitar e, nelas, os arquivos e conjuntos documentais que devem buscar informações. Nesse sentido, uma importante ferramenta para encontrar possíveis documentos é entrar em contato com pessoas que pesquisaram ou escreveram sobre o tema em questão, mas também prestar atenção em notas de rodapé de trabalhos acadêmicos relacionados ao tema de pesquisa, em que se pode citar códigos de conjuntos documentais. A partir desse processo inicial, o pesquisador terá uma lista de descritores, que o possibilitará

localizar arquivos relevantes, por meio da consulta a catálogos, guias de arquivos e outros instrumentos de buscas. Chegando no arquivo o contato inicial com o responsável pelo atendimento é um encontro que pode simbolizar a chave para o sucesso ou o fracasso da pesquisa. Na primeira visita, geralmente o pesquisador fala sobre seu projeto, pede auxílio aos funcionários e busca compreender a lógica do arquivo. Para ter acesso aos documentos depositados nas instituições e nela encontrar os materiais necessários para a pesquisa, o primeiro passo é consultar o catálogo geral ou guia de arquivos, instrumento que mostra informações gerais sobre cada conjunto documental presente no arquivo.

Você fez o “dever de casa”: foi ao arquivo, separou a documentação necessária e, a partir daí, tem material para dar início às respostas das perguntas que você propôs em sua pesquisa. Os pontos acima destacados não são a única maneira de se fazer pesquisa em arquivos, mas são possibilidades a ser levadas em consideração. Cada pesquisa tem sua peculiaridade e cabe ao interessado saber o que e como fazer, dependendo de seus interesses e seus questionamentos. O trabalho é complexo, mas também se torna gratificante na medida em que a narrativa vai surgindo do cotejamento entre documentos e o próprio processo da pesquisa.



### Refleta

O documento abaixo é um Salvo-Conduto, uma autorização para que as pessoas possam viajar livremente. Por que as pessoas precisariam deste tipo de permissão para se deslocar? De que período trata este documento? O que documentos como este podem nos revelar?

Figura 4.1 | Salvo Conduto de Aristeu dos Santos (1943) –Acervo Museu Municipal de Colina

Válido somente para fins de viagem

T. C. I. 290 Nº 40048

Nome: *Aristeu dos Santos*

Pai: *Raul dos Santos*

Mãe: *Fortunata dos Santos*

Lugar do nascimento: *Colina*

Estado de: *São Paulo*

Data do nascimento: *24-2-1927*

Estado civil: *Solteiro*

Profissão: *Soldado*

Cidade: *Colina*

Data: *16* de *XI* de 19*43*

(Autoridade)

(CARGO)

Fonte: <<https://goo.gl/ZTWrrk>>. Acesso em: 8 jan. 2018.



Pesquise mais

Vários arquivos estão disponibilizados para pesquisa on-line. O Instituto Antônio Carlos Jobim, criado em 2001, por exemplo, é uma instituição que disponibiliza arquivos de importantes artistas brasileiros. Disponível em <<http://portal.jobim.org/pt/o-instituto/>>. Acesso em: 8 jan. 2018.

## Sem medo de errar

O desafio desta seção era o de pensar de que forma os diferentes tipos de documentos, encontrados nas mais diversas instituições, podem ser o ponto de partida para a construção do conhecimento histórico. De maneira específica, o convite era de que pudéssemos refletir acerca da importância das fontes documentais como ponto de partida para a construção da história, problematizando aspectos do período de Ditadura no Brasil. Ora, após anos de discussão e debates, impulsionados em muitos casos por demandas sociais, instituiu-se a Comissão da Verdade, que auxiliou a criar arquivos de depoimentos pessoais referentes ao período, trazendo à tona acontecimentos até então relegados ou esquecidos.

Além disso, o **testemunho** passou a ser utilizado pelo historiador como uma fonte de pesquisa tão importante quanto às fontes documentais tradicionais. Apesar de não poder punir os torturadores ou as pessoas ligadas ao governo ditatorial, a Comissão permitiu que se tivesse acesso a documentos relativos a temas como a tortura. Muitas discussões surgiram a partir daí, como a respeito da veracidade dos depoimentos, bem como quais seriam as possibilidades de se trabalhar metodologicamente com os depoimentos a fim de tratá-los como documentos para se escrever história. Não apenas se percebeu o quanto os depoimentos são importantes, como também se consagrou como uma forma de escrever sobre a história recente do país. É, por exemplo, nesse ínterim, que surgem campos do conhecimento histórico, como é o caso da História do Tempo Presente, que “resulta de uma evolução própria à historiografia e ao universo científico, mas acompanha também uma ‘demanda social’ de história” (ROUSSO, p. 196, 2016).

Envolvido em tudo isso, um elemento recorrente foi justamente o testemunho, algo que pode ser coletado por meio da história oral. O testemunho, nesse sentido, segundo Henry Rouso (2016), vem seguido de uma reflexão que envolve a vítima e a vitimização, não apenas por todos os acontecimentos traumáticos que ocorreram ao longo do século, mas também porque as nossas sociedades responderam a tudo isso por meio de políticas de reconhecimento, de reparações, sobremaneira materiais, concedendo às diferentes categorias de vítimas verdadeiros *status* jurídicos, políticos e sociais.

Do mesmo modo que as primeiras entrevistas para o acervo do CPDOC tiveram grande importância e auxiliaram a entender de que forma o Estado brasileiro permitiu a ocorrência do Golpe Militar, a coleta de depoimentos individuais e seu uso para a escrita da história foram fundamentais para se saber mais sobre o cotidiano de cidadãos comuns e sua relação com o estado de exceção. Nesse sentido, importa perceber a importância da diversidade destes documentos para a produção da história e os desafios que elas representam ao historiador, tanto no acesso a elas, como no cotejamento com outras fontes.

## Faça valer a pena

1. Leia os excertos de jornais que circulavam no Brasil no século XIX:

Alma a igreja de S. Pedro. 1-0

**Bonitos escravos avenda.**

Vende-se a preço razoaveis, bonitos moleques para pagem, um copeiro um cosinheiro, um sapateiro, um arreador de tropa, duas bonitas mocambas prendadas, e mais alguns escravos, moços, sadios e reforçados.

Na rua da Tabatinguera chacara de Antonio Rodrigues Duarte Ribas. 1-12

Fonte: Correio Paulistano, 5 de julho de 1862. Disponível em: <<https://goo.gl/3csg9F>>. Acesso em: 8 jan. 2018.

**FUGIO** do abaixo assignado hoje, as 6 horas do dia uma escrava de nome Eulalia, crioula da Bahia, bem preta, estatura regular, cara redonda, cabellos cortados, com um filho de nome Bento, de dous annos de idade, preto fula, com sarnas pela cabeça. Levou vestido novo, de riscado azul, e baeta vermelha. Continúa fugida a escrava do abaixo assignado, de nome Emilia, de nação, que foi da sra. d. Maria Salles. Consta que se acha acoutada. Gratifica-se a quem capturar as mesmas escravas.

S. Paulo 23 de Dezembro de 1867.

Joaquim José Gomes. 4-3

Fonte: Correio Paulistano, 27 de dezembro de 1867. Disponível em: <<https://goo.gl/3csg9F>>. Acesso em: 8 jan. 2018.

A partir da leitura dos documentos acima, pondere as assertivas:

- I. Os anúncios apresentados tratam de temas relativos à escravidão no Brasil.
- II. As informações presentes nos jornais permitem perceber algumas das atividades que os escravos desenvolviam na sociedade colonial.
- III. O anúncio de fugas de negros escravizados são indícios da resistência ao modelo escravagista vigente.
- IV. Os recortes de jornal permitem perceber a imparcialidade deste veículo de comunicação como fonte para o historiador.
- V. Os anúncios evidenciam o público leitor do jornal.

Assinale agora a alternativa correta:

- a) As alternativas I, II, III e V estão corretas.
- b) Apenas as alternativas I, II e III estão corretas.
- c) Apenas as alternativas II, III e IV estão corretas.
- d) Apenas as alternativas IV e V estão corretas.
- e) Apenas as alternativas II e V estão corretas.

**2.** Nos anos 1940, Wilson Batista e Ataulfo Alves compuseram o samba chamado *O Bonde de São Januário*. Até hoje existe uma polêmica em torno da letra da música que teria sido alterada por conta da censura vigente no governo de Getúlio Vargas. A versão original diria: “O Bonde São Januário leva mais um sócio otário, sou eu que vou trabalhar”. Enquanto essa é a versão após a atuação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP): “O Bonde de São Januário leva mais um operário, sou eu que vou trabalhar”.

A partir do samba apresentado, assinale a alternativa correta:

- a) A produção musical é carregada de subjetividade e seu uso como documento entra em contradição com a produção da história.
- b) A produção das duas versões da música permite pensá-la como uma fonte da produção cultural do período e possibilita entender diferentes aspectos da sociedade.
- c) Os diferentes gêneros musicais se apresentam numa hierarquia de valores na qual a música erudita se sobressai ao samba.
- d) As mudanças da letra da música não alteram o seu sentido, uma vez que música como entretenimento limita seu uso como documento.
- e) No exemplo citado, a alteração ou não da letra do samba não reflete no resultado da pesquisa, caso a música seja objeto de interesse do historiador.

**3.** A fotografia abaixo apresenta a turma do jardim da infância, do ano de 1957, do Colégio Caetano de Campos/SP.

Turma do jardim da infância (1957) – Colégio Caetano de Campos/SP



Fonte: <<https://goo.gl/9AS2uo>>. Acesso: 8 jan. 2018.

Observe a imagem, leia as assertivas e assinale a alternativa correta:

- I. As fontes imagéticas são consideradas fontes de pesquisa pelos historiadores, quando acompanhadas de textos explicativos.
- II. A fotografia permite perceber elementos visuais significativos referentes à turma de jardim de infância que está representada na imagem.
- III. As fotografias devem ser levadas em consideração como sinônimo da realidade, ou seja, comprovando o que aconteceu no passado.
- IV. A postura das crianças e da professora, suas roupas e a disposição em que estão na fotografia produzem um discurso de ordem e hierarquia em relação ao espaço no qual estão.
- V. Os acervos fotográficos são importantes documentos para o historiador e perdem o valor quando são digitalizados.

A partir das informações, assinale a alternativa correta:

- a) São corretas as alternativas II e IV.
- b) São corretas as alternativas II e V.
- c) São corretas as alternativas IV e V.
- d) São corretas as alternativas II e III.
- e) São corretas as alternativas I, e V.

## Seção 4.3

### Arquivos e instituições de salvaguarda

#### Diálogo aberto

Nosso estudo tem nos mostrado o quanto o fazer histórico se modifica com o passar do tempo e o quanto os documentos são importantes neste processo. Percebemos também que o acesso aos arquivos e às instituições de salvaguarda são fundamentais para que os historiadores possam produzir conhecimento.

Em unidades e seções anteriores já debatemos as impressões que temos de que o tempo passa mais rápido e o quanto isso impacta nas questões relativas às políticas de memória, como no caso do patrimônio cultural e dos museus e de que forma estas discussões são apropriadas pela escola. Como se comportam as instituições arquivísticas em relação a este aspecto? Que tipo de documentação armazenam? Quais são suas características? Quais são as diferenças entre Arquivos e Centros de Documentação? Como estas instituições lidam com a quantidade de informações que a sociedade contemporânea produz? O que se guarda e o que se descarta nas instituições de salvaguarda? As tecnologias de gestão e de informação causam impactos no que diz respeito à salvaguarda de documentos nos arquivos e, de forma mais específica, na produção do conhecimento em sala de aula? Percebemos ao longo do estudo realizado que o saber histórico se constrói em diversos espaços, como os museus, como pontuamos em seções anteriores. De que forma isso se aplicaria aos arquivos? Mais do que isso: diante da realidade que nos mostra o quanto a prática da pesquisa em arquivos não é prática habitual no sistema regular de ensino nacional, de que maneiras as instituições de salvaguarda e de ensino poderiam superar estes desafios? Os conteúdos trabalhados nesta seção nos orientarão no sentido de buscar respostas a estas perguntas, bem como provocar reflexões contundentes sobre o tema proposto.



### Arquivos e instituições de salvaguarda

Nas duas seções anteriores falamos brevemente do universo dos arquivos. Nesta seção nosso enfoque tratará de forma mais específica das instituições de salvaguarda de documentos e de seus arquivos, tendo como principal enfoque os casos do Brasil.

Um destes arquivos é o do **Poder Executivo**, no qual sua documentação pode ser encontrada no Arquivo Nacional, mas também em instituições municipais e estaduais. Neste acervo, encontramos informações importantes, como as listas nominativas de habitantes. Tratam-se de levantamentos elaborados a partir de meados do século XVIII até as primeiras décadas do Império. Seu uso como fonte documental tem demonstrado maior interesse a partir da década de 1970, quando passaram a ser consideradas fundamentais para se pensar temáticas como população e família. Dentre elas, podemos citar o trabalho da historiadora Maria Luiza Marcilio, que mostrou, através dessas listas, que a teoria de que a capitania de São Paulo tivera um sério período de “decadência” demográfica e econômica ao longo do auge da mineração aurífera não era pautável. Pelo contrário, constatou que a população paulista daquele período continuou a crescer.

Outro destes arquivos é o do **Poder Legislativo**, que pode ser procurado com o objetivo de consultar os documentos originais da legislação, embora tal documentação seja encontrada em versões publicadas em coleções legislativas e diários oficiais. Através destes documentos podemos conhecer as acaloradas discussões travadas ao redor de assuntos polêmicos, tais como a abolição do tráfico e da escravidão, a organização das terras depois da extinção do regime de sesmarias, o tráfico interno de cativos, a recepção de projetos para aproveitamento da imigração europeia, as vantagens e as desvantagens da introdução de imigrantes de origem chinesa e africana, dentre outros. Podemos destacar o trabalho de **Célia Maria Marinho de Azevedo**, *Onda negra, medo branco*, no qual recorre aos debates parlamentares sobre o problema do negro e da escravidão na sociedade brasileira.

Os **Arquivos do Poder Judiciário** são outro exemplo. De forma geral, nessas instituições são disponibilizadas uma variedade de

volumes de inventários e testamentos, autos cíveis e autos crimes. Um caso curioso a partir do qual podemos refletir acerca de sua trajetória diz respeito ao contexto do final da década de 1990, relativo a uma iniciativa extremamente polêmica adotada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Este Tribunal autorizava os juizes das comarcas a eliminarem a documentação considerada sem valor histórico. A justificativa desta ação pautava-se pela necessidade de recuperar espaços ditos ociosos e que estavam ocupados pela documentação histórica de grande volume. No entanto, foi considerada como prioridade consultar historiadores e arquivistas sobre a validade de sua conservação. A medida foi suspensa temporariamente, mas demonstra, minimamente o que pensam as autoridades judiciais a respeito da preservação da memória brasileira e do Poder Judiciário em si.

Um outro conjunto documental importante são os **Arquivos Cartoriais**, que enfrentam sérios riscos de conservação. Apesar do sucesso obtido por algumas instituições públicas estaduais e até mesmo municipais em recolher tal documentação, muito ainda resta dela nos próprios cartórios. As séries documentais dos arquivos cartoriais são formadas de registros dos mais variados, dos quais podemos citar os de registros de procurações, notas, escrituras e registros civis. No que tange a trabalhos realizados com tais documentação, podemos citar o da historiadora **Hebe Mattos de Castro**, que se valeu dos registros civis da população para acompanhar, por meio de pesquisa instigante, o que ocorreu com os escravos libertos em 1888 para escrever a obra *Das Cores do Silêncio*.

Por fim, destacamos os **Arquivos Eclesiásticos**, de natureza religiosa. Reúnem um considerável volume de documentos, nem sempre facilmente acessíveis. Destes, destacamos os da Igreja Católica, cujos acervos estão acomodados nas cúrias diocesanas. A documentação é rica e variada, compondo-se de registros paroquiais de casamento, batismo e óbito, processos diversos, livros-tombo das paróquias e correspondência, organizados pelo nome das paróquias e em ordem cronológica. De modo geral, os arquivos católicos preservaram pequena documentação referente aos séculos XVI e XVII, passando a ter maior representatividade no século XVIII. Podemos destacar a importante obra de **John Monteiro**, *Negros da Terra*, no qual fez uso desses registros para reconstituir a população de índios administrados em São Paulo colonial.

Todos os exemplos acima oferecem inúmeras possibilidades de pesquisa a quem tiver interesse. É importante levar em consideração as sugestões dadas nas outras seções para que a sua investigação ocorra da melhor maneira possível, sem nenhum inconveniente ou algo do tipo.

### Arquivos e centros de documentação

A partir da década de 1970, se consolidaram, no Brasil, os primeiros centros de documentação voltados para a pesquisa histórica. Dentre eles, podemos citar: o Centro de Memória Social Brasileira, do Conjunto Universitário Cândido Mendes, o Centro de Memória da Universidade de Campinas – CMU, e o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC. Paralelo a isso, segundo Moreira (1990), começa-se a despertar uma consciência nacional destacando a importância da preservação de documentos, sejam eles privados ou públicos, fazendo parte do patrimônio documental nacional.

Na medida em que os centros de documentação vão surgindo, aumenta também o interesse de pesquisadores estrangeiros em estudar o Brasil. Chamados de **brasilianistas**, estes pesquisadores passaram a se interessar por questões da América Latina, muito motivados pela ocorrência da Revolução Cubana, o que despertou nas agências de financiamento e nas universidades norte-americanas a necessidade de conhecer melhor a América Latina e, desta forma, avaliar melhor a política externa dos EUA. As pesquisas realizadas por estes estrangeiros a respeito do Brasil trouxeram à tona uma gama de problemas enfrentados pelo pesquisador brasileiro, como o acesso às fontes documentais, os limites dos cursos de graduação – voltados quase que exclusivamente para a formação de professores – e a ausência de uma estrutura eficaz que garantisse recursos financeiros necessários para o bom desempenho profissional do pesquisador e a falta de uma legislação de arquivos que regulamentasse sua prática.

Quando se fala da preservação de uma memória nacional, durante muito tempo se pensou apenas em monumentos da nação. A partir de 1946, com o fim do Estado Novo e a aprovação da nova Constituição, é que se introduziu a proteção ao patrimônio documental. Mas, ainda assim, a preocupação não se traduziu em

termos práticos, em medidas que assegurassem a salvaguarda e o recolhimento de documentos presentes no Arquivo Nacional, criado em 1838. Além disso, até o presente momento não havia uma atenção dada a períodos mais recentes da história brasileira, mas sim os da Colônia e Império, no qual os documentos não ficavam apenas no Arquivo Nacional, mas sim em locais como Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Museu Imperial de Petrópolis.

Já, na década de 1960, o interesse no período histórico mais recente do Brasil se acentuou, mas as condições das principais instituições arquivísticas apresentavam limites. Surgiram, dessa forma, os primeiros centros de documentação, tendo como objetivo principal a preservação dos documentos contemporâneos, principalmente os privados. Nesse sentido, os brasilianistas tiveram papel fundamental em chamar a atenção para a importância de tais documentos, mostrando para a sociedade, através de suas pesquisas, a relevância desse tipo de fonte na construção da história do Brasil recente. Nesse processo, podemos citar dois momentos nos quais é possível perceber uma movimentação da sociedade no sentido de atentar para a necessidade de se preservar a memória recente do Brasil. O primeiro deles diz respeito ao contexto do início da década de 1970, quando membros da Comissão Histórica das Forças Terrestres Nacionais determinaram as primeiras medidas para uma grande operação de levantamento de documentos espalhados pelas várias regiões brasileiras. Em 1972, há a contratação, pela Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), de Stanley Hilton (docente no Departamento de História do Williams College, de Massachussets, EUA), para implantar e tomar a direção do Centro de Estudos de História Contemporânea do Brasil, ligado ao Arquivo Nacional. Além disso, o professor norte-americano ministraria o curso de teoria e prática da pesquisa histórica, do programa de pós-graduação da Universidade Federal Fluminense, no qual seus alunos ficariam responsáveis pela pesquisa e catalogação dos documentos relacionados ao período governamental varguista, já recolhidos ao Arquivo Nacional. A reação da comunidade acadêmica já se fez perceber no mesmo ano, quando houve o I Congresso Brasileiro de Arquivologia.

Ao longo das décadas seguintes, principalmente no governo de Artur da Costa e Silva foram tomadas uma série de medidas objetivando promover uma significativa mobilização de recursos

– por meio de financiamentos do próprio governo e de agências e fundações estrangeiras – e capacitar o aparelho estatal de uma estrutura institucional adequada. Dentre elas, podemos citar: a criação, em 1969, do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, a estruturação das atividades de ciência e tecnologia em termos de Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; etc. Nesse sentido, os programas de desenvolvimento científico e tecnológico tinham em comum a relevância dada à informação, mais especificamente à recuperação, ao processamento técnico daquelas atualizadas e fundamentais para o desempenho mais qualificado das pesquisas. É nesse ínterim que surgiram os primeiros centros de documentação voltados para a pesquisa histórica, os quais tinham o objetivo de sistematizar as informações na área das ciências sociais, tornando-as acessíveis ao pesquisador.



## Refleta

Sabemos que no governo de Costa e Silva (1967-1969) foi decretado o AI5, responsável pelo recrudescimento da Ditadura no país. Ao mesmo tempo, acabamos de estudar que foi durante o seu governo que houve um investimento significativo na produção do conhecimento histórico. Isso não parece contraditório? Ora, durante o período de exceção, as informações que circulavam no Brasil eram censuradas e o Governo Ditatorial apoiava a produção de narrativas sobre o Brasil que exaltassem o nacionalismo que defendiam. Nesse sentido, nada mais lógico do que controlar os arquivos e o acesso a eles como forma de controlar também o que era produzido a partir deles, não é mesmo?

O primeiro programa governamental na área cultural só surgiu em 1975, quando a Empresa Brasileira de Inovação e Pesquisa (Finep), por meio do Programa de Apoio à Cultura (Procultura), tornou mais facilitada a aprovação e liberação de recursos para a implementação de projetos na área de Ciências Sociais. Tendo como objetivo o aperfeiçoamento e a ampliação dos programas de pós-graduação quanto à realização de pesquisas em torno das quais seriam desenvolvidas as atividades prioritárias das instituições, beneficiou instituições como o Arquivo Nacional, o CPDOC, a Fundação Casa de Rui Barbosa.

Por um lado, haviam os centros de documentação já tradicionais, que se encarregavam do processamento técnico de informações atualizadas, cujo ponto-chave era a rapidez, não só de sua recuperação, mas também, principalmente, do seu envelhecimento, resultado de trabalhos de pesquisas. Por outro, haviam os novos centros, que se dedicavam à preservação, organização e divulgação de acervos históricos. Nesse sentido, podiam ser caracterizados em dois grandes grupos, em função do tipo de acervo constituído. O primeiro deles é formado por acervo a partir do desenvolvimento das variadas linhas de pesquisa, caracterizando-se, assim, como um conjunto não orgânico de documentos. Eram, em geral, cópias de documentos de arquivos, museus e bibliotecas, cuja acumulação não obedecia a uma linha de acervo pré-estabelecida, mas sim aos interesses de pesquisa. Já o outro grupo era formado por aqueles centros que definiram sua linha de acervo em virtude de um período histórico, a partir das características dos produtores de documentos (pessoa ou instituição).

Nesse processo, o movimento de apoio às Ciências Sociais ganha um reforço a partir de 1975, quando entrou em vigor a nova política nacional de cultura definida pelo Ministério da Educação e Cultura que passou a estimular a participação das universidades nas atividades de levantamento de acervos arquivísticos com valor histórico, fortalecendo cada vez mais a criação de centros de documentação vinculados a estabelecimentos federais de ensino.



### Pesquise mais

Muitos dos arquivos pessoais de pessoas públicas são transformados em centros de documentação e disponibilizados para o público. Um dos casos é a Casa de Rui Barbosa, que além de museu possui um rico acervo. Conheça este espaço através da reportagem veiculada na TV Brasil, disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=iOENVBKQhg>>. Acesso em: 29 jan. 2018.

## Arquivos e técnicas de conservação de documentos

A salvaguarda e preservação de documentos são fundamentais, pois permite que tenham maior durabilidade no futuro. No entanto,

elementos nocivos colocam em risco esse processo, assim, tornam-se necessárias medidas preventivas. Os acervos de arquivos e bibliotecas são em geral formados de livros, fotografias, obras de arte, mapas, manuscritos, revistas, etc, que utilizam, em sua maioria, o papel como suporte de informação, além das tintas das mais variadas composições. Se o papel se deteriora, a informação também. Por isso é que são necessários cuidados especiais relativos à conservação e preservação dos documentos. Cassares (2000), especialista em restauração de documentos, aponta que o cuidado inclui processos complexos que passam por sua **higienização** (limpeza do documento), **pequenos ajustes** (intervenções paliativas),  **acondicionamento** (proteção) e **armazenamento** (guarda).



### Exemplificando

Conheça, na prática, alguns dos processos que envolvem o cuidado com a documentação de arquivo no vídeo disponível em: <<https://goo.gl/3ys4tz>>. Acesso em: 29 jan. 2018.



### Assimile

#### Preservação, conservação e restauro



**Preservação:** conjunto de medidas e estratégias de ordem administrativa, política e operacional que contribuem direta ou indiretamente para a preservação da integridade dos materiais.

**Conservação:** conjunto de ações estabilizadoras que visam desacelerar o processo de degradação de documentos ou objetos, por meio de controle ambiental e de tratamentos específicos (higienização, reparos e acondicionamento).

**Restauração:** um conjunto de medidas que objetivam a estabilização ou a reversão de danos físicos ou químicos adquiridos pelo documento ao longo do tempo e do uso, intervindo de modo a não comprometer sua integridade e seu caráter histórico. (CASSARES, 2000 apud BRASIL, 2012, p. 2)

Vimos até aqui uma série de cuidados que o profissional de arquivos deve ter em relação ao documento. Isso nos faz perceber o longo e complexo caminho que o documento passa até chegar nas mãos do pesquisador. No entanto, outros aspectos também nos chamam atenção. Se o trato com o documento é tão delicado e demorado, como os arquivos procedem diante da infinidade de documentos sendo produzidos a todo instante? Todos estes documentos são armazenados? Será que as novas tecnologias, como a internet e a digitalização, trazem benefícios para a organização dos arquivos e o acesso às informações? Esta é a reflexão proposta para o próximo item.

### **Arquivos e desafios contemporâneos**

Ao longo da unidade, pudemos conhecer e debater alguns aspectos ligados às características e problemáticas referentes ao universo dos arquivos e também às várias questões que envolvem os documentos e suas possibilidades de pesquisa. Pudemos perceber a importância de tais acervos para a construção das mais diversas histórias. Resta-nos, no entanto, debater quais são os desafios enfrentados pelas instituições de salvaguarda diante de uma sociedade que se modifica muito rapidamente e como essa discussão se apresenta em meio a quem se relaciona cotidianamente com esse universo.

Em primeiro lugar, é necessário deixar claro que um arquivo é um espaço de poder. Ele atua como um local de escolha de memórias (individuais ou coletivas) e no seu compartilhamento. Nesse sentido, segundo Barros (2007), é preciso que um arquivo histórico possibilite a representatividade de diversas memórias, enriquecendo e incorporando as mais diversas identidades regionais. Para alcançar tal feito, uma das estratégias sugeridas pela autora é a de se fazer um investimento em uma política de salvaguarda e enriquecimento dos conjuntos documentais colocados à disposição da comunidade. Uma democrática política de arquivos não contempla apenas arquivos administrativos, mas sobretudo aqueles de caráter privado, das mais diferentes origens: empresas, associações, personalidades da região, famílias, etc. Do mesmo modo, é fundamental que as instituições arquivísticas arrecadem e aceitem em seu corpus documental testemunhos orais, fotografias e diversos outros tipos



de documentos possíveis para a construção das narrativas históricas, buscando contemplar a diversidade de memórias e a formação de uma identidade heterogênea.

Seguindo tal raciocínio, é preciso que se tenha uma visão integrada dos arquivos. Integrada, segundo Barros (2007), no sentido de se pensar não apenas a preservação do patrimônio documental, mas também na própria gestão de documentos.



## Exemplificando

### Family search

Leia a notícia abaixo, do site da Arquidiocese de Natal, que exemplifica como diferentes instituições podem se articular, propiciando fontes de investigação riquíssimas para os historiadores:



Em janeiro de 2017, a instituição americana Family Search firmou uma parceria com a Arquidiocese de Natal. A Family Search é uma organização que trabalha com pesquisas genealógicas. A parceria garante a digitalização dos arquivos da cúria metropolitana, bem como das paróquias que compõem o território arquidiocesano. Esse projeto, além de garantir a preservação das informações contidas nos documentos, permitirá o acesso a dados relevantes para a pesquisa de história das famílias. (Disponível em: <<https://goo.gl/4oCKEB>>. Acesso em: 8 jan. 2018.)

Os arquivos possuem papel fundamental na formação de uma cidadania ativa; constituem-se em instituições que oferecem serviços públicos e por este motivo devem estar disponíveis aos cidadãos que, por sua vez, têm direito de acessá-los. Na atualidade, são muitas as dificuldades que estas instituições enfrentam. A mais recorrente – e a mais generalizada em se tratando de serviços públicos – é a falta de verbas para investimentos no setor. Como vimos anteriormente, o processo de conservação dos documentos é bastante caro: além de exigir mão de obra especializada, os materiais que envolvem essa prática são caros. Outra questão enfrentada pelas instituições de salvaguarda é a falta de espaço físico adequado para armazenar

as coleções. Esse fato impede que muitas coleções particulares sejam acolhidas por instituições e disponibilizadas para o público. Do contrário, elas podem ser perdidas por falta de cuidado ou ainda ficarem a cargo de grupos ou pessoas que se apropriam desse material e não o disponibilizam para o público.

Outra dificuldade percebida na atuação dos arquivos é a comunicação com o público que o frequenta. De um lado, o pesquisador não sabe direito o que procurar, de outro, as informações seguem uma organização bastante específica. No Arquivo Regional da Madeira, por exemplo, percebeu-se que a maior parte das solicitações dos pesquisadores se encaixava na área de genealogia e história da família. Nesse sentido, a administração do arquivo criou sumários dos registros paroquiais que facilitaram o acesso à informação e, com isso, resolveu parte do problema.

Uma opção para facilitar o acesso aos documentos é a utilização de novas tecnologias de informação, como a internet e a digitalização. A web tem vários mecanismos de busca, acesso, difusão e compartilhamento da informação, possibilitando ao usuário diversos usos. Mariza (2012, p. 62) firma uma relação existente entre arquivos e internet, uma vez que “a disponibilização de acervos [...] na rede apresenta muitas vantagens: facilitar o acesso, atingir um público maior, ampliar o atendimento aos pesquisadores, permitir pesquisas, aumentar a divulgação entre outras”. Além disso, a internet propicia, segundo a autora, que as próprias instituições divulguem sua imagem e seus serviços, possibilitando uma mudança no relacionamento com o público, fazendo com que ele se aproxime dos arquivos.

Não obstante, devemos ressaltar que a maior facilidade no acesso aos documentos e à sua disponibilização na rede não substitui o arquivo em si. Por mais que na atualidade existam suportes digitais capazes de armazenar grande quantidade de documentos, sempre estão à mercê de panes digitais ou de expiração do prazo de validade dos suportes – problemas que vêm sendo cada vez mais debatidos no universo da arquivística. Essa questão incrementa o acalorado debate da área a respeito da necessidade ou não de armazenar o documento mesmo após sua digitalização.

Por fim, cabe fazer referência à relevância dos acervos documentais e sua utilização em sala de aula. Embora esta relação

seja limitada (são inúmeros os motivos que impossibilitam o trabalho das escolas nos arquivos), é fundamental que os alunos percebam sua importância, pois possibilitam a eles, desde cedo, ter uma consciência acerca da necessidade de preservação dos arquivos em uma dada sociedade. Como vimos ao longo da unidade, as possibilidades que os arquivos oferecem para a escrita da história também podem servir de reflexão para a construção do conhecimento histórico, então por que não ensinar história regional a partir dos próprios documentos do arquivo da região? Realizado de maneira cuidadosa e crítica, haverá um envolvimento bem maior dos alunos, pois eles poderão, em muitos casos, reconhecer-se ali. E tudo isso indo ao encontro da formação de um indivíduo cidadão, que busca uma sociedade melhor para si e para os outros.

### Sem medo de errar

O desafio desta seção era refletir a respeito das informações contidas nos arquivos e em que medida elas se constituem possibilidades de trabalho em sala de aula. Ora, se a produção de conhecimento é, como já vimos, construída a partir dos documentos, nada mais razoável que sejam ponto de partida, para que, em sala de aula, este conhecimento seja desenvolvido de forma conjunta. Uma das possibilidades, como o nosso estudo aponta, é a utilização de arquivos disponíveis para a consulta pública: arquivos do Executivo, do Legislativo e do Judiciário. Estas fontes permitem abordar uma série de temas de História que dizem respeito ao Estado, mas também à participação – ou não – das pessoas de determinadas localidades nas tomadas de decisões políticas. Para além dos arquivos cujas fontes dizem respeito às questões políticas administrativas, podemos contar com os arquivos e os centros de documentação que possuem um rico e diversificado acervo.

Nosso estudo mostrou um conjunto variado de exemplos de arquivos, cuja documentação é composta de fotografia, mapas, músicas, etc., que podem ser levadas para sala de aula a fim de serem problematizadas. Um dos grandes ganhos da sociedade atual é justamente ter acesso aos documentos digitalizados que estão disponíveis nas bases de dados dos arquivos. Importa ressaltar, no entanto, que ter acesso ao documento não significa, por si só, produzir conhecimento. É necessário que seja problematizado, cotejado

com outras fontes e que obedeça a referências teóricas e caminhos metodológicos estabelecidos a priori pelo pesquisador. Portanto, é nesse sentido que ressaltamos a importância de que os arquivos e centros de documentação e seus acervos sejam conhecidos e trabalhados nas escolas, pois elas são um dos ambientes nos quais o conhecimento histórico é produzido a partir do debate em torno dos documentos e sua utilização. É no decorrer deste percurso que o indivíduo se reconhece enquanto sujeito histórico, portador de uma história, ligado a um ambiente e condições sociais, ao mesmo tempo em que consegue se situar temporalmente. Dessa forma, o ensino de História ganha devida importância, pois, segundo Rüsen (2001), ele se constitui a partir da validação da experiência do aluno, em meio à interpretação de conceitos e temas próprios da Ciência da História e a aplicabilidade na vida prática. Tal aplicabilidade ocorre pelo desenvolvimento de um senso crítico e certa postura diante dos questionamentos e problemas do presente. É nesse sentido que se torna imprescindível o uso de fontes em sala de aula para que se produza conhecimento.

A partir das discussões realizadas na seção, percebemos que são inúmeras as possibilidades que os arquivos e seus acervos podem trazer ao ensino de História. Da mesma maneira que o aluno pode aprender sobre Império brasileiro assistindo a uma novela na televisão, pode compreender o mesmo tema com matrículas de classificação de escravos. Cabe ao profissional da educação saber intermediar as discussões para que o aluno consiga entender o contexto exposto e adquirir uma consciência mais crítica, refletindo sobre o seu próprio presente. As instituições de salvaguarda e arquivos citadas acima oferecem inúmeras possibilidades de o profissional da educação preparar suas aulas, instigando o aluno a problematizar sobre determinados assuntos a partir de diferentes maneiras de se lidar com o conhecimento.

## Faça valer a pena

1.

Os documentos aqui mencionados guardam narrativas de e sobre sujeitos marginais. São dossiês que documentam



a vida institucional de homens infames. Amontoam-se nos arquivos que as instituições de isolamento insistem chamar de arquivo morto, para desespero dos arquivistas e de alguns historiadores. Em outros casos ainda, tornam-se entraves na luta por mais espaço físico frente a superlotação humana. São muitas vezes considerados simplesmente papel velho que extrapola o espaço do arquivo morto, cujo destino são as salas em desuso, os lugares insalubres e os depósitos. São arquivos que tratam daqueles que estão à margem da sociedade e que também estão à margem dentro das instituições que os produziram, são, portanto, arquivos marginais.

(BORGES, V. T. **Arquivos marginais: outras fontes, outros acervos**. Florianópolis: Ventilando acervos, v. 4, p. 97-108, 2016)

Os arquivos aos quais a autora faz referência dizem respeito aos prontuários da Penitenciária de Florianópolis e o Hospital Colônia Sant'Ana, que atualmente estão localizados no Instituto de Documentação e Ciências Humanas, do Centro de Ciências Humanas e da Educação, da Universidade do Estado de Santa Catarina. A partir da leitura do texto, analise as assertivas abaixo.

- I. Documentos desse porte têm sua importância histórica, pois permitem refletir sobre registros de controle e o cotidiano dos indivíduos.
- II. Acervos que não se encontram em instituições oficiais de preservação têm sua importância histórica limitada.
- III. Os sujeitos citados na documentação – pacientes e presos – são historicamente contemplados nas narrativas sobre a sociedade brasileira, por isso não necessitam de arquivos deste porte.
- IV. O arquivo morto é apresentado no texto como um local no qual os documentos são armazenados de forma inadequada.
- V. As dificuldades apresentadas pela pesquisadora são exclusivas do acervo citado no texto.

A partir da análise das assertivas, assinale a alternativa correta:

- a) As afirmativas I e IV.
- b) As afirmativas I e III.
- c) As afirmativas II e IV.
- d) As afirmativas alternativas II e V.
- e) As afirmativas III e IV.

## 2.

Ao consultar um arquivo, um pesquisador está lidando com um conjunto de documentos selecionados como relevante por alguém, organizado e preservado segundo determinada lógica, e disponibilizando de acordo com alguns critérios. Só então, esse arquivo torna-se parte de um patrimônio documental de interesse público, passível de ser consultado.

(CASTRO, C. **Pesquisando em arquivos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008, p. 8)

Analise as assertivas:

- I. Os arquivos eclesiásticos são possuidores de grandes conjuntos documentais, nos quais os acervos estão armazenados nas cúrias diocesanas.
- II. Nos arquivos cartoriais encontramos dados referentes à população em geral, como datas de nascimento e óbito.
- III. Nos arquivos públicos está armazenada toda a documentação dos cidadãos de determinada região e seu acesso é restrito.
- IV. Nos arquivos do poder legislativo podemos conhecer os debates políticos em torno de temas polêmicos para a sociedade.
- V. Tanto os centros de documentação como os arquivos são espaços destinados a guardarem documentos que passam por critérios de seleção e guarda.

Assinale agora a alternativa correta:

- a) Estão corretas as afirmações I, II, III e IV.
- b) Estão corretas as afirmações I, II, IV e V.
- c) Estão corretas as afirmações I, II e III.
- d) Estão corretas as afirmações III, IV e V.
- e) Estão corretas as afirmações I e III.

## 3.

A preservação digital tem assumido nos últimos anos a preponderância que realmente merece. Retirada do tranquilo limbo do ambiente tradicional, em que coexistia com pacíficos insetos e pergaminhos, a preservação

aplicada ao universo digital tem conseguido finalmente despertar a atenção de todos os setores profissionais na área da gestão de informação. [...] este fato induziu também a translação das preocupações manifestadas pelos profissionais de arquivo. [...] mas no caso da informação digital o problema é diferente: como receber, gerir e acessibilizar quantidades consideráveis de terabytes produzidos em variados formatos? Note-se ainda que, para dificultar um pouco mais as coisas, há que contar com as propriedades específicas do objeto digital que o tornam reconhecidamente complexo. Sem pretender ser exaustivo, limito-me a referir alguns aspectos básicos: a dependência de um sistema intermediário sem o qual o documento (ou informação) de arquivo é ininteligível pelo utilizador humano; a desvinculação do objeto digital, enquanto objeto discreto, do suporte que o contém; a combinação de diversos formatos, sejam eles estáticos ou dinâmicos e a capacidade de automodificação, muitas vezes sem intervenção humana.

(BARBEDO, F. **Arquivos digitais: da origem à maturidade**. 2005. Disponível em: <<https://goo.gl/YzNNAw>>. Acesso em: 8 jan. 2018)

Agora, analise as assertivas abaixo:

- I. A preocupação em conservar documentos digitais é legítima pois a produção de informação em formato digital tem aumentado exponencialmente.
- II. Uma das dificuldades em armazenar as informações digitais é por conta de seu suporte.
- III. Para o pesquisador, as informações armazenadas em suporte digital são de maior relevância do que a documentação armazenada em papel.
- IV. Um dos desafios da salvaguarda de acervos digitais é torná-los acessível ao pesquisador.
- V. Os objetos digitais têm características complexas e muitas vezes desconhecidas, motivo pelo qual torna difícil sua salvaguarda.

Assinale a alternativa correspondente às afirmativas corretas:

- a) As afirmações I e III.
- b) As afirmações I, II, III e V.
- c) As afirmações I, III, IV e V.
- d) As afirmações I, II, IV e V.
- e) A afirmação I.

# Referências

ALBERTI, V. A vocação totalizante da história oral e o exemplo da formação do acervo de entrevistas do CPDOC. In: X Congresso Internacional de História Oral, 1998, Rio de Janeiro. **Oral History: challenges for the 21st century**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas e Fundação Oswaldo Cruz, 1998. v. 1. p. 509-515.

\_\_\_\_\_. Histórias dentro da história. In: Carla Bassanezi Pinsky. (Org.). **Fontes históricas**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2005, v. 1, p. 155-202.

ARQUIDIOCESE DE NATAL. **Family search entrega material digitalizado a arquivo diocesano**. 2017. Disponível em: <<http://arquiocesedenatal.org.br/family-search-entrega-material-digitalizado-a-arquivo-arquiocesano.html>>. Acesso em: 16 abr. 2018.

BACELLAR, C. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, C. B. (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2010.

BARBEDO, F. Arquivos Digitais: da origem à maturidade. **Cadernos BAD**, 2005, vol. 2005, n. 2, p. 6-18.

BARROS, F. Arquivos históricos nos dias de hoje: aliantes desafios, múltiplos papéis. **ACTAS**. Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas. n. 9. 2007.

BAUER, C. S. GERTZ, R. E. Fontes sensíveis da história recente. In: PINSKY, C. B.; DE LUCA, T. R. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BENJAMIN, W.; BARBOSA, J. C. M. **Rua de mão única**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

BORGES, V. T. Arquivos marginais: outras fontes, outros acervos. **Ventilando acervos**, v. 4, p. 97-108, 2016.

BRASIL. **Lei n. 8159, de 87 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8159.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm)>. Acesso em: 8 jan. 2017.

BRASIL. Poder Judiciário. Justiça do Trabalho. Tribunal Superior do Trabalho. **Apostila de processo de restauração documental e materiais utilizados – TST**. Brasília: Secretaria Geral Judiciária, 2012.

CASSARES, N. C.; MOI, C. **Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas**. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial, 2000, 5. v. 80 p.

CASTRO, C. **Pesquisando em arquivos**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2008. 64 p. (Passo-a-passo; 82).

CERRI, L. F. Os conceitos de consciência histórica e os desafios da didática da história. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 6, n. 2, p. 93-112, 2001.



COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Coleta de depoimentos no Rio de Janeiro**: Eny Moreira. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=JD1CgsiVr4M>>. Acesso em: 11 abr. 2018.

COSTA, E. A. Da fotografia à cultura visual: Arquivo Fotográfico e práticas de preservação do Iphan. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 24, p. 19-43, 2016.

CUNHA, M. T. S. **Uma biblioteca anotada**: caminhos do leitor no acervo de livro do Museu da Escola Catarinense. Florianópolis: UDESC/CNPq, 2009.

\_\_\_\_\_. O arquivo pessoal do professor catarinense Elpídio Barbosa (1909-1966): do traçado manual ao registro digital. **Revista História da Educação**, Porto Alegre: v. 21, n. 51, jan./abr. 2017, p.187-207.

CUNHA, M. T. S.; SOUZA, F. F. **Viver e escrever – Cadernos e escritas ordinárias de um professor catarinense (Séc. XX)**. Florianópolis: Insular, 2015.

FICO, C. História do tempo presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. **Varia História** (UFMG. Impreso), v. 28, p. 43-59, 2012.

FUNARTE. **Book trailer do livro "Arquivos e coleções privados Cedoc/Funarte: guia geral"**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=QTEmeYoSiwc>>. Acesso em: 13 abr. 2018.

GOMES, A. C. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n.21, 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/2069/1208>>. Acesso em: 11 abr. 2018.

GONÇALVES, J. Arquivo e história: perspectivas. **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 14, n.17, 2007. p. 205-2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/1219>>. Acesso em: 11 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. Os arquivos no Brasil e sua proteção jurídico-legal. **Registro (Indaiatuba)**, Indaiatuba, v. 1, n.1, p. 28-43, 2002.

HEYMANN, L. **O local do arquivo**: a construção do legado de Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012.

INSTITUTO ANTONIO CARLOS JOBIM. **O instituto**. Disponível em: <<http://portal.jobim.org/pt/o-instituto/>>. Acesso em: 11 abr. 2018.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. **Acervo Sandra Jatahy Pesavento – Uma vida dedicada à pesquisa histórica**. Disponível em: <[https://www.ihrgs.org.br/arquivo/Acervo\\_SJP.pdf](https://www.ihrgs.org.br/arquivo/Acervo_SJP.pdf)>. Acesso em: 13 abr. 2018.

INSTITUTO VLADIMIR HERZOG. Disponível em: <<http://vladimirherzog.org>>. Acesso em: 19 dez. 2017.

JARDIM, J. M. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Ciência da informação**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, 1995.

LE GOFF, J. **História e memória**. 4. ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1996.

LOPES, J. R. Colecionismo e ciclos de vida: uma análise sobre percepção, duração e transitoriedade dos ciclos vitais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 16, n. 34, p. 377-404, jul./dez. 2010.

MARIZ, A. C. A. **A informação na internet**: arquivos públicos brasileiros. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012, 168 p.

MARTINS, E. R. História, consciência, pensamento, cultura, ensino. **Educar**, Curitiba, n. 42. p. 43-58, 2011.

MOREIRA, R. L. Brazilianistas, historiografia e centros de documentação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 66-74, 1990.

NAPOLITANO, M. Fontes audiovisuais: a história depois do papel. In: Carla Bassanezi Pinsky. (Org.). **Fontes históricas**. 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2005, v. 1, p. 235-290.

POMIAN, K. Coleção. In: GIL, F. (Org.). **Memória-História**. Porto: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1984. p. 51-86.

ROUSSO, H. **A última catástrofe**: a história, o presente, o contemporâneo. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

RÜSEN, J. **Razão histórica. Teoria da História I**: os fundamentos da ciência da história. Brasília: Ed. UnB, 2001.

SAMARA, E. M.; TUPY, I. S. S. T. História & documento e metodologia de pesquisa. **História e Reflexões**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. 167.

SHELLENBERG, T. T. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. Tradução de Nilza Teixeira Soares. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SCHMIDT, M. A.; CAINELLI, M. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2004.

SUNDSTRÖM, A. S. S.; BIZELLO, M. L. O conceito de semióforo à luz do colecionismo bibliográfico: uma possibilidade de interpretação para coleções. In: **VII Seminário em Ciência da Informação – SECIN, 2017, Londrina. organização e representação da informação e do conhecimento**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2017. p. 925-937.

TVBRASIL. **Conheça o rico acervo do museu “Casa de Rui Barbosa”**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=iOENVBIKQhg>>. Acesso em: 16 abr. 2018.

TVNBR. **Acervo do Arquivo Nacional conserva história do Brasil**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=AsDoGbkzmAM>>. Acesso em: 13 abr. 2018.



ISBN 978-85-522-0630-9



9 788552 206309 >